



série

BRASIL & AFRICA

**LITERATURA, PENSAMENTO SOCIAL E MOVIMENTO
DE MULHERES: UM MOSAICO MOÇAMBICANO**

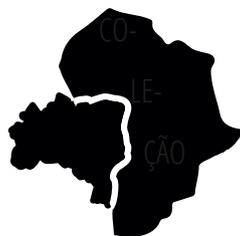
Eliane Veras Soares e Remo Mutzenberg


Editora
UFPE

**LITERATURA, PENSAMENTO SOCIAL E MOVIMENTO
DE MULHERES: UM MOSAICO MOÇAMBICANO**

LITERATURA, PENSAMENTO SOCIAL E MOVIMENTO DE MULHERES: UM MOSAICO MOÇAMBICANO

Eliane Veras Soares e Remo Mutzenberg



série

**BRASIL
& AFRICA**

COLEÇÃO PESQUISAS 5



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Reitor:

Profº Drº Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

COMISSÃO EDITORIAL

Coordenador Geral:

Profº Drº Marco Mondaini (DSS/UFPE)

Coordenador Adjunto:

Profº Drº José Bento Rosa da Silva (DH/UFPE)

CONSELHO EDITORIAL:

Ana Cristina Vieira (UFPE/Brasil), Ana Piedade Monteiro (Unizambeze/Moçambique), Carlos Arnaldo (Universidade Eduardo Mondlane/ Moçambique), Colin Darch (University of Cape Town/África do Sul), David Hedges (Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique), Dayse Cabral de Moura (UFPE/Brasil), Edilson Fernandes de Souza (UFPE/Brasil), Eliane Veras Soares (UFPE/Brasil), Eurídice Monteiro (Universidade de Cabo Verde/Cabo Verde), Gustavo Gomes da Costa Silva (UFPE/Brasil), Isabel Casimiro (Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique), Jacimara Souza Santana (UNEB/Brasil), João Carlos Trindade (Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança/Moçambique), José Bento Rosa da Silva (UFPE/Brasil), Judith Head (University of Cape Town/África do Sul), Maram Mané (Escola Nacional de Saúde/Guiné Bissau), Marco Mondaini (UFPE/Brasil), Marcos Costa Lima (UFPE/Brasil), Remo Mutzbenberg (UFPE/Brasil), Robert Slanes (UNICAMP/Brasil), Solange Rocha (University of Cape Town/África do Sul), Teresa Amal (Universidade de Coimbra/Portugal), Tereza Cruz e Silva (Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique), Valdemir Zamparoni (UFBA/Brasil).

Projeto Gráfico:

Daniel L. Apolinario e Xenya Bucchioni

Diagramação:

Bruna Andrade

Catálogo na fonte:

Biblioteca Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

S676l Soares, Eliane Veras. Literatura, pensamento social e movimento de mulheres [recurso eletrônico]: um mosaico moçambicano / Eliane Veras Soares, Remo Mutzenberg. - Recife: Ed. UFPE, 2019. (Série Brasil & África. Coleção Pesquisas,5).

Inclui referências.

ISBN 978-85-415-1102-5 (online)

1. Sociologia - África. 2. Literatura moçambicana - História e crítica. 3. Mulheres - Condições sociais - África. 4. Feminismo - Moçambique. 5. Movimento sociais - Moçambique. 6. Entrevistas. I. Mutzenberg, Remo. II. Título. III Título da série.

305.42

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2019-029)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. DESAFIOS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM CONTEXTOS AFRICANOS	17
• Do pensamento social / das ciências sociais / do Centro de Estudos Africanos	32
• Dos movimentos de mulheres	34
2. SURGET ET AMBULA: LITERATURA E (DES)CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO.	43
3. “A LITERATURA NÃO AJUDA A CONHECER O MUNDO, MAS AJUDA A VIVER NO MUNDO”	77
4. A FORMAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE: SUAS TRANSFORMAÇÕES E FRATURAS	119
5. FÓRUM MULHER: CRIAÇÃO, ARTICULAÇÕES E BANDEIRAS DE LUTA	193

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE

Constituída por 3 Coleções (Pesquisas, Ensaios e Clássicos), a Série Brasil & África expressou, quando da sua criação no ano de 2014, duas ordens de fatos fundamentais: por um lado, a virada geopolítica ocorrida no Brasil no início do século XXI, que apontava para a mudança na ordem de prioridades no campo das relações internacionais, com a passagem de ênfase do diálogo “Norte-Sul” para o diálogo “Sul-Sul”¹; por outro lado, a tomada de consciência da necessidade de construção de laços mais estreitos no campo acadêmico-intelectual entre os saberes que são construídos no Brasil e no continente africano — especialmente, mas não de maneira exclusiva, nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs).

Fundada em tal princípio, a Série Brasil & África nasceu assumindo o compromisso ético de edificação de novos olhares que fossem suficientemente capazes de reconhecer as novas experiências sociais e políticas antissistêmicas

1 Lamentavelmente, tal virada geopolítica sofreu uma regressão em decorrência das novas orientações de política internacional assumidas pelo governo ilegítimo que se formou no Brasil na sequência do golpe de Estado midiático-jurídico-parlamentar que depôs a presidente Dilma Rousseff, em 2016 - regressão acentuada com a posse em janeiro de 2019 do presidente eleito e da indicação do novo ministro das relações exteriores, com uma agenda de retorno aos tempos de submissão completa ao imperialismo estadunidense.

emergentes no Brasil e em África, direcionadas à construção de uma nova ordem referenciada na afirmação da democracia e dos direitos humanos compreendidos na sua radicalidade, como forças voltadas à socialização do poder.

Dentro desse contexto, a Série Brasil & África surgiu assumindo a diretriz do alinhamento ao conjunto de iniciativas surgidas na última década no sentido de aproximar universidades e centros de pesquisa engajados no processo de reflexão crítica sobre os traços universais que identificam os Estados e sociedades do Sul do mundo num mesmo quadrante geopolítico, mas, também, sobre as suas particularidades histórico-sociais, responsáveis pela sua diferenciação.

Inicialmente apoiada pela Pró-Reitoria de Extensão, a Série Brasil & África vincula-se agora ao Instituto de Estudos da África (IEAf) da UFPE, uma nova unidade acadêmica que nasceu como expressão dos compromissos assumidos pela instituição na direção da sua internacionalização.

Marco Mondaini

(Professor da UFPE e Coordenador da Série Brasil & África)

RELAÇÃO DOS LIVROS PUBLICADOS DA SÉRIE BRASIL E ÁFRICA COLEÇÃO CLÁSSICOS

1. Sonhar é preciso - Aquino de Bragança: Independência e revolução na África portuguesa (1980-1986)

Marco Mondaini (organizador)

2. O mineiro moçambicano: Um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane

Ruth First (coordenadora)

3. Cultura em tempos de libertação nacional e revolução social: Amílcar Cabral, Samora Machel e Mário de Andrade

Marco Mondaini (organizador)

COLEÇÃO PESQUISAS

1. Paz na terra, guerra em casa. Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique

Isabel Casimiro 10

2. Entre os senhores das ilhas e as descontentes. Identidade, classe e gênero na estruturação do campo político em Cabo Verde

Eurídice Furtado Monteiro

3. HIV AIDS e as teias do capitalismo, patriarcado e racismo: África do Sul, Brasil e Moçambique

Solange Rocha, Ana Cristina de Souza Vieira, Evandro Alves Barbosa Filho (organizadores)

4. História, saúde e cultura em África e Brasil: Agentes, experiências e políticas

Jacimara Souza Santana (organizadora)

COLEÇÃO ENSAIOS

1. Mortalidade das mulheres em idade fértil e mortalidade materna: Tendências, determinantes e causas numa coorte comunitária na Guiné Bissau de 1996 a 2007

Maram Mané

2. Voluntários forçados: Discurso e contradiscurso acerca do trabalho nas colônias lusas – (1925-1935)

José Bento Rosa da Silva

3. O continente demasiado grande: Reflexões sobre temáticas africanas contemporâneas

Colin Darch

4. As antinomias do desenvolvimento: Uma crítica aos megaprojetos no Brasil, Moçambique e Cabo Verde

Marco Mondaini (organizador)

INTRODUÇÃO

Eliane Veras Soares¹

Remo Mutzenberg²

A temática plural deste livro está relacionada à tentativa de melhor compreender a formação da sociedade moçambicana contemporânea. Trata-se de um momento de reflexão resultante de pesquisas desenvolvidas pelos organizadores sobre os distintos campos problematizados nas entrevistas realizadas com um autor, e três autoras e atoras que refletiram sobre o processo de formação da literatura moçambicana, o desenvolvimento das ciências sociais e a emergência do movimento de mulheres em Moçambique no pós- independência.

As pesquisas que englobam o conjunto das entrevistas foram realizadas em diferentes momentos. Antes de mencioná-las precisamos remontar ao Simpósio Internacional de Estudantes de Convênio Brasil África de Ensino Superior

1 Socióloga, Professora Associada da Universidade Federal de Pernambuco (DS/UFPE), Coordenadora do IEAF-UFPE (2017-2018).

2 Sociólogo, Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco (DS/UFPE), Pesquisador Fundador do IEAF-UFPE.

promovido pelo Grupo de Pesquisa Sociedade Brasileira Contemporânea: Cultura, Democracia e Pensamento Social, em 2009. A partir dele, consolidamos uma rede de pesquisadores brasileiros e africanos, na qual destacamos a presença de Elísio Macamo, do Centro de Estudos Africanos da Universidade da Basileia. No ano seguinte, a partir do projeto de pesquisa “Giros teóricos na América Latina e África”, Elísio Macamo foi pesquisador visitante no PPGS-UPE mediante financiamento da FACEPE. Elaboramos então a proposta “Aspectos da construção do pensamento social nas relações Brasil-África”, financiado pelo Edital MCT-CNPq 16/2010. Tais recursos possibilitaram uma visita exploratória ao CODESRIA- Conselho para o desenvolvimento das ciências sociais em África, em junho de 2011, na cidade de Dakar, Senegal. Nesta visita foram discutidas as bases de um Acordo de Cooperação entre o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE e aquela instituição. Em julho do mesmo ano seguimos para Maputo, capital de Moçambique, onde estabelecemos contato com a Associação Moçambicana de Sociologia, presidida na ocasião pelo Dr. Patrício Langa, que organizou a realização de duas palestras versando sobre Pensamento Social e Movimentos Sociais no Brasil, na Universidade Eduardo Mondlane. Nesta missão realizamos três entrevistas das quatro que compõem este livro: as entrevistas com Isabel Casimiro e Tereza Cruz e Silva, realizadas em conjunto, e a entrevista com Francisco Noa foram realizadas por Eliane Veras e Remo Mutzenberg. A entrevista com Graça Samo foi realizada por Remo Mutzenberg. A entrevista com Fátima Mendonça foi realizada por Eliane Veras, em janeiro de 2012, em Lisboa, no âmbito da pesquisa do Estágio Pós-doutoral “Literatura em África e leituras brasileiras: estruturas de sentimento entrecruzadas?”, com bolsa da CAPES, de setembro de 2011 a agosto de 2012 no Centro de Estudos

2 Sociólogo, Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco (DS/UFPE).

Africanos do ISCTE-IUL. Entre dezembro 2013 e novembro 2014, Remo Mutzenberg realizou a pesquisa de Estágio Pós-doutoral “Movimentos sociais no contexto dos países africanos de língua portuguesa: Moçambique, Guiné Bissau e Angola”, no Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL, em Lisboa. Os dois Estágios Pós-doutorais tiveram como colaborador o prof. Dr. Elísio Macamo, do Centro de Estudos Africanos da Universidade da Basileia e do ISCTE-IUL, que com sua perspectiva crítica contribuiu para despertar questões para as quais não tínhamos atentado.

Durante o Estágio Pós-Doutoral de Eliane Veras, estabeleceu-se intensa interlocução com a profa. Inocência Mata, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, resultando na vinda da referida pesquisadora como Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia em 2012, por meio do Edital PROPESQ-UFPE. A rede, então, se ampliou incorporando pesquisadores das áreas das literaturas africanas, da antropologia e da história. Temos participado como Grupo de Pesquisa de diversos Congressos Internacionais com destaque para o Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, o Congresso Ibérico de Estudos Africanos e o Congresso da Associação Europeia de Estudos Africanos; bem como de Conferências e Seminários internacionais com temáticas mais específicas, a exemplo da Conferência Discursos Memorialistas e Construção da História (Macau, 2016).

Agradecemos a cada entrevistada/o pela disponibilidade em nos receber, compartilhando generosamente o seu conhecimento, além de se disporem a revisar as transcrições. Agradecemos igualmente aos estudantes que participaram ativamente deste processo, em especial, a Sophia Branco, a Aline Adelaide Alves, a Lucylle Simões e a Aristeu Portela pela transcrição das entrevistas, revisão dos originais e pela convivência ímpar.

1. DESAFIOS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM CONTEXTOS AFRICAÑOS

Eliane Veras Soares

Remo Mutzenberg

Recentemente temos refletido sobre a sociologia que fazemos e o fato dessa sociologia pretender se construir em uma dimensão transnacional. Dois pontos marcam essa reflexão: o primeiro de caráter mais geral, sobre questões de natureza epistemológica, focaliza o lugar da África no âmbito da produção do conhecimento nas ciências sociais; o segundo, de caráter mais empírico, propõe a construção de uma hipótese cultural em torno de Moçambique, buscando a elaboração de um mosaico compreensivo a partir da análise e articulação de três processos sociais: a produção da literatura, o desenvolvimento das ciências sociais e o surgimento de “novos” movimentos sociais no pós-independência em Moçambique.¹

¹ Uma primeira versão deste debate foi apresentada por Remo Mutzenberg e Eliane Veras no Seminário “Que Sociologia fazemos? Diálogos transnacionais” (Recife, 5 de maio de 2017). O debate específico sobre Moçambique vem sendo desenvolvido por Eliane Veras Soares desde o período de licença capacitação (setembro a dezembro de 2016) tendo sido apresentado na Conferência “Discursos Memorialistas e a Construção da História”, organizada por Inocência Mata, na Universidade de Macau, em outubro de 2016. Agradeço à profa. Dra. Inocência Mata pelo convite e pela calorosa acolhida em Macau, ao prof. Dr. Gonçalo Cordeiro por todo o

Falar de África, sobre África, não nos deixa tranquilos. Para além de sua complexidade, mexe com nossos conceitos e pressupostos, levando-nos, invariavelmente, ao questionamento dos nossos processos de construção do conhecimento. Somos marcados por valores, representações e conhecimentos acumulados. Que conhecimentos são estes? Quem os formulou? A partir de que pressupostos e experiências? Quais os valores e interesses subjacentes a estas representações e conhecimentos? Genericamente poderíamos afirmar que predominaram neste legado dois mitos contraditórios oriundos do colonialismo. Como afirma Hodgkin, citado por Mudimbe (2013, p. 15), o mito de uma “imagem hobbesiana de uma África pré-europeia, onde não existia a noção de Tempo; nem de Arte, nem de Escrita; uma África sem sociedade, marcada pela perpetuação do medo e pelo perigo de uma morte violenta”; e o mito de uma “imagem rousseana de uma era africana dourada, plena de liberdade e fraternidade”. Poderíamos nos perguntar se estas visões foram superadas ou apenas sofreram mutações. Até que ponto os processos vividos no último século significaram uma nova configuração histórica de negação daqueles dois mitos no imaginário sobre a África? Quais lógicas estão em disputa?

Como um exemplo corriqueiro destas disputas de sentido, citamos aqui um episódio mencionado por Inocência Mata:

zelo e delicadeza na co-organização da Conferência. Agradeço a acolhida no Centro de Estudos Internacionais (CEI-ISCTE-IUL), de setembro a outubro de 2016, por parte do seu Diretor, o Dr. Luís Nuno Rodrigues, bem como à Dra. Clara Carvalho e à doutoranda Mojana Vargas pelo convite para apresentação de algumas destas ideias no seminário Pensar África. Agradeço também aos colegas do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, em especial a Sérgio Tavolaro, com quem pude compartilhar as ideias aqui expostas na segunda etapa da licença capacitação, em novembro de 2016, naquela universidade. Por fim, devo registrar o apoio financeiro que recebi da FACEPE (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Pernambuco) e da PROPESQ (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco) que possibilitou minha ida à Macau. Ver a publicação resultante das apresentações em SOARES, 2017.

Um grupo de turistas ocidentais vai visitar uma reserva em África, e a dada altura, um dos turistas ocidentais pergunta ao guia, um africano, depois de ver um animal que nunca tinha visto antes, que animal era aquele. Mas a pergunta vinha formulada assim: “Como é que se chama aquele animal branco com riscos pretos?” O guia africano respondeu: “Chama-se zebra. Mas atenção, não é um animal branco com riscos pretos. Pelo contrário, é um animal preto com riscos brancos”. Entretanto a discussão prolonga-se, não houve entendimento, com as duas partes a revelarem verdadeira frustração. O africano dizia: “Mas isto foi sempre assim, o animal é um animal preto com riscos brancos, não sei como é que esse senhor vem agora, ainda por cima nem sabia que animal era, vem aqui e quer obrigar-me a pensar que o animal é branco com riscos pretos!”

(MILANDO apud MATA, 2014, p.28).

Retomando a ideia de África, construída de fora e acumulada no que Mudimbe denomina “bibliotecas coloniais”, o que está em questão são as lógicas subjacentes à essa ideia, em que “as experiências culturais dos subalternos – dos povos colonizados –, as suas construções culturais são relegadas a um lugar secundário rotulado como ‘saber local’, que a tradição filosófica ocidental não considera relevante” (MATA, 2014, p. 29). Lógica esta que se alvitra universal, como afirma Samir Amin (2009, p. 8), “propõe a todos a imitação do modelo ocidental como a única saída aos desafios do nosso tempo”.

Poderíamos afirmar, então, que a África não existe, o que existe são diversas representações de África, que gravitam em torno de um núcleo que pode ser traduzido como uma visão de homogeneidade cultural e política racializada, encobrendo as diversas Áfricas existentes. Trata-se de uma abstração que oculta diferenças, conflitos, vivências; e ignora a composição de múltiplas formas sociais, valores e conhecimentos que constituem a vida cotidiana.

A ideia de África é extremamente difícil, e como afirma Zeleza, “torna muitos discursos acadêmicos e populares, de identidades africanas e línguas, bastante problemáticos” (ZELEZA *apud* CRUZ e SILVA, 2012, p. 77). Diferentes genealogias e significados levam o pesquisador a um campo escorregadio oscilando entre o essencialismo e a pura contingência. Se admitirmos que a África tem sido apreendida como um construto ocidental, elaborado num contexto político, ideológico e epistêmico específico, este olhar nos coloca diante de problemas metodológicos para o estudo das sociedades africanas e também das sociedades “não ocidentais” de modo geral.

Conforme observa Elísio Macamo, podemos afirmar que uma das principais características das sociedades africanas é o estado de permanente mudança, o que parece contradizer uma visão, bastante comum, da estagnação dessas mesmas sociedades. Perspectiva essa centrada, sobretudo, numa visão binária, dicotômica e excludente a partir das noções de tradição e modernidade, ou tradição *versus* modernidade. A imobilidade, a estagnação e o retrocesso definem o conteúdo da noção de tradição, tomada como categoria analítica por excelência de descrição das sociedades africanas (MACAMO, 2002).

Se aceitarmos a ideia de Macamo de conceber as sociedades africanas em permanente transformação, devemos considerar que, no contexto da expansão do capitalismo ocidental, tais mudanças se inseriram no quadro global em suas relações com aquilo que Immanuel Wallerstein denominou sistema-mundo. No caso das sociedades africanas, põe-se a questão quanto à pertinência daquela concepção homogeneizante e estática produzida a partir do olhar exterior. O desafio consiste também em, mesmo considerando suas particularidades, se contrapor à noção – reducionista e exotizante - de considerá-la como uma “alteridade absoluta”. Esta última construída visando à afirmação de uma especifi-

cidade do Ocidente em relação ao resto do mundo – *West/Rest* (MBEMBE, 2001). Esses sentidos polarizados – de homogeneização de África e alteridade constitutiva – cristalizam e naturalizam uma visão excêntrica do continente como se as sociedades africanas fossem regidas por uma lógica própria e especial, ditada por um contexto tão radicalmente diferente que impediria qualquer forma de comparação com outros contextos (ELLIS; KESSEL, 2009).

Daí emerge a questão quanto à pertinência da generalização dos referenciais teóricos produzidos em um contexto particular. O que remete a um debate mais amplo sobre as especificidades das sociedades africanas e sobre a adequação da aplicabilidade teórica e conceitual em contextos tradicionalmente colocados à margem do lugar hegemônico em que esse debate foi e continua, em grande parte, a ser proposto. Nessa direção e com o olhar voltado para as sociedades do continente africano, consideramos que estes questionamentos se apresentam, ao mesmo tempo, como motes constitutivos das análises referentes àquelas realidades e como contribuições teóricas e metodológicas para o âmbito das ciências sociais.

Antes de passarmos para o segundo momento da reflexão, caracterizaremos de que modo tais perspectivas teóricas marcaram a produção dos pesquisadores que desenvolveram suas pesquisas no continente africano. Podemos citar duas tradições ou tendências nas ciências sociais ali produzidas na segunda metade do século passado. A primeira circunscreve-se ao campo da Antropologia, com o foco nos estudos das “sociedades locais” e ou “tradicionais”. A segunda vincula-se ao universo da ciência política e, em certa medida, também à sociologia, no qual se privilegiou a análise da formação do estado nacional em detrimento da formação das sociedades. Neste campo, observamos, na segunda metade do século XX, a existência de quatro principais influências teóricas: a

teoria da modernização, as teorias da dependência e o estruturalismo francês, até os anos 1990; a partir daí, predominaram as chamadas teorias da transição (MUTZENBERG; SOARES, 2009).

Desse modo, no período das lutas pela independência (da década de 1950 até a década de 1970) e no pós-independência (até 1990), a questão central que orientou o debate e a pesquisa, apesar da presença de perspectivas teóricas diversas, foi a construção e o fortalecimento do Estado, concebido como o sujeito da construção nacional e o agente necessário para o esperado desenvolvimento daquelas formações nacionais. Segundo Mamdani; Mkamdawire; Wamba-Dia-Wamba (1992), esse conjunto de análises teria resultado em uma compreensão instrumental, parcial e redutora das dinâmicas sociais, tendo como efeitos ora a invisibilização da sociedade civil, ora a sua percepção como problemática e / ou como empecilho para o desenvolvimento.

Diante desse cenário, uma nova geração de cientistas sociais africanos passou a se questionar sobre a relação entre Estado e sociedade, uma vez que a dimensão intervencionista daquele aparecia nas análises como diretamente proporcional à não participação da população nos acontecimentos políticos. Como observa Macamo, em África “o Estado não emana da sociedade. Foi o Estado quem inventou a sociedade” (MACAMO, 2001, p. 90). O surgimento dessa tendência analítica se dá no quadro das pressões, por parte da comunidade política e de organizações financeiras internacionais, para a adoção de modelos democráticos pluralistas em países africanos que, no pós-independência, haviam se constituído como estados socialistas ou passaram a ser governados por partidos únicos. Desse modo, tem início, a partir da última década do século XX, a utilização de um referencial analítico voltado para a questão do pluralismo (MUTZENBERG, 2015).

Em grandes linhas, podemos situar a produção do conhecimento sobre a África contemporânea em três momentos: aquele marcado pelas chamadas lutas de libertação nacional, conquistada em diferentes momentos nos diversos países; o período pós-independência e, posteriormente, o período da imposição dos processos de “democratização”, no qual novas perspectivas teóricas foram incorporadas àquela produção, a exemplo das abordagens sobre a diversidade étnica, religiosa, cultural, de gênero entre outras. Esta periodização ajuda a identificar tendências, porém há que se levar em consideração as trajetórias específicas de cada país.

Saliente-se também que o desenvolvimento de pesquisas sobre as sociedades africanas é bastante distinto e desigual, concentrando-se em alguns países. Em face dessa diferenciação, a consideração de Isabel Casimiro, em relação ao conjunto da vida em África, é também válida para a produção de conhecimento, a saber.

Contrariamente ao que alguns cientistas sociais têm expressado, não existe apenas uma maneira de viver e de pensar que pareça expressar a especificidade das culturas africanas, omitindo o pluralismo interno e a existência de um leque variado de práticas e normas sociais marginais que refletem a sua diversidade e as mudanças internas que as tornam culturas vivas (CASIMIRO, 2012, p. 223).

Isto reforça o pressuposto segundo o qual a pesquisa não deveria partir de modelos definidos *a priori* para identificar a pertinência das manifestações aos mesmos, o que reforçaria uma análise pela negativa, ou, como denuncia Mbembe (2001), saber o que não são as sociedades africanas. Isto impõe considerar as especificidades, o que não significa pressupor, como afirmado anteriormente, que tudo o que ocorre em África tem sua lógica própria e especial,

ditada por um contexto radicalmente distinto. Há de se reconhecer que as sociedades, não só as africanas, estão enraizadas em múltiplos tempos, trajetórias e racionalidades, inseridas num contexto global, cuja conceituação e cujo conhecimento se situam num campo já constituído e sujeito a processos de hegemonização. Em outros termos, coloca-se a pergunta se seria possível encontrar um espaço crítico autônomo fora deste jogo (MACAMO, 2004). De uma forma ou de outra, é a partir deste diálogo que estão postas tanto questões teóricas, quanto questões metodológicas bem como quem define o quê, para quê e como pesquisar. Trata-se, em certa medida, de incorporar à reflexão a crítica formulada por Paulin Hountondji em relação às pesquisas que são produzidas como “investigação extravertida, virada para o exterior, ordenada e subordinada em função de necessidades externas, em lugar de ser autocentrada e destinada, em primeiro lugar, a responder às questões colocadas, direta ou indiretamente, pela própria sociedade africana” (HOUNTONDJI, 1988, p. 109).

Diante do conjunto das questões levantadas, consideramos que uma autorreflexão se impõe para qualquer pesquisador que se proponha a desenvolver estudos sobre as sociedades africanas contemporâneas.

A análise que apresentaremos a seguir sobre Moçambique não está isenta de elementos da extravessão denunciados por Houtondji, entretanto consideramos que ela pode ser um exemplo de tentativa de produção de conhecimento a partir um artesanato intelectual que considere a pluralidade de vozes e olhares em interlocução com outros processos de construção de conhecimento.

Nesta perspectiva, em nossas pesquisas temos dado ênfase aos olhares produzidos pela literatura, pelo pensamento social e pelos movimentos e protestos sociais, buscando articulá-los como um modo de melhor apreender a formação

social de Moçambique na contemporaneidade (MUTZENBERG, 2014, 2015; SOARES, 2011, 2014a, 2014b; SOARES; ALVES, 2015; MUTZENBERG; SOARES, 2009, 2014). Partimos do pressuposto de que a literatura, mais do que o pensamento social e as ciências sociais produzidas em Moçambique, oferece narrativas que, a seu modo, questionam o passado colonial, desafiam o projeto oficial de construção nacional da Frelimo, e interrogam a sociedade que vem se desenhando no pós-independência. Questionamos também se o surgimento de movimentos sociais - tomando como referência de análise o movimento de mulheres - relativamente autônomos em relação ao Partido Frelimo, teria criado espaços para a construção de narrativas alternativas àquela colocada em vigência pelo Estado. Tentamos, assim, elaborar uma hipótese cultural ao analisar aproximações entre estes três campos particulares, bem como reconhecer diferenças neles contidas em relação ao processo de formação nacional em Moçambique, com ênfase no período pós-Independência. Para tanto, utilizamos como *corpus* de análise entrevistas realizadas com atoras e atores que tem participado em diferentes níveis de atuação nos campos da literatura, do pensamento social e dos movimentos de mulheres naquele país.

Para articular esses três processos e elaborar uma hipótese cultural em torno da construção de uma identidade moçambicana, fazemos uso da sugestiva noção de estrutura de sentimentos, proposta por Raymond Williams, compreendida como um modo estruturado de se estar no mundo, que inclui comportamentos, valores, atitudes, justificações etc. Não se deve confundir estrutura de sentimentos com cosmovisão ou visão de mundo, ou mesmo ideologia, uma vez que essas últimas se conformam para o pesquisador *a posteriori*, isto é, elas remetem a processos sociais que já se cristalizaram, se institucionalizaram. Enquanto isso, a noção de estrutura de sentimentos pode remeter à elaboração daquilo que o autor nomeia "hipótese cultural". Há nela uma pretensão de to-

talidade, no sentido de conectar algo que está difuso na sociedade, mas, principalmente, está presente no desafio de compreender processos de mudança social *in flux*, ainda não institucionalizados, sem forma definida, que se produzem permanentemente em situação de disputa por hegemonia. Argumenta o autor que esta estrutura pode ser mais facilmente percebida na arte, em particular na literatura. Isso porque a literatura nomeia, narra, cria situações, borra as fronteiras, serve-se da ambiguidade, namora com o oblíquo, dança com o não-dito, afirma negando, nega sem rasurar vestígios. Condições estas que favorecem aos pesquisadores atentos à percepção daquilo que Williams denomina “elementos emergentes”, o novo, a partir do qual se pode perceber os rumos das mudanças nos processos sociais, e que coexistem com os elementos dominantes e os elementos residuais (WILLIAMS, 1979).

Nesta análise partimos da formação da literatura moçambicana para as ciências sociais e daí para os movimentos sociais, a fim de indicar os elementos que nos parecem, no momento, se configurar como uma estrutura de sentimentos.

A sociedade moçambicana, como outras sociedades pós-coloniais forjadas no colonialismo tardio, passou nos últimos 50 anos por sucessivos processos de mudanças radicais. De uma sociedade colonial, sob o domínio de Portugal até 1975, conquistou, após mais de uma década de luta armada, o *status* de Estado independente e soberano, tentando substituir a condição de subordinação colonial por um socialismo de estado em condições extremamente adversas - considerando-se, por exemplo, no plano político global o contexto ainda vigente da Guerra Fria; a política violenta do *Apartheid* no plano regional, sob a custódia dos governos da África do Sul e da Rodésia; e, ainda, os conflitos no próprio território nacional, as dificuldades de se forjar uma nação sem o reconhecimento necessário da diversidade que a constitui, concebendo esta diver-

sidade, antes, como um empecilho à necessária unidade nacional e símbolo do atraso que se tentava superar. Continuando o ciclo de mudanças, o fracasso do socialismo de estado, ao lado das consequências nefastas da “Guerra de 16 Anos”², levou rapidamente o país a aderir ao neoliberalismo a partir das pressões decorrentes dos acordos com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial em 1987. Choques e rupturas acumuladas em curtíssimo espaço de tempo histórico produziram marcas contundentes na formação da jovem nação moçambicana. Tais marcas foram incorporadas e elaboradas de modos diversos na literatura, nas ciências sociais e nos movimentos sociais.

Dito isso, tentaremos a seguir configurar a existência de uma estrutura de sentimentos a partir da análise do processo de formação da literatura em Moçambique. Francisco Noa e Fátima Mendonça³ destacam nos primórdios da literatura moçambicana a geração de João Albasini e José Albasini, n’*O Brado Africano*, situada nas primeiras décadas do Século XX, marcada por uma escrita de caráter denunciatório e ao mesmo tempo propositivo, cujo selo é a defesa da cidadania, ainda não tendo se configurado nitidamente um ideal nacional ou de independência. O foco daquela produção jornalística visava, principalmente, a universalização da instrução pública como instrumento primeiro de construção de cidadania, a negação das “castas” e de outras divisões sociais então prevalentes. Os jornalistas-escritores ou poetas-jornalistas estavam ligados, ao mesmo tempo, ao cânone ocidental, mas também às línguas e aos modos de vida locais. As análises sobre este período dão destaque ao caráter culturalmente

2 Guerra de 16 Anos é um dos modos de se referir ao conflito armado entre o estado moçambicano, sob o domínio da Frelimo, e a RENAMO. Essa guerra arrasou o país de 1976 a 1992, quando foi assinado o Acordo de Paz.

3 As análises dos autores expressas neste capítulo referem-se às entrevistas publicadas nos capítulos II a V.

mestiço daquelas elites intelectuais, em grande parte filhas de pais europeus e mães africanas. Nelas, a experiência concreta da vida teria favorecido o desenvolvimento de uma “escrita mestiça”, fortemente marcada pela ambiguidade e por uma intensa crise identitária. De um lado, os valores da formação educacional europeia, de outro, os valores e vivências de culturas maternas, locais e africanas. Este estado permanente de conflito teria trazido dramaticidade, intensidade e originalidade estética já nos primórdios desta literatura. Em resumo, ela foi produzida na língua do colonizador, influenciada por seus valores, manifestando-se sob o signo da ambiguidade e do conflito, decorrente da condição colonial e mestiça, com pendor para denúncia das injustiças, mas ainda sem a coloração marcada do elemento nacional, que surgirá de forma evidente na geração dos anos 1940.

Para esses estudiosos da literatura moçambicana, o “edifício de uma poesia moçambicana” revela a sua arquitetura e linhas próprias nos anos 1940 com a geração de Noémia de Sousa, José Craveirinha e Orlando Mendes. A questão da mestiçagem (em Noémia), da negritude (em Craveirinha) e o projeção da nação e da moçambicanidade constituem o motor de um projeto estético, político e cultural. Chegamos assim a alguns elementos emergentes de **uma estrutura de sentimento utópico-nacionalista-negritundista**, que se manifesta no período que antecede a luta de libertação nacional e estará presente no pós-independência: o surgimento de um **realismo nacionalista e africano**, moçambicano, ao lado de um **projeto utópico**.

Para Francisco Noa e Fátima Mendonça, essa literatura expressa o que os seus poetas consideram **elementos da africanidade**, “o ser africano”. Aquilo que antes se apresentara em conflito com o “ser europeu” passa a ser uma força centrífuga, forjada na mitologia, na cosmogonia, na oralidade e, principalmente, na

experiência. Nos anos 1960, esta experiência de cor local - que já incorporara experiências estéticas do neorrealismo, dos modernismos e do futurismo - passará pela influência da revolução política e cultural que caracterizou aquela década. Para Noa, essa literatura - que nasceu com alto grau de maturidade estética, cultural, política e ideológica - tem como elemento transversal o tema da nação livre e independente. Uma referência fundamental dessa geração foi José Craveirinha, considerado o poeta por excelência da moçambicanidade, o cidadão de uma nação que ainda não existia, entretanto narrada em seus versos.

Durante a luta de libertação nacional e, com grande vigor, no pós-independência, ganha voz e eco a chamada poesia de combate, caracterizada pelo apelo ao heroísmo dos combatentes e pela radicalização de novos elementos, oriundos de uma concepção de socialismo, unidade e homogeneidade nacional, que deveriam ser erigidos a partir do ideal do Homem Novo e da necessidade de “matar a tribo para fazer nascer a nação”. Emergem, assim, elementos de uma **estrutura de sentimento nacionalista-coletivista** que almeja apagar aqueles sentidos de africanidade, típica do momento anterior em que havia emergido uma **estrutura de sentimento utópico-nacionalista-negritundista**.

É interessante notar que, nos anos 1980, a poesia de Craveirinha, antes portadora de uma utopia, voltará à cena carregada de crítica distópica que enfatiza limites, abusos e tensões que atravessam a vida política e o cotidiano da sociedade moçambicana no pós-independência. Nessa mesma toada surgem novos movimentos literários, como a chamada Geração Charrua, que unia a irreverência de Craveirinha, a qualidade estética e a diversidade temática e de estilos e tendências presentes na literatura moçambicana, à semelhança da geração da revista *Itinerário*, publicada nos anos 1940.

Em alguns autores e autoras da geração de escritores e escritoras que emergiu nos anos 1980 as questões da nação e da memória, da utopia e da distopia, do passado e do futuro, e em especial da diversidade étnica, racial e cultural, em contraposição à uniformização proposta pelo estado no pós-independência, aparecerão com novo vigor⁴. A nação continua a ser narrada sob diferentes perspectivas e miradas. Este momento corresponde à travessia e ao fim da “Guerra de 16 Anos”, à assunção da política neoliberal, à reforma constitucional de 1990, à presença do multipartidarismo, à chegada dos organismos internacionais de cooperação e ajuda, à proliferação das ONGs etc. A partir do final dos anos 1980, é possível perceber os primeiros sinais de reação da literatura à situação de perplexidade que se instaurou nos 10 primeiros anos da Independência, nos quais os ideais sonhados tornaram-se pesadelo para maior parte das pessoas, grupos e classes sociais.

A partir da primeira década do Século XXI, a literatura moçambicana já está plenamente “aberta”. Do ponto de vista temático, ela aponta para muitas direções. A questão identitária e o desafio da nação permanecem, mas, agora, com nova roupagem e novos questionamentos, dado que o caminho percorrido não havia aparentemente levado a uma solução satisfatória, como aquela imaginada na utopia de Craveirinha. Paralelamente outras linhas se desenham.

4 É importante ressaltar que a política do Homem Novo adotada pelo estado moçambicano não tinha uma aderência monolítica dentro do Partido Frelimo. Ungulani Ba Ka Khosa (2015) em *Memórias Perdidas, Identidades sem cidadania* faz referência a vozes dissonantes no IV Congresso da Frelimo, em 1983, que recomendam: “É grande a nossa diversidade étnica e linguística. Foram diversas as formações sociais pré-coloniais, cada uma com as suas características próprias. A dominação colonial abateu-se sobre a totalidade do nosso país, mas afectou de formas diferentes as diversas regiões de Moçambique. [...] Hoje, liberto o país, devemos lutar contra a tendência simplista de recusar a diversidade como forma de realizar a unidade. Fazer isso é considerar, erradamente, que a diversidade é um elemento negativo da criação da unidade nacional; é pensar, erradamente, que a unidade nacional significa uniformidade (FRELIMO, 1983 apud KHOSA, 2015: 129).

A literatura ganha temáticas transnacionais, a vertente intimista, que sempre existiu, torna-se mais evidente. Noa e Mendonça referem-se a esse momento como o momento da “afirmação das subjetividades e das opções estéticas diversificadas”. Dito isso, propomos uma primeira elaboração de **uma estrutura de sentimento** que começa a se desenvolver nos anos 1940, a **estrutura de sentimento utópico-nacionalista-negritundista**, em que se destacam um sentimento de nação e de moçambicanidade. As tensões que se estabelecem aqui residem no interior da ideia de moçambicanidade: ela é negritundista, mas de que modos a mestiçagem era percebida neste contexto dado que muitos dos escritores eram culturalmente mestiços? Ela apela para visibilidade da diversidade cultural, étnica, mas até que ponto ela é homogeneizante, dado o caráter predominante do elemento nacional? Essa mesma estrutura emerge nos anos 1950-1960, será afetada na década de 1970 até meados dos anos 1980 pela radicalização de novos elementos, constituindo uma **estrutura de sentimento nacionalista-coletivista**, focada no socialismo, na unidade nacional, no ideal do “Homem Novo” e da necessidade de “matar a tribo para fazer nascer a nação”. A partir dos anos 1990 essa dimensão concentracionária do nacional passou a ser questionada e relativizada. Ao mesmo tempo em que se manifestam elementos de continuidade com a estrutura de sentimento utópico-nacionalista-negritundista, essa literatura está muito distante de ser uma reprodução daquela. O pendor utópico se transforma em distópico. A diversidade temática presente nos primeiros momentos daquela literatura volta à cena, mas o contexto é diverso e sujeito a novas questões. Essas mudanças sugerem a emergência de uma **estrutura de sentimento distópica e da diversidade**.

Assim, poderíamos pensar em termos de um ciclo contraditório permeado por continuidades e discontinuidades. De tal modo que nos anos 1940 teria havido a emergência do sentido utópico ligado à nação e à moçambicanidade, entendi-

do como pertencimento à terra e negritudismo; nos anos 1970 um sentimento do nacional diverso, fundado na unidade, na luta, no socialismo homogeneizante, para, no final da década de 1980, emergir um sentimento distópico em relação ao projeto de nação homogênea e inclusivo em relação à diversidade.

A análise feita até aqui sugere que estes três momentos poderiam ser tomados como uma configuração de caráter dinâmico de uma estrutura de sentimentos em aberto. Assim, uma vez percebida, a partir da literatura, a existência de uma estrutura de sentimentos em que três momentos se destacam com o surgimento de novos elementos e a preservação de elementos anteriores, analisaremos de que modo nos dois últimos momentos – relativos ao período em que tem início o socialismo de estado e, posteriormente, ao período neoliberal – as ciências sociais e o movimento de mulheres em Moçambique se inserem neste contexto.

1.2 Do pensamento social / das ciências sociais / do Centro de Estudos Africanos

O desenvolvimento das ciências sociais em Moçambique se dá no pós-Independência e tem a sua institucionalização no Centro de Estudos Africanos (CEA), criado em 1976, sob a direção de Aquino de Bragança. Sua função era produzir conhecimento sobre a sociedade moçambicana a partir da realização de pesquisa empírica, fundamentada no método dialético. O Centro deveria atender necessariamente às demandas vindas do Estado para subsidiar ações e políticas que estavam a ser implantadas. As transformações vividas no CEA têm conexão direta com as transformações políticas relacionadas ao fim da era do socialismo de estado e à ascensão do período neoliberal, fortemente induzido, como já mencionado, pelas exigências de contrapartida impostas pelo FMI e outras instâncias de governança supranacional.

O CEA teria se constituído no bojo da **estrutura de sentimento nacionalista-coletivista**, e é possível perceber que alguns elementos dessa estrutura tiveram uma sobrevida ainda mais significativa aqui do que na literatura, em especial, no que se refere à sobrevivência da poesia revolucionária dos anos 1970. A literatura, quando comparada às ciências sociais, antecipou a crítica à concepção excessivamente unificadora e homogeneizante da identidade nacional imposta pela Frelimo. A ideologia do “Homem Novo”, por exemplo, parece ter sido colocada em causa em primeiro plano no universo literário.

Uma característica marcante dos primeiros anos do CEA foi a presença ativa de intelectuais, pesquisadores e militantes políticos provenientes de diversas partes do mundo, os chamados cooperantes, internacionalistas, exilados e outras categorias próprias do momento. Conhecimento e política andavam, pois, de mãos dadas. Mas nem tanto, uma vez que muitos relatórios de pesquisa produzidos foram engavetados pelas autoridades governamentais que os solicitaram.

Alguns aspectos da trajetória do CEA são particularmente importantes. A experiência concreta da pesquisa empírica, a ênfase nos métodos e técnicas de investigação, a busca de conhecimento concreto sobre a realidade, e a experiência do fazer coletivo certamente contribuíram para dar uma forma bastante sólida às ciências sociais que lá se elaboravam. Aqui é possível perceber em tintas fortes o engajamento no trabalho coletivo de construção do conhecimento e da nação.

A partir do final dos anos 1980 e início dos 1990 começam a surgir no campo das ciências sociais elementos da **estrutura de sentimento distópica e da diversidade**. Este período corresponde à formação de quadros no exterior, mediante a realização de mestrados e doutoramentos, mas também ao financiamento de pesquisas por agências internacionais. É emblemático o cruzamento

da história de vida de Isabel Casimiro, por exemplo, com o CEA e com os movimentos sociais. Seus primeiros estudos sobre a participação da mulher na luta armada foram resultado de uma sugestão de Aquino de Bragança. Em 1987, Casimiro recebeu uma bolsa da Fundação Ford e foi estudar com Kate Young na Inglaterra. Ao retornar criou o Núcleo de Estudos da Mulher no CEA e passou a envolver-se cada vez mais com os movimentos de mulheres.

1.3 Dos movimentos de mulheres

No pós-Independência, o discurso da igualdade esbarrou na desigualdade de gênero cultural e socialmente consolidada. O movimento de massa das mulheres moçambicanas, ligado ao movimento de libertação, se institucionalizou e burocratizou-se na Organização da Mulher Moçambicana, atrelada à política oficial da Frelimo. Na década de 1990, ao lado do *boom* das associações, ocorreu também uma ampla mobilização em torno da Conferência de Beijing (1995). Neste contexto efervescente um novo discurso sobre igualdade de gênero, empoderamento, entre outras categorias, passou a ser articulado, resultando, em 1993, na criação do Fórum Mulher.

Sobre as características da formação do movimento de mulheres, segundo Graça Samo, a tese de Casimiro destaca duas forças propulsoras:

[Uma] que é o interesse em dar cobertura à necessidade que a cooperação internacional tinha de ter parceiros para incrementar seus projetos, portanto, como mecanismo de executar o fundo do doador. [Outra] é impulsionado pela fraqueza que se começa sentir nas instituições do Estado. A massa trabalhadora da máquina estatal, com problema de salários baixos e questões motivacionais, muitos começam a encontrar, na criação dessas associações, uma alternativa para aumentar a sua renda. Então, essa sociedade civil tem uma gênese

muito particular, que é também determinada por essas dinâmicas e não, necessariamente, dos grupos que se unem e se mobilizam para atacar um determinado problema.⁵

Este excerto da entrevista sugere o momento de emergência de elementos da **estrutura de sentimento distópica e da diversidade**. Durante a luta de libertação nacional e imediatamente após a independência, a Organização das Mulheres Moçambicanas, vinculada à Frelimo, assumiu o protagonismo dos movimentos de mulheres em Moçambique, ajustando-se aos elementos típicos da **estrutura de sentimento nacional-coletivista**, ao Homem Novo que corresponderia também uma nova mulher. A criação do Fórum Mulher, constituído por uma multiplicidade de organizações de mulheres e sustentado a partir do financiamento de projetos, via agências internacionais, surge neste cenário como um elemento desestabilizador da política homogeneizante da Frelimo. A questão da diversidade presente no Fórum Mulher parece enfrentar uma complexidade que precisa ser refletida. Em linhas gerais, o discurso feminista coloca-se de certa forma como um discurso globalizante. Apesar da diversidade ser uma das principais bandeiras de diversas perspectivas feministas, o gênero se constitui como uma categoria permeada por uma tensão que é resultado do processo de dominação patriarcal, para utilizar aqui um referencial clássico. De qual diversidade se trata aqui? Da diversidade e fluidez do gênero? Da diversidade cultural presente naquela sociedade, que ao mesmo tempo pode ser vista até certo ponto como um dos pilares da dominação patriarcal? No limite, a crítica a tais comportamentos tradicionais não levaria a uma afinidade eletiva com a ideologia do Homem Novo, segundo a qual seria necessário matar a tribo para fazer nascer a nação? Uma sociedade, encarnada na consciência de uma “nova mulher” empoderada poderia ser vista como portadora do “tribicídio”?

⁵ Ver entrevista de Graça Samo no Capítulo 5.

Graça Samo considera a questão cultural como um dos maiores desafios enfrentado pelo movimento de mulheres em Moçambique. Argumenta, por exemplo, que a presença significativa de mulheres no parlamento moçambicano (40%) não se traduz em políticas públicas favoráveis à igualdade de gênero ou ao empoderamento das mulheres:

Muitas dessas mulheres saíram de casa, de suas comunidades e foram colocadas no parlamento simplesmente porque foram as mobilizadoras no processo de campanha eleitoral. [...] É nossa cultura, é essa mesma cultura que serve de entrada para que a agenda dos direitos possa se transpor e fazer-se valer. Mas o que elas conhecem é a cultura, o discurso que estão habituadas a ouvir. É o que ouviram em toda sua vida. A perspectiva dos direitos humanos é também muito questionável para elas. É algo que está no papel, mas a vida prática é outra realidade. Então como realmente trabalhar estas questões todas? Esse tem sido nosso desafio. O que significa trabalhar direito das mulheres? O que significa essa igualdade de gênero? O que é feminismo? O Fórum Mulher era uma organização que não se aceitava como organização feminista. Ela se dizia organização que trabalha gênero, mas que gênero é esse? Há muitos gêneros ...⁶

A questão da identidade apresenta-se como central para a luta e para a reflexão realizada pelo FÓRUM MULHER. O trabalho político de formação que se pretende realizar requer um questionamento identitário: quem eu sou e quem somos nós mulheres moçambicanas, mulheres africanas, mulheres do mundo? A questão nacional aparentemente não se coloca de modo direto, mas de forma oblíqua quando as próprias mulheres se reconhecem como pertencentes a determinados grupos étnicos, sociais e territoriais, as mulheres do campo e as da cidade; as mulheres do norte, as do centro e as dos sul etc.

6 Ver entrevista de Graça Samo no capítulo 5.

No decorrer dessa segunda parte, procuramos argumentar em torno da possibilidade de construir uma hipótese cultural tendo em vista o processo de construção da nação em Moçambique tomando como pontos de referência a literatura, as ciências sociais e o movimento de mulheres. Afirmamos em princípio que a literatura seria o campo mais fértil para identificar tais elementos. Esboçamos três momentos deste processo nomeando cada um deles como uma estrutura de sentimento particular – **a estrutura de sentimento utópico-nacionalista-negritundista, a estrutura de sentimento nacionalista-coletivista, a estrutura de sentimento distópica e da diversidade.** Algumas questões veem à superfície. Em que medida estas três estruturas de sentimento podem se configurar como uma unidade constituída de diversidades? Se assim for, quais seriam os elementos dominantes, os elementos residuais e os elementos emergentes de cada uma delas, ou de cada momento de manifestação desta estrutura? De que modo a trajetória das ciências sociais e do movimento de mulheres se articula com tais estruturas de sentimento?

Para concluir destacamos duas questões de difícil e necessário enfrentamento: o problema da diversidade e da unidade e o problema da articulação entre a influência de elementos externos e as contradições internas à sociedade moçambicana.

No primeiro caso, trata-se de ter em consideração a ideia de que as sociedades africanas não poderiam ser pensadas a partir de uma “normatização” oriunda das ciências sociais produzidas nos “países centrais”, bem como não deveriam ser tomadas como uma alteridade absoluta. Consideramos que nossa abordagem se propõe como uma possibilidade de reflexão que leva em consideração essa tensão. Assim, ao propor a elaboração de uma hipótese cultural para pensar Moçambique, privilegiamos o campo da literatura, das ciências

sociais e dos movimentos de mulheres a partir de narrativas de suas próprias atoras/es e estudiosas/os locais, estabelecendo um primeiro nível de análise transnacional, a partir do qual novas consequências poderão surgir para a análise sociológica em geral.

No segundo caso, a tensão entre a presença dos elementos externos - que são impostos por diversas vias (organismos internacionais, processo de globalização) - e agentes internos, marcados por diversidade cultural e política, coloca em relevo a necessidade de articular esta complexa rede de influências e interações. Podemos considerar a presença das questões relativas à diversidade cultural, étnica, de gênero, entre outras, como meros reflexos da extravessão no campo das ciências sociais? Quais seriam as implicações, as permanências e os elementos emergentes resultantes das articulações produzidas entre estes diferentes agentes? Dizendo de outro modo, trata-se de um processo de dominação colonial atualizado ou do surgimento de novos modos de se refletir criticamente sobre dimensões das sociedades africanas?

Esta é a experiência que tem nos desafiado a repensar a sociologia que fazemos.

Referências bibliográficas

AMIN, Samir. *Eurocentrism: Modernity, Religion, and Democracy. A Critique of Eurocentrism and Culturalism*. New York, Monthly Review Press, 2009.

BRAGA-PINTO, César; MENDONÇA, Fátima. *João Albasini e as luzes de Nwanzengele. Jornalismo e política em Moçambique 1908-1922*. Alcance Editores, Maputo, 2014.

BUSSOTTI, Luca; MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais, Estado e Sociedade Civil em África. Considerações introdutórias. *Cadernos de Estudos Africanos*, v. 32, p. 7-14, 2016.

CASIMIRO, Isabel. Mulher, pesquisa, acção e mudança. In: SILVA, Teresa Cruz; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de. *Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*, Dakar, Codesria, 2012, p. 211-226.

COUTO, Mia. *A Espada e a Azagaia*. Editorial Caminho, Lisboa, 2016.

CRUZ E SILVA, Teresa. Aquino de Bragança e as reflexões e respostas sobre a produção do conhecimento e as ciências sociais em África: Moçambique, lições aprendidas, lições esquecidas? In: SILVA, Teresa Cruz; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de. *Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar, CODESRIA, CLACSO, 2012.

ELLIS, Stephean; KESSEL, Ineken van (Orgs.). Introduction: African social movements or social movements in Africa? In: ELLIS, Stephean; KESSEL, Ineke van (Eds.). *Movers and shakers social movements in Africa*. Leiden; Boston: Brill, p. 1-17, 2009.

HOUNTONDJI, Paulin. Investigação e extravasão: elementos para uma sociologia da ciência nos países da periferia. *Soronda*, n. 8, p. 107-118. Bissau, Jul., 1989.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. Memórias perdidas, identidades sem cidadania. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, maio, p.127-132, 2015.

MACAMO, Elísio Salvado. A constituição de uma sociologia das sociedades africanas. *Estudos Moçambicanos*. Maputo, n. 19, p. 5-26, 2002.

MACAMO, Elísio Salvado. Plus ça change, plus c'est la même chose: Wandel und Politik in Mosambik. In: AUGEL, Johannes; MEYNS, Peter (Orgs.). *Transformations probleme im portugieschsprachigen Afrika*. Hamburg: Institut für Afrika-Kunde, 2001, p. 67-90.

MACAMO, Elísio Salvado. Relações entre o Brasil e a África: os desafios da produção dum conhecimento crítico. *Estudos de Sociologia*. Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 2, n. 15, p. 35 – 47, 2009.

MAMDANI, Mahmood; MKAMDAWIRE, Thandiko; WAMBA-DIA-WAMBA, Ernest. Movimentos sociais, mutações sociais e luta pela democracia em África. In: *Ciências sociais em África: alguns projetos de investigação*. Dakar: CODESRIA, 1992. p. 63-90.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: Desconstruindo genealogias eurocêntricas. *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 27-42, jan./abr., 2014.

MBEMBE, Achille. *On the postcolony*. Los Angeles (CA): University of California Press, Berkeley, 2001.

MUDIMBE, Vumbi Yoka. *A invenção de África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento*. Mangualde, Edições Pedagogo; Luanda, Edições Mulemba. 2013.

MUTZENBERG, Remo. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África. *Revista Sociedade e Estado* – v. 30 n. 2 Maio/Agosto, p.415-447, 2015.

MUTZENBERG, Remo. Protestos sociais em Moçambique: Uma agenda de pesquisa. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 14, p. 137-153, 2014.

MUTZENBERG, Remo; SOARES, Eliane. Democratização, sociedade civil e cultura política: aproximações entre o Brasil e a África lusófona. *Estudos de Sociologia*, V. 15, n. 2, p. 49-68. Recife, Jul.-Dez., 2009.

MUTZENBERG, Remo; SOARES, Eliane Veras . Literatura, conhecimento e política: diálogos entre Brasil e África. *Estudos de Sociologia*, v. 2, p. 1, 2014.

NOA, Francisco. *Surget et Ambula*: literatura e (des)construção da nação. *Estudos de Sociologia*, vol. 2., n. 20, p. 341- 369, 2014. (Entrevista concedida a Eliane Veras e Remo Mutzenberg).

SOARES, Eliane Veras. Estruturas de sentimento e formação da sociedade moçambicana: literatura, pensamento social e movimento de mulheres. In MATA, Inocência (org.). *Discursos memorialistas africanos e a construção da história*. Lisboa, Edições Colibri, 2017.

SOARES, Eliane Veras. Embora lidando com literatura, você está fazendo sociologia. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 14, p. 81-92, 2014a.

SOARES, Eliane Veras. Estruturas de Sentimento e formação da literatura em Moçambique: a construção de uma hipótese. *Onteiken*, v. 17, p. 59-68, 2014b.

SOARES, Eliane Veras. Literatura e estruturas de sentimento: fluxos entre Brasil e África. *Sociedade e Estado*, v. 26, p. 95-112, 2011.

SOARES, Eliane Veras; ALVES, Aline Adelaide. Literatura e materialismo cultural: uma proposta de análise. *Revista Sociedade e Estado*, v. 30, n. 2, Maio/Agosto, 2015, p. 371-388.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

2. SURGET ET AMBULA: LITERATURA E (DES)CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

Entrevista com Francisco Noa¹ por Eliane Veras e Remo Mutzenberg²

Numa manhã de inverno em Maputo, dia 13 de julho de 2011, realizamos esta entrevista com um dos mais destacados teóricos e críticos da literatura moçambicana da atualidade, Francisco Noa. O leitor observará que qualquer roteiro de entrevista teria sido dispensável. O entrevistado, uma vez ciente do mote

1 Francisco Noa é doutor em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela Universidade Nova de Lisboa com a tese *Literatura Colonial. Representação e Legitimação – Moçambique como invenção literária* (2001). Atualmente é professor efetivo da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, e Diretor Executivo e Investigador do Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança-CESAB. Foi Assessor Científico do Reitor da Universidade Politécnica (2009 a 2012), Vice-Reitor do ISCTEM (2007 a 2009) e Director Científico e Pedagógico (Instituto Superior Politécnico e Universitário-ISPU) (2005-2009). No momento desenvolve as pesquisas “Moçambique e o Oceano Índico: Literatura e Conhecimento Sociocultural” e “De S. Paulo de Luanda a Luanda, de Lourenço Marques a Maputo: capitais coloniais em tempos pós-coloniais”. Entre suas publicações destacam-se: *Perto do Fragmento, a Totalidade (Ensaio)* (no prelo); *A Letra, a Sombra e a Água. Ensaio & Dispersões*, Maputo, Texto Editores, 2008; *Império, Mito e Miopia. Moçambique como invenção literária*, Lisboa, Caminho, 2002; *A Escrita Infinita*, Maputo, Livraria Universitária, 1998; *Literatura Moçambicana – Memória e Conflito*, Maputo, Livraria Universitária, 1997; além de diversos artigos publicados em revistas locais e internacionais. Email: francnoa@yahoo.co.uk

2 Entrevista Publicada originalmente na Revista Estudos de Sociologia, Volume 2, Número 20, jan./jun.2014, p. 341- 369. Agradecemos os Editores pela autorização de publicação. Título original - SURGET ET AMBULA: Literatura e (des)construção da nação.

da entrevista, tomou para si a narrativa e nos presenteou com uma exposição precisa, profunda e amadurecida sobre o processo de formação da literatura moçambicana. Nesta conversa, em forma de depoimento e reflexão permanente, o leitor encontrará uma interpretação do desenvolvimento daquela literatura em diálogo com as condições sociais, políticas e culturais que conformaram o processo de dominação colonial, a luta de libertação nacional e os desafios presentes no período pós Independência em Moçambique. Além de um convite ao conhecimento desta literatura, a entrevista de Francisco Noa é um convite à exploração de uma faceta pouco conhecida, por nós, da história e da formação social desta jovem nação africana.

Eliane Veras: Nós gostaríamos que o senhor nos apresentasse um panorama do processo de formação da literatura em Moçambique. E, se possível, também que nos falasse um pouco sobre como o senhor percebe essa relação entre literatura brasileira e literatura moçambicana.

Francisco Noa: Muito bem. Ultimamente tenho defendido que o percurso das literaturas africanas em língua portuguesa, a moçambicana em particular, pode ser comparado com a imagem de duas pirâmides invertidas – uma espécie de um beijo de pirâmides invertidas. Eu explico. Essas literaturas surgiram no contexto colonial. Digamos que esse é um elemento unificador da maior parte das literaturas africanas, enquanto fenômeno de escrita. Portanto, elas surgem em contexto colonial, e formaram-se guiando-se muito pela língua do colonizador e, de certo modo, muito pelos valores do colonizador – valores estéticos, valores culturais, valores éticos, valores religiosos (no caso do catolicismo e do protestantismo). Porque essas elites passavam por um processo de educação, de escolarização, fundamentalmente guiado exatamente pela política colonial portuguesa. Entretanto, toda a sua consciência, inclusive a sua consciência na-

cionalista, estética, foi se formando nessa base. E foi se formando em finais do século XIX, mas sobretudo a partir do século XX, inícios do século XX. E ela surge ainda, nas suas origens, muito ligada ao cânone ocidental. Além dessa questão dos cultores, dos escritores terem sido formatados por parte assinalável dessa cultura, o que acontece é que eles de certo modo sentiam que a sua legibilidade, a sua aceitação, ou a sua legitimação, seria possível se eles de fato cultivassem esses padrões, a língua, e os referidos valores estéticos. Então eles vão escrevendo e – à medida que vão ganhando uma maior consciência identitária, que era uma identidade crítica – vão tomando consciência, no sentido de que a sua escrita estava profundamente ligada a um projeto identitário, a um projeto nacional. E vão escrevendo até confluir na independência nacional. Digamos que todo o processo de escrita antes da Independência acompanha os desenvolvimentos que se dão nas colônias, no sentido de se chegar às independências nacionais. Portanto, essas literaturas cumpriram, por um lado, um projeto cultural, um projeto estético, mas também cumpriram um projeto político que, sem deixar de projetar valores intrínsecos e muito próprios, incorporava os que vinham do mundo do colonizador. Então, daí esse afunilamento até a independência nacional – no caso de Moçambique, que foi em 1975. Era e é uma literatura que está muito interligada com os percursos vivenciais. Entendo que esta é, afinal, uma característica da arte africana. A arte africana está visceral, está estruturalmente ligada ao meio em que ela surge. Então, se esse meio tem particularidades (culturais, políticas, ideológicas, sociais, econômicas), a literatura vai dialogar com esse mesmo meio e irá manifestar muitas das especificidades que esse meio apresenta. Portanto, nós temos um primeiro momento que, numa analogia com a periodização feita por Antônio Cândido em relação à literatura brasileira, seria equivalente às primeiras manifestações, sobretudo no século XVI. No nosso caso, essas primeiras manifestações se

dão em finais do século XIX, mas sobretudo em princípios do século XX, onde encontramos os irmãos Albasini – João Albasini e José Albasini –, jornalistas e homens da escrita. Esta tendência de o jornalismo estar ligado à literatura vai ser uma característica que se vai manter praticamente ao longo do percurso da literatura moçambicana. A relação com a escrita, curiosamente é uma escrita que procura dizer a verdade, através do jornalismo, vai depois se conciliar com uma escrita que de certo modo amplifica ou subverte o sentido da verdade, por causa da própria especificidade da literatura, que é a ficção. João Albasini vai escrever um livro, que será publicado postumamente, que é, do meu ponto de vista, um livro emblemático da emergência da literatura moçambicana, que é *O Livro da Dor*, que surge em 1925. É um livro do género epistolar, curiosamente muito ligado ao imaginário do ultrarromantismo europeu que, como sabemos, é o último vestígio do romantismo do século XIX no Ocidente. É um romantismo exacerbado, que está muito presente sintomaticamente na escrita do João Albasini, e essa preocupação também do género epistolar, que também esteve muito em voga na estética romântica, mostra muito bem esta ligação entre esses autores, essas elites, com o imaginário do Ocidente.

Por outro lado, é preciso entender que a maior parte desses escritores é mestiça, é biologicamente mestiça. Muitos deles, filhos de pai europeu e mãe negra, o que determina que, por essa razão, sejam também culturalmente mestiços. Trata-se de uma dualidade incontornável, em alguns casos até uma ambiguidade, muito intensa, e que vai depois instituir-se como a marca identitária destes sujeitos, mas também como a marca identitária desta escrita, que é o problema da crise identitária. Portanto esta crise identitária não pode ser vista como um defeito, não pode ser vista como um problema, mas como algo estrutural. Ela é uma marca incontornável, criada pela situação colonial que, de certo modo, irá traduzir, por momentos, a sobreposição de uma cultura sobre a outra. Nes-

te caso, da cultura europeia, através da língua e dos valores em jogo, sobre as culturas africanas. Então, os escritores, quando surgem, acabam por traduzir muito este conflito. E depois do João Albasini nós vamos ter Rui Noronha, que é um poeta, também é mestiço, e que traduz de forma muito mais aguda este mesmo conflito. Vale lembrar que, no caso do João Albasini, isto era muito mais manifesto na sua escrita jornalística e cívica, em que ele tinha uma grande intervenção tanto na língua local, o ronga, como na língua portuguesa. Portanto, uma característica dessas primeiras elites, apesar de, ou por serem mestiças, é que cultivavam as duas línguas. E havia alguns deles que eram excelentes falantes das línguas nacionais – neste caso, muito por influência materna. Muito da sua reivindicação cívica era no sentido de que – não se falava em independência nessa altura, obviamente – mas era sempre no sentido de que os seus irmãos negros, os nativos, tivessem os mesmos direitos de cidadania que os cidadãos portugueses. A grande preocupação era a questão da cidadania. E essa cidadania só seria possível também com a instrução. Daí que eles apelavam muito que os seus irmãos negros - que eram uma maioria esmagadora - deviam ser instruídos e que o sistema colonial devia apoiá-los nesse sentido. Então, no caso do João Albasini, o que nós notamos essencialmente é que essa dualidade é mais manifesta na sua vida cívica, na sua posição jornalística, do que propriamente na sua obra literária, que está muito amarrada aos padrões estéticos do Ocidente. Rui de Noronha, por seu lado, segue um pouco também na mesma linha, só que, apesar de ele também ter escrito alguns textos jornalísticos, sobretudo em *O Brado Africano*³, o Rui de Noronha vai traduzir todas essas dualidades na sua própria obra. Portanto, a sua obra – apesar de nós devermos ter a preocupação de muitas vezes separarmos a obra da vida

3 Jornal editado em Lourenço Marques, capital colonial de Moçambique, entre 1933 e 1974.

do autor, penso que no caso das literaturas africanas é muito difícil nós obtermos essa separação – e então o que nós sentimos no caso do Rui de Noronha é que a sua obra acaba por estar muito contaminada e muito marcada por este conflito, exatamente entre duas culturas, entre duas civilizações. Temos muitos poemas que traduzem esta ambivalência apesar de muitas vezes ser uma visão um pouco distante, um pouco paternalista em relação aos seus irmãos negros, que eram a massa dominada, por excelência. Apesar de haver esta visão, há uma preocupação real com essa massa humana, mas por outro lado há todo este imaginário do Ocidente, da cultura ocidental, que conduz a configuração estética da sua obra. De tal modo que muito da sua poesia – os poemas que são reunidos – são sonetos. Como sabemos, o soneto é uma forma literária ocidental por excelência. Na sua poesia, apesar de muito intimista, há digamos implícita nela um certo sentido messiânico. Isso se traduz, por exemplo, num poema muito conhecido que é o *Surge et ambula*⁴, em que ele fala de uma África adormecida que tem que despertar e avançar em direção ao progresso. Obviamente ainda é uma visão que podemos dizer quase que romântica desse erguer da África, e que tem a ver obviamente também com a época em que isso acontece – estamos a falar da década de 1930, princípios dos [anos] 1940.

Mas eu considero que o início da literatura moçambicana dá-se efetivamente a partir de finais da década de 1940. Isto é, do ponto de vista sistemático e consequente. Portanto, depois das primeiras manifestações, dos precursores, temos a partir daí uma literatura que nos aparece como um sistema, isto é, já com um corpo de autores, de obras que circulam, conjunto de leitores, e uma crítica que, de certo modo, já se começa a consolidar. O que nós temos de fato é uma geração que surge na década de 1940, em que pontificam nomes como Fonseca

4 Disponível em <http://allpoetry.com/poem/8624151-Surge-et-Ambula-by-Antonio-Rui-de-Noronha>

Amaral, Noémia de Sousa, José Craveirinha, Orlando Mendes, Virgílio de Lemos, Rui Nogar, Rui Knopfli, Aníbal Aleluia e outros. Podemos, mesmo, falar de uma geração – obviamente, nem sempre com muita coesão, mas com um forte sentido de se pertencer a alguma coisa. E esse sentido de pertencer a alguma coisa, a um território, vai ser marcante no percurso da literatura e no surgimento de uma consciência nacionalista. Porque antes – no caso do João Albasini, no caso de Rui de Noronha – não podemos falar propriamente de um conceito de nação; o que estes defendiam era exatamente uma noção de justiça, do ponto de vista daquilo que é o direito à cidadania. Julgo que a consciência nacionalista que, entretanto, emerge na década de 1940, deriva de muitos fatores, entre eles, a 2ª Guerra Mundial, que colocou esses jovens, destas sociedades periféricas, em contato com os grandes centros do mundo. Entretanto, nessa mesma década de 1940 vão surgir duas revistas que vão ser importantes na confirmação deste sentido geracional. Uma delas curiosamente tem a ver com um dos símbolos da sociedade colonial, o *Jornal da Mocidade Portuguesa* (1947-1956). Portanto, algumas pessoas conseguiram encontrar um espaço nessa revista para publicar alguns textos representativos. Noémia de Sousa, que era uma das vozes mais inconformadas, teve lá alguns dos seus textos publicados. Embora essa revista defendesse outros valores, ancorados ao imaginário do colonizador, eles conseguiram passar alguns desses poemas que anunciavam uma nova era. A publicação mais importante será certamente o *Itinerário* (1941-1955), que funcionou como o órgão propagador dos ideais desses jovens. Eram jovens progressistas, que obviamente tinham bebido muito dos movimentos progressistas da altura, dos movimentos estéticos mais marcantes – por exemplo, o modernismo, o futurismo, o dadaísmo, neorrealismo... Uma parte deles (Fonseca Amaral, Noémia de Sousa, José Craveirinha, Orlando Mendes) vai assumir claramente que a grande identificação ideológica e estética que eles encontram com os centros

da América e da Europa tem a ver exatamente com as preocupações do neorealismo no Brasil e do neorealismo português, sobretudo.

Outro aspecto marcante que temos que sublinhar no processo de construção desta literatura é que ela surge sob o signo da ruptura. Mas ela não rompe – como muitas vezes as pessoas confundem – com a literatura portuguesa, mas sim com a literatura que se fazia na Colônia pelos portugueses, que era a literatura colonial; que era uma literatura que obviamente sobrevalorizava o homem branco, sobrevalorizava o português, a sua presença e as suas ações, em África. E muita dessa ruptura vai ser curiosamente protagonizada também por filhos de colonos – estou a pensar no Rui Knopfli, estou a pensar no Orlando Mendes. Eles acabam por assumir uma espécie de um sentido telúrico, de que faziam parte deste espaço, deste espaço físico, deste espaço cultural, com todas as suas diversidades, com todas as suas especificidades. E algo que pude observar também é que, aliado a esta ideia de um certo nacionalismo, segundo as pesquisas que fiz até essa altura, é que nessa mesma década de 1940 começa a circular o adjetivo “moçambicano”. Este é um fato importante e marcante pois, no período colonial, éramos todos obrigatoriamente portugueses, mesmo que nominalmente apenas. Portanto, o adjetivo “moçambicano” começa a aparecer com certa insistência, sobretudo no *Itinerário*, quer a nível desses textos de intervenção, quer a nível dos textos literários, mas também a nível de cartas de leitores. Portanto começam a ter a pretensão de que havia uma nação ali em potencial e que era preciso assumir. E julgo que a literatura deu um contributo tremendo nisso, sobretudo quando ela começa a reivindicar as diferentes especificidades, as especificidades raciais – e aí de certo modo há um diálogo com a Negritude, no caso do Craveirinha e na Noémia está muito presente isto. Outra reivindicação, portanto além desta identificação racial, desse sentido racial, é também um sentido social. Muitos deles apareciam como representantes das

camadas marginalizadas da sociedade colonial. Um sentido cultural, uma nação cultural, também estava ali muito implícito. E também, de certo modo, uma nação política. Portanto, e é nesta questão de nação política que nós vamos ter, por exemplo, alguns deles perseguidos pela polícia política, e alguns deles presos – estou a pensar no caso do Craveirinha, estou a pensar, mais tarde, no caso do Luís Bernardo Honwana, já na década de 1960. Mas, antes disso, nós vamos ter o exílio da Noémia – ela escreveu curiosamente num período muito curto, ela escreveu de 1948 a 1951. Em 1951 ela exila-se em Portugal, exatamente por causa da pressão política. Portanto significa que toda essa literatura era uma literatura engajada. Uma literatura engajada culturalmente, mas era também uma literatura obviamente engajada politicamente. Não havia nenhuma dúvida nesse sentido, porque a reivindicação que era feita era a reivindicação de um território cultural, que obviamente implicava um território político, claramente tendo em conta que se tratava de um espaço subjugado, de um espaço dominado. Sintomaticamente, em 1952 sai uma publicação, número único, do *Msaho*. “*Msaho*” originalmente é uma dança tradicional do sul de Moçambique. Portanto, só esse título já era uma espécie de um ato insurrecional. Claramente era quase que uma declaração de guerra cultural, se quisermos, em relação àquilo que era a cultura dominante, a cultura do colonizador. Muitos desses autores vão escrever o número único, que foi organizado por Virgílio de Lemos, que claramente assume de forma combativa – temos que dizer combativa porque obviamente não conseguem fazer os outros números, não só por questões econômicas, mas também porque o cerco da polícia política era cada vez maior. Portanto o risco desses jovens entrarem para a prisão por causa da sua posição como poetas era muito grande, ou de sua posição como artistas, se pensarmos depois, mais tarde, na década de 1960, no caso do pintor Malangatana, preso juntamente com o José Craveirinha, Rui Nogar

e Luis Bernardo Honwana. Portanto não era necessariamente tendo em conta posições que eles poderiam tomar fora da literatura, mas era a própria literatura que faziam que os colocava exatamente na mira dessa mesma polícia política, a famigerada PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado).

O que me parece inquestionável é que a literatura moçambicana nasce sob o signo de uma grande qualidade estética, claramente, exatamente porque há esta consciência e absorção de toda uma tradição estética relevante, tanto europeia como americana. Eles têm a consciência de que, de fato, era importante abraçar os grandes códigos estéticos e culturais do Ocidente, no sentido de que esse território que eles fossem afirmar tivesse legibilidade. Mas ao mesmo tempo eles lutavam contra uma censura feroz. A censura era ferocíssima, mas, curiosamente – o Craveirinha muitas vezes exprime isso – a censura fez com que eles agudizassem, de certo modo, o sentido estético, sobretudo nas temáticas que claramente questionavam os poderes instituídos. Nós sabemos que a literatura é também a arte da ambiguidade, da linguagem que se torna oblíqua, se torna esquiva. Então, nesse sentido, o que nós sentimos é que de fato a literatura moçambicana foi adquirindo essa maturidade estética. Outra qualidade que a literatura vai apresentar na sua origem é a qualidade ideológica, claramente a qualidade ideológica. Daí eu ter me referido, por exemplo, à influência que eles têm do neorrealismo – como sabemos o neorrealismo tem um forte componente marxista, além da sua manifesta preocupação com os injustiçados e com a denúncia das desigualdades sociais.

Eu falava dos signos de qualidade que essa literatura apresenta. Falei da qualidade estética. Claramente que ela absorve e incorpora todas essas dinâmicas estéticas do Ocidente – a literatura portuguesa, a literatura brasileira, a literatura anglo-saxônica, a literatura francesa etc. Portanto eles mantinham este diálogo fundamental, e os autores moçambicanos, nos vários depoimentos que fazem, mostram que

corriam muito para as livrarias à espera de novidades que chegavam da Europa. E depois também – um elemento crucial – havia muitos dinamizadores da cultura, aqui, de origem portuguesa. Indivíduos que estavam cá, tanto indivíduos liberais, indivíduos que tinham fugido ou tinham sido enviados para aqui pelo sistema fascista, e que estavam aqui de certo modo exilados, e que funcionaram como dinamizadores locais da cultura, e acabaram por fazer a ponte com os grandes centros culturais. Estou a pensar, por exemplo, no caso de Augusto Santos Abranches, que era quase uma figura tutelar na década de 1940, ou do Cansado Gonçalves, que vão levar muitos desses jovens a tomar contato com as ideias e esses grandes centros culturais do Ocidente. Daí a qualidade estética, a qualidade ideológica – esses jovens começam a perceber-se exatamente do contexto em que estavam a viver, e que era preciso pôr fim a essa situação. Há, por isso, claramente um compromisso de escrita, em alguns casos mais explícito, mais assumido, que outros. Por exemplo, Craveirinha, Noémia, Rui Nogar, Orlando Mendes assumem claramente este compromisso. Outros há que seguem uma linha um pouco mais intimista, mas sem perder de vista esta questão da territorialidade e de compromisso – estou a pensar no caso do Rui Knopfli, que tem um percurso muito mais individual, mas que não deixa de estar ligado profundamente àquilo que nós poderíamos considerar um certo espírito da época. Então há esta maturidade ideológica – há a preocupação, por exemplo, com a causa Palestina. O envolvimento de alguns deles no apoio à candidatura progressista do general Norton de Matos, em Portugal, nas eleições de 1948, que teria o apoio da oposição, demonstra o arrojo e a maturidade ideológica dessa geração.

Eliane Veras: Só um parêntese. Qual era o estatuto político desses escritores, do ponto de vista das eleições em Portugal? Eles podiam votar... Ou era apenas um apoio...?

Francisco Noa: Bom, isto [Moçambique] era uma Colônia. Portanto era parte do Estado português. Claro que se tratando de eleições o regime fascista exercia um enorme controle, de tal modo que Norton de Matos acabou por desistir. O mesmo aconteceria nas eleições de 1958, com a candidatura de outra figura que se opunha ao regime, o general Humberto Delgado.

Então o que nós vamos ter, portanto, é esta qualidade ideológica, mas também vamos ter uma grande qualidade temática, no sentido de que eles transformam em grande tema o espaço onde estão. São seres humanos que preenchem esse mesmo espaço. Então começamos a verificar os negros, os africanos, a tornarem-se os protagonistas da nova literatura que, entretanto, emergia. Eu referi-me há pouco que as literaturas africanas, a literatura moçambicana, não surgem em contraposição à literatura portuguesa, mas sim em contraposição à literatura colonial. Que a literatura colonial exatamente fazia o inverso do que essas literaturas vão fazer. No sentido de que elas vão reivindicar, para aqueles que são os autóctones, o lugar central nas narrativas ou nas poesias que eram escritas. Portanto era claramente uma inversão do foco, e era uma inversão no sentido da economia textual dos espaços – é certo que a literatura colonial inaugura a representação da África, inaugura a representação dos africanos, mas sempre numa perspectiva hegemônica e de subalternização. O que rompe com isso, e é, digamos, a principal marca da literatura moçambicana em relação à literatura colonial, é que os protagonistas passam a ser os africanos que, de uma condição animalesca e bestializada, adquirem cidadania e dignidade literárias. Passam a ser, neste caso, os nativos, os autóctones. Há toda uma reivindicação, sobretudo com a Negritude, no caso da Noémia de Sousa. No caso do José Craveirinha, há toda uma reivindicação exatamente na afirmação desses valores negros. E é curioso, no caso deles, porque são mestiços. Daí a ideia da “mãe África”, com toda a simbologia que lhe está implícita, uma simbologia

toda ela telúrica, mas que de certo modo estava intrinsecamente ligada à condição biológica desses autores, por serem filhos exatamente de uma mãe negra e de um pai branco. Então a grande reivindicação é exatamente em relação à parte da mãe, toda a parte da mãe.

Então temos esta primeira geração, que podemos chamar a geração que funda e fundamenta a literatura moçambicana, que é esta geração do *Itinerário*. Há também outros autores. Há o caso de João Dias, que era um autor moçambicano que vivia em Portugal na altura, autor, entre outros textos, de *Godido*, que é um conto profundamente reivindicatório, um conto que é ostensivo inclusive no caráter transgressivo e calibanesco da estrutura da língua portuguesa. E este é um aspecto fundamental também na marca territorial desta literatura, em que eles começam a introduzir tensões estéticas na própria língua, reinventando de certo modo a língua, e de certo modo casando-a com aquilo que eram os falares das pessoas e com as línguas nativas, caso do ronga e do changane. Penso que essa questão do realismo vai ser uma questão motora: tentarem ser o mais realistas possível, em relação àquilo que era o universo em que se encontravam, também era uma forma de eles se demarcarem do realismo colonial. Portanto é um realismo nacionalista, um realismo africano, que se contrapõe claramente a um realismo colonial – que acabava por ser um pouco fantasioso, ou exótico, se quisermos, em contraponto a este realismo. E é um realismo que tem outra marca, que é a marca da dor, do ser colonizado, que é a marca da dor de ser excluído, que é a marca da revolta, da negação dessa exclusão. Então ela apresenta umas marcas muito próprias na origem. Obviamente tudo isto vai marcar o percurso da literatura até a Independência e depois dela. Há um fato também importante a reter, que é o sentido utópico desta literatura. Há um realismo do momento, mas há uma perspectiva idealizada em relação ao futuro. De que aquele momento presente, que era um presente

inglório, que era um presente de dor, que era um presente de sofrimento, que era um presente de negação da sua própria condição, iria ser substituído no futuro por uma realidade que significaria exatamente a negação de tudo aquilo que acontecia naquele momento. Então, a dimensão utópica, que nós vamos encontrar, sobretudo, em Craveirinha e na Noémia, está lá claramente presente. Portanto isso mostra esta maturidade – eles são jovens, quando se iniciam na década de 1940, não tinham 20 anos ainda, portanto há um sentido precoce, da parte deles, e nesse aspecto eles antecipam, de certo modo, os movimentos de libertação e os ideais por estes defendidos.

Os movimentos de libertação vão surgir claramente para construir uma nação, criar uma nação, libertar-se do colonialismo, mas eles, os autores, já idealizavam essa mesma nação... A literatura, portanto, é premonitória não só dos movimentos de libertação, mas também das independências. Portanto há uma antecipação aqui, pela sensibilidade, pela imaginação, e a utopia vai ser uma imagem de marca desta literatura, desta poesia, que nos mostra exatamente que virá sempre um futuro melhor, em que a exploração irá acabar, a colonização irá acabar, e que haverá uma literatura própria. Portanto eles têm esta consciência de que estão a construir uma literatura própria, e que ela se vai afirmar exatamente num Estado independente. Portanto, cruzam nesta literatura uma nação cultural, uma dimensão utópica de uma nação cultural, mas também de uma nação política. Está ali claramente desenhado isso, em muitos dos textos que atravessaram os anos 1940, 1950 e 1960.

E quando chegamos à década de 1960, já com alguns países africanos independentes, com muitos movimentos de libertação, a repressão aumenta. E essa literatura ganha outra consistência, embora ela fique como que “enclausurada” – aquilo que o Pires Laranjeira denomina de “gueto”. Será, aliás, durante os anos

60, em que poetas e escritores como José Craveirinha, Rui Nogar, Luis Bernardo Honwana, o pintor Malangatana, são presos e ficam vários anos na cadeia. O Craveirinha tem um livro que se chama exatamente *Cela 1*, e há poucos anos saíram, a título póstumo, poemas que ele escreveu na prisão. Portanto é uma década marcante na trajetória da literatura moçambicana.

Até a década de 1960 a literatura moçambicana será muito dominada pela poesia. A poesia tem um ascendente tremendo, talvez porque a poesia mais facilmente exprimia aquilo que eram os grandes sentimentos, as grandes aspirações, as grandes expectativas desses autores. Então a poesia é o gênero por excelência dessa literatura, desta primeira pirâmide invertida. Vamos ter, na década de 1960, uma mudança do ponto de vista do gênero, em que começa a predominar a prosa, e vão surgir pelo menos duas grandes obras emblemáticas nesse período, *Nós matamos o Cão Tinhoso* (1964), de Luís Bernardo Honwana, e *Portagem* (1966), de Orlando Mendes.

Agora há um aspecto essencial que parece ter ficado de lado no que tenho vindo a dizer sobre a gênese e as referências da literatura moçambicana e dos seus autores, que é o peso da realidade africana em todo esse imaginário que ia emergindo através da escrita. Trata-se do peso das mitologias africanas, da oralidade, das vivências africanas, que é o peso da cosmovisão africana, que é o peso da cultura africana, do ser africano, neste caso concreto de ser moçambicano, na pluralidade e na diversidade.

A década de 1960 é uma década importante nesse sentido de ter conduzido a literatura moçambicana para uma certa maturação. Por outro lado, ela é uma década de muitas confluências. Muitas das coisas que aconteciam aqui acabam por coincidir com aquilo que acontecia no mundo. Temos, pois, o maio de 68,

por exemplo. E também toda uma irreverência cultural mais ampla, na música... Époça dos Beatles, de Elvis Presley... Isso tudo era consumido aqui. O cinema era muito consumido. O *jazz*, sobretudo o *jazz* sul-africano, estará muito presente, por exemplo, na poesia do Rui Knopfli. O *blues* na poesia da Noémia de Sousa e de José Craveirinha. Digamos que desde a década de 1940 há uma espécie de simultaneidade entre aquilo que eram as grandes tendências culturais do Ocidente - e que vão ser absorvidas e mescladas com a realidade cultural local - surgirem como as tendências aqui, e associadas a esta preocupação da libertação dos países africanos. E obviamente que, como os movimentos libertadores acentuavam a sua ação com o respaldo da comunidade internacional, a repressão torna-se muito maior, mas a consciência nacionalista e a própria literatura vão atrás da liberdade e da independência. Portanto, consolida-se a ideia de que de fato há uma nação a construir, uma ideia de nação que de certo modo vai ser ou não aproveitada pelos movimentos de libertação, onde de fato a componente política é muito mais forte. A literatura tem um papel central nesse aspecto, do ponto de vista do imaginário cultural, do ponto de vista exatamente desta nação cultural, que é uma nação cultural de diversidades, mas que se unifica no sentido de uma nação independente. A ideia da independência, a ideia de uma nação livre, acaba por ser um aspecto transversal nas múltiplas tendências que essa literatura apresenta. Referi-me antes à escrita de Rui Knopfli como uma escrita mais intimista, mais privada, num universo mais privado, que mesmo assim não deixa de nos apresentar muitos dos problemas da sociedade colonial. Ele é um poeta da subjetividade, claramente, ele é um esteta por natureza, mas ao mesmo tempo há toda uma conflitualidade que está encerrada dentro dele, e que aparece em muitos casos como um psicodrama, e um psicodrama que se vai avolumar, sobretudo, quando ele decide sair de

Moçambique, em 1975.⁵ E é aí onde de fato já estamos no pico da pirâmide, onde tudo se unifica. A Frelimo, que é o movimento libertador, transporta o discurso da unidade nacional. O discurso da unidade nacional, em determinado momento, torna-se perverso porque esse discurso da unidade nacional significa de certo modo o apagamento, a negação das diferenças a todos os níveis. Das diferenças políticas, das diferenças ideológicas, das diferenças culturais – nós falávamos a pouco da questão da pluralidade e diversidade de línguas, pluralidade e diversidade das etnias, isso tudo é posto em causa pela causa independentista, mas, sobretudo, pelo primado da unidade nacional. Então é aí onde se dá o nó. É o momento de certo modo culminante do percurso dessa literatura, que é o momento culminante do movimento de libertação, em que tudo deságua ali. E deságua ali no sentido de que tem que dar a volta a uma espécie dum perspectiva monolítica da nação, seja ela como nação cultural seja ela como nação política, de partido único, sob uma cultura única. Já não se falava muito da diversidade, começa-se a falar muito em combater o tribalismo, no sentido de que essas diferenças étnicas não contavam propriamente para um momento aglutinador como aquele. Obviamente que isto correspondia a uma necessidade do momento, tendo em conta a grandeza de um país como este, com as diferenças todas que existiam; era preciso elementos unificadores, só que esses elementos unificadores foram levados ao extremo, foram levados a uma situação de tal modo perversa que influíram inclusivamente naquilo que era a forma como era vista a cultura. Portanto é como se tivéssemos saído de uma prisão para entrar numa outra prisão. No sentido de que quase que se cria uma espécie de sociedade muito concentracionária, fato que vai ter muita influência na arte. De tal modo que a

5 Sobre Rui Knopfli ver Francisco Noa. *Literatura moçambicana: memória e conflito, itinerário poético de Rui Knopfli*. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 1997.

arte que é aceita é a arte que tem a ver com o coletivo, tem a ver com “nós”, tem a ver com a Independência, tem a ver com o ideal revolucionário. Tudo aquilo que tivesse a ver com o subjetivo, com o interesse individual, era claramente banido. Então obviamente isto vai criar uma situação em que, nos primeiros anos da Independência, a literatura já começa a pirâmide invertida, já no outro sentido. Isto é, do afunilamento inicial preso à ideia de nação una, partir-se-á, a partir dos anos 1980, para a abertura dessa mesma pirâmide. Nesse momento, nos anos logo a seguir à Independência, a literatura que se faz é uma literatura, digamos, encomiástica em relação ao poder. É uma literatura laudatória, que faz obviamente a apologia da revolução. O que era natural, tendo em conta o contexto.

Só que é aí que curiosamente é mais uma vez a poesia, mais uma vez a literatura, que começa a manifestar um desconforto em relação àquela situação. Por um lado, nós temos – como é que vou dizer? – toda uma discussão, curiosamente na imprensa, sobre aquilo que devia ser o cânone, aquilo que devia ser considerado literatura moçambicana, e tudo curiosamente gira em volta da questão de uma certa autenticidade, de uma questão de nacionalismo, de patriotismo, em que de certo modo os critérios estéticos são postos de lado. E as grandes discussões que ocorrem nessa altura são exatamente para salvaguardar esses fatores aglutinadores, em certa medida.

Mas é, curiosamente, nesse mesmo meio que emergem as vozes dissonantes. E, curiosamente, é alguém que vem da pirâmide anterior, que é o José Craveirinha. Ele vai escrever o texto matricial, se quisermos, ou marcante, desse novo momento. É um texto a que ele chamou *Saborosas tangerinas d'Inhambane*⁶, um

6 Disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.pt/2007/01/as-saborosas-tangerinas-de-inhambane.html#ixzz2qeZUbhMz>

texto famosíssimo, que tem também um episódio saborosíssimo, porque o Craveirinha tinha esta particularidade, ele não escrevia para publicar. O que pode parecer paradoxal, tendo em conta a grandeza da sua obra. Porque ele é o grande poeta em Moçambique, e um dos grandes poetas das literaturas em língua portuguesa, claramente. Mas ele era uma pessoa obcecada pela forma, de tal modo que não tinha muitas preocupações em publicar, e a maior parte dos textos dele são reunidos praticamente por outras pessoas, quase forçando-o a isso, porque ele nunca estava satisfeito, estava sempre a reescrever os textos. E este episódio absolutamente extraordinário que, nesta altura do pós-Independência, um período de grande euforia, de grandes movimentos culturais, de grande envolvimento, de grande engajamento, não só político mas também cultural. Havia, por exemplo, saraus de leitura, incentivados pelo próprio poder, em que as pessoas se reuniam, ficavam ali a recitar poemas da revolução etc. Craveirinha conta que estava em casa, um dia, e de repente ouve, através da rádio, um poema a ser declamado num desses encontros, e era um poema dele, e era exatamente *As saborosas tangerinas d'Inhambane*. Estávamos em 1982. O que aconteceu é que o Gulamo Khan, que era um poeta já de uma nova geração, que frequentava a casa do Craveirinha, um desses dias surrupiou-lhe o poema, e foi lê-lo num desses saraus que tinha cobertura radiofônica, fazendo com que o próprio autor fosse apanhado de surpresa. Um episódio absolutamente extraordinário (risos)! Penso que é um dos poemas mais importantes da literatura moçambicana, em que ele faz exatamente aquilo que era o contrário do que ele tinha feito antes do ponto de vista de uma utopia, de uma nação por vir e que chegada, ele foi o primeiro a manifestar poeticamente o desencanto. Ali já há distopia. É como se tudo aquilo que ele tinha idealizado como poeta, e de certo modo, como cidadão, tivesse sido traído pelos políticos. Aliás, há um

poema dele, escrito no tempo colonial, que se chama *Poema do futuro cidadão*⁷, em que ele diz “sou cidadão duma nação que ainda não existe”; isso vai se manter nele praticamente até a morte. Porque aí ele claramente manifesta a sua discordância, o seu desconforto em relação àquilo que era a tendência do momento, em que ele começa a ver sinais de corrupção e, sobretudo, sinais de subversão em relação a todo um ideal. Curiosamente, 1982 é também o ano da criação da Associação de Escritores de Moçambique, a AEMO, que era também uma instituição aglutinadora. Teve um papel histórico relevante porque muitos poetas, novos poetas e velhos poetas, foram lançados através da AEMO, e também aí a AEMO era importante porque era um espaço de discussão – literária, cultural etc.

E em 1984, dois anos depois, surge a chamada “Geração da Charrua”. Curiosamente, apresenta ou reflete o espírito de irreverência que o Craveirinha apresentou a vida inteira. Por outro lado, também ela é uma espécie duma reedição da geração do *Itinerário*, num outro contexto, em que eles obviamente mantêm uma grande qualidade estética, uma grande diversidade temática, mas também começam a manifestar aquilo que são estilos, aquilo que são tendências da literatura moçambicana. Acabamos por ter uma tendência mais intimista, por exemplo, de um Eduardo White, com uma poesia com uma grande carga erótica. Portanto eu considero este período um momento da afirmação das subjetividades e das opções estéticas diversificadas. Na narrativa, vamos ter Ungulani Ba Ka Khosa, que vai escrever uma obra também ela emblemática, que sai em 1987, que é *Ualalapi*, que era também de certo modo uma metáfora contestatória em relação ao poder instituído. Entretanto, temos o Mia Couto, que vai se afirmando paralelamente a esta geração da *Charrua*. Temos também

7 Disponível em: <http://www.ponto.altervista.org/Livros/Doc/craveirinha.html>

o Patraquim, Luís Carlos Patraquim, que é um poeta fundamental porque, além da indiscutível qualidade da sua poesia, ele faz a ponte com a geração anterior. Ele e o Heliodoro Baptista fazem a ponte entre a geração anterior e as novas gerações. Depois vamos ter uma grande diversificação de autores. Vamos ter o Suleiman Cassamo, que também tem uma escrita muito particular, muito virada para aquilo que eram as realidades locais, tal como o Aldino Muianga. O Aldino Muianga é talvez um dos escritores mais representativos em relação aquilo que nós podemos chamar realidades tradicionais, ou realidades mais viradas às vivências suburbanas. O Aldino Muianga - que é um romancista, é um prosador, é um grande contista - e o Craveirinha são os que melhor fazem a cartografia do subúrbio aqui. E o subúrbio é um espaço paradigmático de emergência dessas mesmas elites [literárias]. Disse logo no início que a maior parte dessas elites é mestiça, portanto está ali numa zona de fronteira, a fronteira do asfalto. Muitos deles vão crescer ali. O Craveirinha é um homem da Mafalala, que é um bairro suburbano. Então o Craveirinha e o Aldino Muianga são, talvez, os autores que melhor representam este espaço. Este é um espaço nuclear do ponto de vista da gestação de fato de uma consciência nacional, de uma consciência africana específica, que junta os dois mundos. Portanto o subúrbio é o ponto de cruzamento entre o campo, o mundo rural, e a cidade. Por quê? Porque a maior parte, ou uma boa parte, das pessoas que vem do campo não consegue ficar na cidade. Trabalha na cidade, mas constrói toda a sua vida no subúrbio. O subúrbio acaba por ser exatamente esta zona de confluência, e uma zona importantíssima para ser estudada. Já existem algumas coisas. Salvo Trigo tem um texto seminal sobre a importância do subúrbio (musseque, em Angola) para o surgimento das elites africanas, precisamente intitulado "Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa - um Fenómeno de Urbanismo". Também tenho alguma coisa escrita a esse nível, e que tenta explicar a matriz

cultural de uma sociedade como a nossa, sobretudo do ponto de vista das suas elites. Talvez porque cresci no subúrbio, sou mais sensível a este aspecto, tenho uma grande sedução por esse espaço, porque é um espaço real, um espaço mítico também. E é um espaço de gênese cultural, na perspectiva da modernidade desencadeada pela situação colonial. Claramente é um espaço gerador.

Eliane Veras: Onde você nasceu?

Francisco Noa: Eu nasci em Inhambane. Mas quando eu nasci meus pais já viviam no subúrbio, viviam na Mafalala. Por tradição, quando se aproximava a altura do parto, minha mãe viajava para a terra natal, de modo a garantir que os filhos manteriam a ligação étnica, territorial e cultural. Logo de seguida, regressava para a Mafalala. Então é uma realidade que eu conheço muito bem e que, obviamente, do ponto de vista pessoal, me atrai particularmente, porque eu me reconheço profundamente nesse mesmo espaço, naqueles labirintos todos. E é um espaço de uma vitalidade humana única. Absolutamente única.

Entretanto, regressando ao curso da literatura moçambicana, temos outros autores como Hélder Muteia, Filimone Meigos, Marcelo Panguana, Juvenal Bucuane, Nelson Saúte, Isaac Zita (já falecido, muito jovem), Paulina Chiziane. E depois temos outros poetas importantes. Já me referi ao Eduardo White, também ao Armando Artur, já me referi ao caso do Suleiman Cassamo. E vamos encontrando diversidade de gêneros. Se nós tivemos que a literatura moçambicana nasceu sob o signo da poesia, e que na década de 1960 ela vai ser marcada mais pela prosa, na década de 1980-1990 nós vamos ter os dois gêneros de certo modo rivalizando. Depois vamos ter a Paulina Chiziane a aparecer com seus romances, que têm a ver com a condição da mulher e com determinado universo cultural. Aí começamos a ver a pirâmide abrir-se. Abrir-se em que sen-

tido? Exatamente nestas manifestações individuais. Uma voz tardia, mas importante, é a de João Paulo Borges Coelho, que lança o seu primeiro livro em 2003, com 53 anos de idade.

Eliane Veras: Não para mais (risos).

Francisco Noa: Pois, pelos vistos, não. Acho que teve tanta coisa guardada durante meio século e, sobretudo, como ele é historiador, faz muito bem este casamento entre a ficção e a história, e é nesse momento um dos escritores mais emblemáticos que nós temos.

Mas eu falava desta abertura da pirâmide, no sentido de que já não são as preocupações nacionais que perseguem os autores, mas há uma afirmação da subjetividade, e de uma espécie de transnacionalidade, sobretudo na geração mais atual. Cada vez mais, se manifestam estilos díspares, linhas estéticas diferenciadas, temáticas também diferenciadas, embora haja ali algumas coisas que vão se cruzando. Penso que tem a ver com uma certa perplexidade – este é o termo que a minha colega Rita Chaves usa para caracterizar alguma tendência dessa literatura e que tem a ver com as grandes transformações que nós sofremos nos últimos anos. Nós saímos de uma sociedade colonial, entramos com uma sociedade socialista, ou pseudo-socialista, e logo a seguir mergulhamos neste turbilhão neoliberal, e ao mesmo tempo a globalização praticamente caiu-nos em cima. Então isto criou aqui umas grandes perturbações, inquietações existenciais e as tais perplexidades. Há uns que vão embarcando nesta onda da globalização, e curiosamente o tema da viagem começa a aparecer. Muitas obras aparecem com o tema da viagem – por exemplo, estou a pensar na *Viagem a Grécia através da Ilha de Moçambique*, de Adelino Timóteo; *A viagem profana*, do Nelson Saúte; *Janela para o Oriente*, do Eduardo White. Esta ideia

de se abrir ao mundo, essa ideia da abertura da pirâmide, completamente. Por um lado nós temos isto, mas por outro lado nós temos autores que estão preocupados em tentar perceber, ou [em] tentar travar um pouco essa dispersão. Estou a pensar, por exemplo, num caso muito emblemático, que é o caso do Aldino Muianga. Ele tem uma escrita muito virada para o universo rural, muito virada para o passado - e esse passado normalmente tem a ver com o subúrbio-, ou para um passado mítico, muito virado para aquilo que ele considera ser a grande plataforma de valores da sociedade moçambicana, enquanto sociedade africana, tal como aconteceu com os escritores europeus com o romantismo, com o movimento do liberalismo, que perante aquela crise de valores vão buscar a Idade Média como uma referência estabilizadora. Então encontro isso em autores como Aldino Muianga ou Mia Couto. Esta é uma escrita que é uma recriação pessoal de falas comuns, de alguém que está a criar um mundo, está a recriar a língua. Portanto, muitas vezes as leituras que são feitas fora mostram certo desconhecimento da realidade, levam a uma espécie desta estereotipia em relação à escrita do Mia Couto, e eu penso que hoje em dia retira muito do valor que ela tem, e de certo modo até anula a obra dele, quando se quer colocar esse rótulo de que ele representa a alma dos africanos. A alma dos africanos é diversa, e ela tem diversas manifestações, e cada escritor vai capturando as várias facetas que essa alma tem. Agora querer globalizar essa alma com um autor eu penso que é um erro crasso, e que sobretudo é contido em muitos estudos que eu vejo no Brasil, em Portugal, porque há todo um deslumbramento em relação à escrita do Mia Couto - o que é natural, porque ele é um grande escritor, mas também penso que por outro lado há certos exageros, e há certas tresleituras que são feitas em relação à obra dele, e devia haver algum cuidado e alguma ponderação sobretudo neste aspecto particular.

Eliane Veras: Podíamos então discutir esse segundo ponto, que seria justa-

mente essa relação entre a literatura brasileira e a literatura africana, também nesse processo de formação?

Francisco Noa: Bom, apesar de termos o caso do Tomás Antonio Gonzaga, quando esteve exilado na Ilha de Moçambique, o que eu penso é que, enquanto ato voluntário, consciente, deliberado, da relação com o Brasil, ela começa com essa geração, sobretudo com a geração de 1940, a que fiz referência antes. Porque como eu dizia, ela tem a necessidade de ter um diálogo importante com alguns desses centros culturais, não só por uma questão de identificação, mas por uma questão de legitimação. E é nesse sentido que eles vão procurar e perseguir essas tradições literárias – lembro da Noémia de Sousa dizer que muitas vezes eles procuravam nessas literaturas pontos em comum. Daí, por exemplo, esta empatia, quase que identificação imediata, com o neorrealismo. Porque era a causa dos desfavorecidos, era a causa dos desapropriados, era a causa daqueles que eram marginalizados, dos subalternos, como diria Gayatri Spivak. Então há esta identificação. Portanto claramente que se cria ali uma plataforma identitária, e, sobretudo de matriz ideológica, que faz com que eles absorvam o Jorge Amado, o Graciliano Ramos, o José Lins do Rego. No caso de Portugal, o caso José Régio, Miguel Torga, Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes, Fernando Namora, ou então o caso do Carlos de Oliveira, todos esses autores que estão de certo modo ligados à *Presença*⁸ e ao neorrealismo. Então o que nós sentimos de fato é que, todos esses autores, eles sentiam de fato ali alguma afinidade e penso que também a ação desses homens de esquerda, portugueses que viviam aqui em Moçambique, sobretudo na antiga Lourenço Marques, foi muito importante no sentido de despertá-los para esta realidade literária. Então há claramente aqui um diálogo com essa literatura, há um diálogo com literatu-

8 Uma das revistas que publicavam autores do neorrealismo português.

ra brasileira, isso nós vamos encontrar em Angola, vamos encontrar em Cabo Verde – em Cabo Verde com o movimento da *Clairidade*, em Angola com o movimento da *Mensagem*, e claramente nessa altura eles precisavam ter, digamos, uma espécie de um *alter ego* com quem eles pudessem dialogar.

Há obviamente também outra interação já de natureza estética. Referi-me há pouco tempo à questão dos modernismos, do futurismo, e aí eu penso que o que os atraía era a irreverência dessas vozes. De um Álvaro de Campos, de um Fernando Pessoa, de um Alberto Caeiro, neste caso de toda aquela geração do *Orfeu*; e por outro lado havia também esta coisa com o Manuel Bandeira, Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, de uma escrita, se quisermos, mais despida de uma série de efeitos, uma escrita talvez um bocadinho mais dura, que se reconhece um pouco mais talvez no Rui Knopfli. Agora o que eu penso que é muito mais forte [em termos de influência] terá a ver sobretudo com o movimento realista, mas também terá a ver com alguma realidade cultural, por exemplo, que eles encontravam no Brasil – estou a lembrar de um poema da Noémia de Sousa que se chamava *Samba*, exatamente. Que é no fundo recuperar um pouco daquele movimento, tudo o que o samba representa, mas também sobretudo um certo imaginário que o samba tem e que, digamos, era uma espécie de um reencontro com uma componente africana que o samba incorporava. Então o que eu sinto é que, na relação com o Brasil, na relação com Portugal, o que eles procuravam eram exatamente elementos identificadores. Esses elementos identificadores no caso do Brasil eram mais fortes, por exemplo, no caso do Jorge Amado. Um livro, por exemplo, como *Jubiabá*, com todos os seus ingredientes, tinha obviamente um impacto muito grande no escritor africano. Porque era uma realidade na qual eles se reconheciam e em que essas personagens eram protagonistas, em que essas personagens tinham um lugar central na história, o que já não acontecia, por exemplo, no romance colo-

nial – aqui, essas personagens não tinham voz sequer, não existiam, tinham um papel decorativo, simplesmente, na narrativa, ou então havia uma depreciação na forma como eram representadas. Então eles acabam por se reencontrar, quer no Brasil, quer em Portugal.

Eu penso que mais tarde é que entra em cena o caso do Guimarães Rosa. Penso que o Guimarães Rosa terá talvez um maior eco em Mia Couto, embora eu pense que o maior eco na obra do Mia Couto vem mais do Luandino Vieira que do Guimarães Rosa. É a minha leitura, não posso afirmar isso de forma taxativa, mas a minha ideia é que de fato ele estaria mais próximo do Luandino do que do Guimarães Rosa. Penso mesmo que o Guimarães Rosa é uma questão de homologia, encontrar uma certa homologia, do que propriamente um caso de influência. Como eu vos digo, é uma leitura que eu faço, não posso afirmar categoricamente. Mas o que eu sinto de fato, do ponto de vista de influência, é claramente o Luandino.

Eu penso que o aspecto mais importante dessa relação é que se trata de uma relação unilateral. Isto é um aspecto importantíssimo. Não é uma relação que nós podemos dizer bilateral, não estou a ver autores brasileiros preocupados com autores que não conheciam sequer. E penso que esta unilateralidade vai ser a marca identificadora das relações entre Portugal, entre Moçambique e o Brasil, até o momento. Agora, gostaria de separar isto em dois momentos. Nós temos o momento primeiro que é o momento da criação. Que é este momento que eu estava a referir-me, que é o momento inicial, que é o momento da criação; depois há o segundo momento, muito mais tarde, que é o momento da reflexão, onde entram as universidades. Onde acho que aí a relação já é mais equilibrada, portanto em que nós temos em campo quer estudiosos africanos, quer estudiosos brasileiros, trocando o conhecimento que eles têm e vão cons-

truindo à volta dessas mesmas literaturas. Obviamente que o maior enfoque tem a ver com as literaturas africanas; digamos que toda a relação se faz em cima das literaturas africanas. Há todo um diálogo que se faz em cima das literaturas africanas, no sentido de que são os estudiosos africanos que estão num processo de descoberta ou de redescoberta da sua própria literatura, e são os brasileiros, os universitários brasileiros, os acadêmicos brasileiros, que iniciam todo um movimento exegético – estou a pensar na Maria Aparecida Santilli, no Benjamin Abdala, que já vinham fazendo estudos. Estou a pensar na Maria Nazareth Fonseca, de Minas, na Laura Padilha, do Rio de Janeiro. Temos, entretanto, outros nomes importantes como Rita Chaves, Tânia Macedo, Carmen Tindó, enfim... No momento anterior é uma relação, como o Harold Bloom diz, que tem a ver com uma espécie da ansiedade da influência, e que é feita praticamente num único sentido.

Então é assim como eu vejo essas trocas, sobretudo do ponto de vista literário. Do ponto de vista cultural, para dar uma perspectiva muito mais ampla, referi-me ao caso do samba. E temos a música brasileira, no geral. Outro fato cultural relevante é carnaval, sobretudo no passado. Por exemplo, nós tínhamos aqui, no tempo colonial, sobretudo, em algumas cidades (estou a pensar na antiga Lourenço Marques, que hoje é Maputo), tínhamos festas de carnaval à imagem do que se fazia no Brasil. Há também o problema do futebol. O futebol ajudou a alimentar um imaginário ligando, de certo modo, o Brasil à África, ou Brasil à Moçambique. E hoje, temos a telenovela. Eu penso que a telenovela neste momento é a grande plataforma de influência cultural, sob o ponto de vista de cultura de massas, é a grande plataforma, mas também ela é unilateral. Embora nós vejamos muitos atores a fazerem visitas, não só a países como Angola, Moçambique e tal, mas continuo a achar que é uma coisa muito unilateral, porque a África não está presente na telenovela brasileira, a não ser de forma residual.

Em síntese, penso que, mesmo assim, existe uma relação, cultural e literária, entre Brasil e Moçambique. É uma relação de uma base muito unilateral, e que só perde um pouco essa unilateralidade quando se trata do campo dos estudos, do campo universitário, em que nós temos de fato movimentos nos dois sentidos. Muitos estudiosos africanos vão para lá, estudiosos brasileiros vêm para cá, existem encontros, congressos, colóquios, os professores visitantes, esta questão da mobilidade dos professores. Penso que vai se desenhando aí toda uma rede de contatos, de relações, que possivelmente vão resolver este problema da unilateralidade. Agora o que eu sinto é que ainda há um grande déficit da circulação dos produtos culturais. Choca-me muito quando vou ao Brasil, e ando por aquelas cidades todas, e o único autor que se conhece é o Mia Couto, no caso de Moçambique. E isto é muito incômodo e tremendamente injusto. E depois não sinto da parte dos editores, e de algumas entidades, vontade em promover outros autores. Recordo que uma vez tentei levar um editor em Portugal, a publicar outros autores. Por exemplo, insisti muito que ele publicasse o Aldino Muianga, que penso que é um escritor muito representativo da literatura moçambicana, não consegui. Portanto, digamos que a exposição dos autores moçambicanos, nesse momento, resume-se ao Mia Couto, um pouco a Paulina Chiziane e ao João Paulo Borges Coelho. E é terrível, quer em relação a autores que existem agora, alguns de qualidade assinalável, que estão esquecidos, e obrigados inclusivamente a re-dimensionarem sua obra, sem estarem expostos a um público de dimensão muito mais vasta e exigente; por outro lado também me parece uma grande injustiça autores como o José Craveirinha e o Rui Knopfli estarem praticamente voltados ao esquecimento, porque eu penso que são os autores fundadores da literatura moçambicana, uma Noêmia de Sousa, por exemplo, neste caso.

Eliane Veras: É interessante porque, de qualquer maneira, tem nesse momento a ideia de que há uma moda, um modismo em relação à África, no Brasil. Embora

os acadêmicos brasileiros estejam há algum tempo a consumir alguma literatura africana. Mas entre o debate na academia e o grande consumo do público há uma grande distância. De fato, há alguma penetração desta literatura e as pessoas têm curiosidade. Quando você fala que está lendo literatura africana as pessoas pedem logo uma indicação. Então existe, vamos dizer assim, uma curiosidade. E, do outro lado, há esse desaparecimento da literatura brasileira das prateleiras aqui. Então é como se naquele primeiro momento você tivesse uma seta numa direção (Brasil em direção à África), e agora você tivesse, do ponto de vista da literatura, uma seta numa outra direção (África em direção ao Brasil), que corresponde, vamos dizer assim, às questões que as duas nações se colocavam – ou se colocam – nesses dois momentos. Interessante ver isso que eu estou chamando de “fluxo” dessas estruturas, e como de fato essas estruturas de sentimento, essas visões de mundo que estão presentes na literatura, como elas são resignificadas nos diferentes contextos. Por exemplo, se tomamos a noção de mestiçagem, naquele momento, no momento da formação dessa geração nacionalista em Moçambique, e confrontamos a noção de mestiçagem nos anos 1940 no Brasil, muito vinculada à ideia do que eu chamo de uma estrutura de sentimento da mestiçagem harmoniosa, ligada a Gilberto Freyre e que de certa forma também é, na minha leitura, incorporada pelo próprio Jorge Amado, são significados diferentes. Então quando falamos de mestiçagem nós estamos falando da mesma coisa? E hoje, por exemplo, Mia Couto fala muito de mestiçagem, mas qual é o sentido dessa mestiçagem neste autor? Nesse contexto?

Francisco Noa: Apesar de complicado explica-se. No caso concreto do Mia, à imagem de outros autores como ele, há claramente um substrato cultural europeu incontornável, mais precisamente português, que se foi mesclando com a cultura africana, absorvida através de vivências, interações e contatos múltiplos e diversificados.

Eliane Veras: O caso do Mia Couto é um caso interessante porque, se de um lado tem esse aspecto que você chamou a atenção, que é essa atração pela obra, para quem está fora, ser de fato “ah, encontrei a radiografia, a alma africana, e agora posso me identificar com essa alma africana” – quer dizer essa limitação, essa restrição, do ponto de vista de quem está fora, de quem consome esta literatura, ela tem um efeito que é de diminuir a própria obra do autor, mas ela tem outros efeitos que é da recepção dessa resignificação e dessa mitificação. E de outro lado, internamente, eu acho que também cria outros problemas. A impressão que dá é que de fato Mia Couto hoje é mais lido para fora do que para dentro, e que com isso perde-se também internamente, porque como um autor de primeira ordem é uma literatura que certamente dá a refletir. Então isso que você chamou atenção, das ambiguidades e da obliquidade, acho que é algo que está muito presente ali, naquele texto. E os processos de identificação que nós produzimos também nessa leitura, nessa literatura, são muito ricos. Penso que temos aí um conjunto de questões muito vasto, muito instigante para refletir. Às vezes eu fico pensando, do ponto de vista do próprio autor, que estratégias que ele tem que usar para não se sentir aprisionado.

Francisco Noa: Há uma história também absolutamente emblemática. Eu estava na Universidade Nova de Lisboa na altura, tinha terminado o meu mestrado – estou a falar de 1996. E a Nova organizava uns cursos livres, e esse ano organizou um curso de literatura dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa, e o primeiro era sobre Angola. E quem foi lá falar foi a Ana Paula Tavares, ela era estudante também lá em Portugal, e ela convidou o Luandino. Curiosamente, foi quando eu conheci pessoalmente o Luandino, o que foi um encontro fundamental para mim, vê-lo e ouvi-lo, alguém que fazia parte do meu imaginário e que via pela primeira vez. A minha geração tinha consumido muito o Luandino aqui, sobretudo no pós-Independência, e era de fato uma

figura marcante, importante para todos nós. Porque muitas coisas do universo angolano, os musseques se assemelham aos subúrbios cá, em Moçambique etc. e mesmo aquele mundo todo colonial, tinha muito a ver com o nosso aqui. E o Luandino é de fato, quer dizer, ao lado do Craveirinha, um dos grandes cartógrafos desses dois mundos. E o Luandino estava lá, estava lá dentro do auditório, e, inevitavelmente surgiu a pergunta, na altura era uma pergunta sacramental, de por que ele já não escrevia. Ele já não escrevia, de fato, há mais de 20 anos. E a propósito disso que a Eliane estava a dizer, ele disse: “Olhe, eu deixei de escrever por uma razão muito simples. É que eu criei um estilo e uma forma de lidar com a linguagem, e de repente eu fiquei refém daquilo tudo, tendo ficado num beco sem saída. Eu queria sacudir aquilo e já não conseguia e, sobretudo, sentia que a minha mensagem já não passava. Eu parei pura e simplesmente de escrever”. E eu não me esqueço desta frase, quase profética: “Eu gostaria muito que meu amigo, meu irmão mais novo, Mia Couto, estivesse aqui para me ouvir, porque certamente isso lhe vai acontecer”. E o que eu sinto é que o Mia Couto ficou refém dessa forma de escrever, do estilo que é a sua imagem de marca e que o celebrizou. E ele, às vezes, tenta sair um pouco disso, mas com muita dificuldade, com uma enorme dificuldade, e não sei se ele não passará também, não será obrigado a fazer uma travessia no deserto porque, inclusivamente, eu penso que as últimas obras dele, a sensação que nós temos, nós que o lemos desde o início, é que ele se está a plagiar a si próprio. Há passagens que são claramente *déjà vu*, e depois eu penso que fica muito difícil para ele. Obviamente que é apenas uma opinião. Porque eu penso que ele continua a ser um grande escritor, não tenho dúvida nenhuma em relação a isso!

Nós africanos temos muita dificuldade em lidar com o passado, praticamente, e com toda essa realidade que ficou para trás. Temos muita dificuldade. Por isso, para mim fica muito preocupante quando as pessoas pegam uma

obra do Mia Couto como se a obra já estivesse a representar esse mundo linearmente e na sua globalidade. Um mundo, no que ele tem de mais profundamente tradicional, com o qual muitas vezes temos um contato periférico, claramente, porque não é muito fácil, a própria sociedade colonial, a situação colonial fez com que nós nos distanciássemos desse mesmo mundo. Eu dei este exemplo do meu nascimento. Eu fui para lá, para o lugar original dos meus pais, nasci e depois tive todo o meu percurso vivencial na cidade, no subúrbio, com uma cultura própria. O meu contato com aquele mundo, que seria o mundo original, foi mínimo. E não posso falar com muita legitimidade daquele mundo.

Eu acho que aquela definição, que é uma definição seminal do Aristóteles, de que a literatura é mais filosófica que a história, porque ela representa não o que aconteceu, mas o que podia ter acontecido, essa é a definição axial da literatura, que a torna fascinante e que leva muitas vezes a olharmos com desconfiança uma literatura que quer ser muito realista. De tanto ela querer ser realista acaba depois por cair até no descrédito dela própria. Este é um jogo importante que o autor tem que fazer entre aquilo que é a realidade e aquilo que é ficção. Quem faz muito bem esse jogo é o João Paulo Borges Coelho, porque ele usa todo aquele manancial e, sobretudo, toda a sua metodologia como historiador, para construir romances que são grandes afrescos da história contemporânea. Daí a sua obra mais emblemática, que é um livro fabuloso, *O Olho de Hertzog*.

Eliane Veras: *O Olho de Hertzog* é impressionante.

Francisco Noa: Exatamente, ele faz isso. Agora o primeiro livro dele, que é um livro que eu gosto muito, talvez porque fui eu que apresentei esse livro,

que é *As duas sombras do Rio*, é um livro também muito importante porque ele apanha muito bem aquele período de guerra, do pós-guerra, está muito bem feito este romance, penso que é um dos melhores dele nesta representação. Aliás, comecei a falar do João Paulo no Brasil, em especial nas universidades, porque as pessoas lá não o conheciam. Exatamente porque queria romper um pouco esta coisa da polarização em Mia Couto, porque acho que aquilo estava a fazer muito mal a ele e à própria literatura moçambicana. Tenho que confessar, por aquilo que tenho ouvido e lido, que a recepção crítica da obra do Mia, no Brasil, começa a ficar asfixiante e redundante. Então quanto mais vozes de qualidade circularem, melhor ainda. Ganhará a obra do Mia e seguramente toda a literatura moçambicana.

3. “A LITERATURA NÃO AJUDA A CONHECER O MUNDO, MAS AJUDA A VIVER NO MUNDO”

Entrevista com Fátima Mendonça por Eliane Veras Soares

Esta entrevista foi realizada no inverno de 2012, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Fátima Mendonça, nascida em Beja, mudou-se para Moçambique na juventude. Lá viveu o processo de luta pela independência e de formação da jovem nação. Atuou como professora de letras da Universidade Eduardo Mondlane e também na Associação de Escritores de Moçambique, onde atua como membro desde a sua fundação. Lecionou em diversas universidades e publicou vários livros, entre eles: *Literatura moçambicana – as dobradas da escrita* (2012); *Rui de Noronha: meus versos* (2006); *Antologia da nova poesia moçambicana* (em autoria com Nelson Saúte), *Literatura moçambicana: a história e as escritas* (1989), entre outros. Atualmente é investigadora integrada do CLEPUL – Centro de Literaturas e culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa.

Eliane Veras: Poderíamos começar comentando o plano de trabalho que apresentei¹...

¹ Trata-se do projeto de pós-doutorado em desenvolvimento à época da entrevista, realizado no então Centro

Fátima Mendonça: Acho que o trabalho é interessante, quer do ponto de vista da literatura moçambicana quer do ponto de vista da questão brasileira, da forma como a própria literatura africana, segundo eu percebi, vai constituir um elemento de referência para um certo imaginário brasileiro em termos de redefinição de uma identidade brasileira. É claro, eu, como investigadora da literatura moçambicana, estou também interessada na outra parte. Porque é exatamente sobre isso que eu também estou neste momento a pesquisar, de que forma o Brasil constituiu uma espécie de utopia para os escritores moçambicanos, a partir do final dos anos 1940, e até um pouco antes com o Orlando Mendes. A ideia de Brasil, como é que se introduziu aquela ideia de Brasil mestiço, como é que se introduziu no imaginário moçambicano através da literatura, por um lado, e, por outro, a própria influência de alguns escritores brasileiros, nomeadamente o Jorge Amado, não tanto do ponto de vista estritamente literário, isto é, não tanto em termos de relações intertextuais, mas também como referencial ideológico, que é o caso do Jorge Amado, do Graciliano Ramos... Portanto, é isto, há uma parte da sua pesquisa que vai entroncar na minha própria pesquisa.

Eliane Veras: Nesse momento você está pesquisando especificamente esta influência?

Fátima Mendonça: Sim, neste momento eu estou a procurar ver de que maneira é que os modernismos, em geral, foram recebidos pelos escritores, pela sua própria produção. E nessa componente do modernismo, estou vendo a questão do modernismo brasileiro. Inclusivamente aquilo que não é recebido. Por que é que os modernismos iniciais, portanto os modernismos dos anos

de Estudos Africanos do ISCTE-IUL, em Lisboa, de setembro de 2011 a agosto de 2012, intitulado “Literaturas em África e leituras brasileiras: estruturas de sentimento entrecruzadas?”, com apoio da CAPES.

1920, não tiveram o mesmo nível de recepção, no caso da literatura brasileira, que mais tarde vai ter Jorge Amado, vai ter Graciliano e vai ter, por exemplo, Jorge de Lima? Aquela ideia que sai do modernismo brasileiro de 1922, de uma nova forma literatura - que de alguma maneira os angolanos receberam - e em Moçambique não acontece assim. Ainda ando a pensar nesta questão em voz alta que de resto também ocorreu com o modernismo português: por exemplo, por que razão, Fernando Pessoa não teve praticamente recepção em Moçambique? Podemos dizer que até 1935 também não teve em Portugal. Mas mesmo depois disso, não é um autor que tenha recolhido por parte da literatura moçambicana grande adesão.

Eliane Veras: Eu entendo a sua questão, mas pensando nessa influência, no impacto da ideia de mestiçagem, uma das perguntas que eu coloco é que sentidos teria a mestiçagem no Brasil e que sentidos teria a mestiçagem em Moçambique. No caso moçambicano há, pelo menos nesse primeiro momento, até o Ato Colonial, a presença de elites africanas, e no Brasil nunca houve elites africanas significativas (ou que se reconhecessem como tal). Então, os sentidos de mestiçagem nesses contextos, eles se transformam. E, depois do processo de Independência de Moçambique, penso que ocorreu uma reconstituição de elites africanas, mas não só elites negras. A elite não é racialmente ou etnicamente homogênea, ela tem vários matizes. No caso brasileiro, isso não existe, a elite, mesmo que ela seja miscigenada, ela se assume culturalmente como uma elite branca. Então os sentidos de mestiçagem no Brasil, a partir de um determinado momento, passam a ser interpretados como negativos do ponto de vista da afirmação de uma minoria negra. A mestiçagem, ou melhor dizendo, a ideologia da mestiçagem serviria para escamotear as dimensões perversas, não só do processo de colonização, mas da própria formação da sociedade brasileira, ao esvaziar a possibilidade de afirmação dos negros em nossa

sociedade. Deixamos de ser formalmente colônia a partir de 1822, mas permanecemos um país escravocrata até 1888, ainda hoje continuamos com uma marca senhorial-escravocrata e com uma desvalorização do elemento negro na sociedade muito forte. Inclusive, como um traço cultural sublimado por um outro traço - que não é tanto cultural - passa a ser constitutivo da identidade: a ideia de que nós somos racialmente tolerantes.

Fátima Mendonça: Aquela ideia do Brasil multirracial.

Eliane Veras: Exato. Então acho que há sentidos diversos, mas para mim é muito difícil pensar isso em relação à Moçambique, em função do meu distanciamento da realidade moçambicana. Mas observo, por exemplo, uma coisa que é interessante na literatura que eu tenho lido, os personagens sempre têm marcas étnicas e raciais visíveis. E a posição, por exemplo, dos mulatos e dos mestiços, é sempre uma posição forte no sentido da presença e forte no sentido de serem elementos politicamente atuantes, ou serem intelectuais.

Fátima Mendonça: Na literatura pós-independência não me parece que as personagens sejam etnicamente marcadas. Nós podemos reconhecê-las do ponto de vista étnico porque é uma literatura que tem um pendor realista e, portanto, são os modos, são as formas de viver que nos dão essa configuração étnica, mas não estou a ver agora casos em que as personagens apareçam como mestiças do ponto de vista biológico, de forma marcada. Se me der algum exemplo talvez eu me recorde, mas eu não estou a ver em uma narrativa em que a personagem se configure como mulata, como mestiça. No período anterior à independência, sim. Por exemplo, temos o Orlando Mendes, com

*A Portagem*², que vai introduzir uma personagem que é um mestiço, está ali bem configurado como mestiço. E é o próprio Orlando Mendes que na poesia se vai aproximar muito do Jorge de Lima, daquela visão do negro, que se aproxima do negrismo. Isto é, uma visão de alguma maneira marcada por uma certa afetividade, mas ao mesmo tempo, há ali uma espécie de exotismo. A forma como o negrismo vê o outro é diferente da negritude. No negrismo, eu vejo o outro; na negritude, eu sou. E Orlando Mendes vai tentar fazer isso na poesia, vai se aproximar muito do Jorge de Lima, e na narrativa, vai escrever *Portagem*, em que a personagem é claramente uma personagem mestiça, e está ali para representar esses conflitos da mestiçagem.

Agora, depois da Independência... sim, estou agora a lembrar-me dum texto que é recente do Luís Carlos Patraquim³ que, sendo um poeta, se aventurou na narrativa, não sei se podemos chamar romance, vamos chamar novela. É uma narrativa não suficientemente longa para ser um romance, mas que tem alguma densidade dramática. Ele escolhe uma personagem mestiça para representar, não o conflito enquanto mestiço, mas o conflito de alguém mestiço inserido numa sociedade urbana - que é claramente Maputo com toda a memória de Lourenço Marques - a forma como o mulato aí é visto, com alguns clichês. Ele vai de forma propositada introduzir esses clichês: o indivíduo gosta de boa vida, não gosta de trabalhar, tem uma origem meio aristocrática, depois fica preso no turbilhão da independência e sofre uma série de desgastes psicológicos. Esta é a única narrativa em que estou a ver efetivamente a personagem mestiça a ser representada, porque, de resto, tudo isso fica diluído numa coisa, que me parece importante na literatura moçambicana no pós-independência,

2 MENDES, Orlando. *A Portagem*. Lisboa, Edições 70, 1981[1966].

3 PATRAQUIM, Luís Carlos. *A Canção de Zefanías Sforza*. Porto: Porto Editora, 2010.

que é as personagens terem sempre uma consistência moçambicana. Mesmo no livro do João Paulo Borges Coelho, *Crônica da Rua 513.2*, ele dá configuração a vários tipos de personagens entre os quais há mestiços, entre outros. Digamos que seria realmente a representação ali do microcosmo moçambicano. Mas todos [personagens] um bocado já integrados nesta ideia, nesta tal ideia do ser moçambicano, parece-me que isso é muito forte na literatura moçambicana.

Depois também há outro problema que são outros tipos de mestiçagem, que vamos encontrar na Paulina Chiziane, são mestiçagens interafricanas, chopi com changana, com várias outras etnias, por exemplo. Portanto, várias etnias moçambicanas que se podem cruzar dando origem também a mestiçagens. Mas tudo isso sempre parece que está sempre ali para salvaguardar a ideia de representar uma configuração nacional.

Também vamos encontrar esta questão da mestiçagem em *Terra Sonâmbula*. Eu tenho defendido um bocado esta ideia, porque em *Terra Sonâmbula* a personagem que fica viva é um mestiço, e eu não sei se não será aí que Mia Couto propõe uma certa tese, um futuro mestiço para Moçambique, quer dizer, de não haver outra saída senão essa mestiçagem.

Eliane Veras: Mia Couto sempre fala da mestiçagem nos textos de reflexão. E ele está sempre afirmando as mestiçagens no plural e esse caminho para Moçambique, vamos dizer assim. Mas quando você vai aos romances, principalmente, mesmo nas crônicas, nas histórias, as personagens tem sempre uma identidade, elas são anunciadas: é um indiano, é um português, é um negro, algumas vezes é um mulato, é uma mulata. Fiz uma comparação entre uma

entrevista publicada em 2010⁴ e outra publicada em 1990⁵ estas questões já aparecem, mas aparecem com mais vigor recentemente, o que sugere alguma mudança de perspectiva. Dentro da narrativa literária as personagens expressam identidades diversas, por um lado, mas fora das obras, no debate público, o autor está sempre se remetendo ao discurso de mestiçagem. Na herança semântica e sociológica que nós temos no Brasil, mestiçagem tem um sentido muito homogeneizador. A questão é: como é possível compreender mestiçagem num sentido não-homogeneizador? Essa era uma das perguntas que eu gostaria de colocar para o Mia Couto. E quando você chama atenção para esta dimensão em *Terra Sonâmbula...*

Fátima Mendonça: Porque eu acho muito interessante, porque é o único texto do ponto de vista da narrativa em que há uma estruturação ideológica, porque temos ali diversos personagens, por exemplo, o velho e o miúdo. O Muidinga vai lendo a história de Kindzu encontrada no machimbombo nunca nos apercebemos se a criança é mestiça ou não, não há traços.

Eliane Veras: Não há uma referência.

Fátima Mendonça: Não há referências típicas de categorização étnica.

Eliane Veras: Ele é um órfão.

Fátima Mendonça: É uma criança que está ali, com aquele velho, foram vítimas de uma emboscada e são sobreviventes. A criança está a ler os cadernos e só no final nos apercebemos de que a criança é a criança dos cadernos, é o filho

4 CHAVES; MACÊDO; CAVACAS. Mia Couto: o desejo de contar e de inventar. Maputo, Editora Ndjira, 2010.

5 SAÚTE, Nelson. A ponte do afecto. Maputo, BJ, 1990.

daquele Kindzu que escreveu os cadernos e, portanto, é um mestiço. No fim da narrativa percebemos que a criança tinha assistido à morte do próprio pai, porque Kindzu estava no machimbombo e também foi vítima da emboscada. O velho vai pela água adentro e desaparece. E quem fica? A própria história se dissolve, de uma forma metafórica, portanto do ponto de vista da história ficam os papéis, o papel fica transformado em pó, e só fica aquela voz daquela criança mestiça, que está a contar história para sobreviver. Vejo aí nesse final uma espécie de alegoria dum futuro. Será esta alegoria uniformizante? Terá que ser sempre, porque o que é muito forte na ficção moçambicana é esta ideia de projetar uma identidade nacional. E, nesse sentido, a mestiçagem será uniformizante. Mas não é ela que interessa, o que interessa é a tal unidade nacional.

Eliane Veras: A unidade, mais do que a identidade?

Fátima Mendonça: Talvez. Parece-me que isso [a questão da unidade] é uma coisa muito forte, e que é uma herança da Frelimo, que ainda não foi ultrapassada. Há sempre um risco nessa ideia de construir a nação. Como Samora dizia, matar a tribo e construir a nação. Quem analisar a realidade moçambicana às vezes pode ficar perplexo. Que é isso de nação moçambicana, quando há uma variedade cultural tão grande? Também social, ricos e pobres. Depois há alguns sinais de que as vezes se reerguem proclamações tardias de negritude, coisas similares. Esta questão da identidade moçambicana vê-se na forma como determinadas figuras acabaram por se tornarem símbolos, independentemente de sua origem étnica. É o caso de Carlos Cardoso⁶. Eu penso que é um caso paradigmático. O fato de ele ter sido assassinado, o facto dele, como jornalista, se ter

⁶ Carlos Cardoso foi assassinado no dia 22 de novembro de 2000, em Maputo, quando investigava um caso de corrupção em um dos maiores bancos de Moçambique.

sempre pautado por uma postura de defesa de determinados valores: combater corrupção, a proximidade com as camadas mais desfavorecidas, o interesse pela verdade etc. Tudo isto, adicionado à forma como foi assassinado, fizeram dele uma espécie de ícone, que hoje é reconhecido pelas novas gerações, os jovens, quer dizer, ninguém se lembra da cor do Carlos Cardoso. Ele é visto como um símbolo duma postura que é bem seguida pelas camadas mais jovens. Também se dá o facto de os países africanos a partir do momento em que são independentes, automaticamente, a maioria africana que os constitui passa a ter outro estatuto, já não constitui uma maioria dominada. Portanto, a independência traz uma autoestima geral. Então, independentemente de continuar a pobreza ou não, interessa perceber o que a independência pode representar em termos de definição da própria identidade individual, de cada setor da população.

Eliane Veras: Poderíamos falar um pouco agora num sentido mais geral, e até talvez panorâmico, dessa literatura antes da independência e depois da independência? Como é que você traçaria uma trajetória da literatura moçambicana? E em termos dos significados que ela teve nesses vários momentos, o momento da afirmação da colonização, do Acto Colonial, o momento do surgimento do nacionalismo de facto e depois da independência...

Fátima Mendonça: A literatura moçambicana sem dúvida – como outras, como a angolana, por exemplo – surge com o jornalismo. Se quisermos remontar ao século XIX, o primeiro escritor moçambicano foi o José Pedro Campos Oliveira que era de origem goesa, da Ilha de Moçambique. Morreu no ano em que o Rui de Noronha nasceu, em 1909. Ele era um homem do século XIX. Já tinha criado a *Revista Africana*. Não creio que houvesse conhecimento por parte do João Albas-

ni⁷ de quem seria o Campos Oliveira. Ou até do Rui de Noronha, embora o Rui de Noronha tenha ido para Nampula trabalhar nos Caminhos de Ferro. Mas digamos que está associada a esta imprensa a emergência da literatura moçambicana.

O Rui de Noronha é um poeta que morreu jovem, nasceu em 1909 e morreu em 1943, com 34 anos, de uma cirrose, parece-me assim um destino dos poetas moçambicanos, que sempre há ali um pendor para o alcoolismo. Mais tarde vamos encontrar a mesma situação com o Rui Knopfli e com o Rui de Noronha foi realmente assim. Um personagem com muito interesse, ele tem uma origem goesa, o pai era goês e a mãe africana de origem zulu. Por um lado, é jornalista do *Brado Africano*. Por outro, está ligado a associações goesas. Também tinha contatos com o *Emancipador* que era um jornal anarco-sindicalista, daqueles anarco-sindicalistas portugueses que vieram compulsivamente como exilados para Moçambique, ou se exilaram voluntariamente. E, inclusivamente, chegou a ter contatos com a imprensa portuguesa, com o jornal *O Diabo* que era um jornal neorrealista. É uma personagem que mostra uma apetência por se ligar a quadrantes literários independentemente destas identificações étnicas. Podemos dizer que os anarco-sindicalistas eram brancos, os outros eram goeses, os do *Brado Africano* eram mestiços etc. E depois ele vai produzir uma poesia que podemos incluir, *grosso modo*, numa estética do terceiro romantismo português. Cola-se muito a Antero de Quental, mas tentando já introduzir elementos que o desnacionalizem em relação à literatura portuguesa. São pequenos elementos, digamos, resultado de uma necessidade de localizar as referências em termos geograficos. Há ainda outros elementos de ordem ideológica que podemos ver, por exemplo, num

7 Sobre João Albasini, entre outras referências, consultar: BRAGA-PINTO, César.; MENDONÇA, Fátima. (Orgs). João Albasini e as luzes de Nwanzengele: Jornalismo e política em Moçambique (1908-1922).

soneto, que ele escreveu que reproduz a prisão do Gungunhane. Ora, na história de Portugal sempre se narrava esse acontecimento, a prisão de Gungunhane, com ele estando sentado, numa atitude de submissão a Mouzinho de Albuquerque. No soneto Pós da História⁸ Rui de Noronha vai representar Gungunhane de pé. Eu fiz uma edição comentada dos *Sonetos* e incluí lá esse soneto que não estava na edição póstuma. Nesse soneto Rui de Noronha descreve Gungunhane com um olhar sereno, augusto, tranquilo, olhar heroico, e de pé. Ele é preso, mas mantém-se sempre de pé. Digamos que transforma completamente, que subverte aquela imagem dos compêndios da história de Portugal. Esse soneto foi escrito em 1936. Rui de Noronha morreu jovem e nessas circunstâncias, que alguns achavam que era desgosto, outros que era desadaptação ao próprio sistema, sendo ele mestiço mas como uma aparência negra, filho de pai goês, fazendo parte daquelas elites que ainda não tinham sido completamente destruídas em 1930, mas que já se ressentiam dos primeiros sinais da política do Estado Novo. Pode ter acontecido que esta conjuntura tenha provocado nele o desequilíbrio que levou a uma espécie de suicídio. São esses dois elementos, haver nele aquela tendência de “moçambicanizar”, entre aspas, e ao mesmo tempo, essa sua configuração biográfica, que lhe dão a estatura de quase mito, consolidado pela poesia de Noémia de Sousa e de José Craveirinha⁹. Vão fazer dele um precursor, embora não em termos estéticos, mas em termos ideológicos. Rui de Noronha fica assim como uma espécie de mito fundador da literatura moçambicana.

8 Ver o poema no Anexo I.

9 Noémia de Sousa e José Craveirinha constituem o par da poesia que exalta a moçambicanidade, uma identidade moçambicana e denúncia da opressão colonial. São referências permanentes entre as novas gerações, especialmente Craveirinha.

Depois com Noémia de Sousa e com o Craveirinha nos anos 1950 e 1960, forma-se aquele edifício de uma poesia moçambicana, já marcada por traços próprios. Com Noémia de Sousa talvez nós possamos ver muita ligação ao movimento do neorrealismo, mas também a essas referências do tal imaginário brasileiro. Talvez na Noémia é que se possa sentir mais a percepção desta ideia de mestiçagem, exatamente. E talvez mestiçagem para uniformizar, mas uniformizar nesse sentido que eu penso que, depois, passou para a literatura pós-independência, que é uniformizar no sentido de introduzir algo maior que é a nação. E no Craveirinha vamos ter o mesmo, mas em que a componente negritudiana já encaminha para outras vias, porque no Craveirinha há uma componente negritudiana forte, mas que nunca é hegemônica porque há sempre aquela contraposição da ideia de nação. Do Craveirinha vem o poema de um país que ainda não existe, o Poema do Futuro Cidadão¹⁰. Há sempre essa ideia de que há esta diversidade. Isto é, introduzir uma apresentação de Moçambique que corresponda a uma realidade especial, que é a existência de vários segmentos étnicos, mas rodeá-los agora já dessa substância que é a ideia de futura nação, mais no Craveirinha ainda do que na Noémia de Sousa. Na Noémia de Sousa o pendor neorrealista, mas também negritudiano, faz que ela se vincule muito a determinados setores, camadas sociais, as prostitutas - mas isso também acontece com o Craveirinha - os estivadores, as prostitutas, que é o microcosmo, os quadros marginais desta sociedade colonial urbana, são poetas urbanos.

Mas temos poetas que seguem outras vias, é o caso do Rui Knopfli ou do Orlando Mendes. Embora Orlando Mendes faça esta aproximação ao modernismo brasileiro, nos primeiros livros que escreveu. Mas esta poesia dos anos 1950

10 Ver o poema no Anexo I.

reforça a iniciativa do Vergílio de Lemos de editar a revista *Msafo*, que pretendia ser algo já diferente. *Msafo* em si é um concurso de timbila. As orquestras de timbila apresentam-se em Zavala a concurso. Tradicionalmente era assim, um concurso. Mas depois, por extensão, passou a ser chamado *Msafo* porque se trata de uma peça orquestral com bastante complexidade. Aquilo é muito complexo, em termos musicais, é quase como se fosse uma peça sinfônica, tem a orquestra, a parte vocal, e o coro. Pode ser visto como uma oratória, talvez, mas cada parte da peça tem as suas características próprias. Portanto, *Msafo* aparecia aí para representar esta ideia de moçambicanidade, algo diferente, sempre em contraponto com a literatura portuguesa. Foi essa movimentação literária, que existiu em torno também do *Brado Africano*, da Associação Africana, que teve um certo impacto durante os anos 1950. Havia também pintores associados, também o Ruy Guerra, que depois ficou realizador [cineasta] brasileiro. Há aí umas linhas de uma poesia, se quisermos, menos marcada por esta ideia de construir uma nação. Embora esteja lá sempre subjacente alguma coisa, como é o caso da poesia do Orlando Mendes, Sebastião Alba, Heliodoro Baptista, mas há sempre elementos que a identificam já como sendo algo distinto, como outra literatura. E depois há aqueles poetas que estavam mais ligados ao movimento de libertação, que é o caso do Marcelino dos Santos, Sérgio Vieira, Guebuza, Jorge Rebêlo¹¹ – Jorge Rebelo ficou como uma espécie como poeta símbolo da Frelimo – e que estando a escrever em outros contextos, portanto já com liberdade de escrita, produziu uma poesia mais marcada por essa ideia de poesia da libertação. Uma poesia que se pode também chamar de panfleto, mas bastante vigorosa e que acabou por ter bastante influência em termos de projeção dos movimentos de libertação,

11 Para uma análise de diversos poetas e escritores moçambicanos consultar MENDONÇA, Fátima. Literatura moçambicana, as dobras da escrita. Maputo, Ndjira, 2011.

principalmente nos países onde foi traduzida, nomeadamente nos países socialistas, União Soviética, Bulgária, Polónia... A poesia serviu muito de cartão de visita dos movimentos de libertação.

Eliane Veras: E no pós-independência?

Fátima Mendonça: No pós-independência tivemos um primeiro momento em que ainda há tudo isso, a exaltação do poder popular, a crítica do colonialismo. Mas rapidamente começam a aparecer poetas que querem dizer outras coisas. É o caso do Eduardo White, do Patraquim. Talvez o Luis Carlos Patraquim tenha sido o poeta que introduziu este estatuto de poder falar sobre outras coisas. A narrativa vem depois, as primeiras narrativas de grande impacto no pós-independência são o *Ualalapi*, do Ungulani Ba Ka Khosa, e *Vozes Anoitecidas*, do Mia Couto. Quer uma, quer outra não foram muito bem recebidas pelo poder político¹². Mas devo frisar que não terem sido muito bem recebidas não se traduziu em nada de gravoso para os autores, em termos de serem criticados, postos em causa. E depois, a partir daí, realmente a ficção a narrativa adquiriu outro ímpeto. O caso da Paulina Chiziane; o caso de Aldino Muianga que é um escritor de quem se fala pouco, mas que reproduz muito bem os elementos suburbanos. O livro dele *Contravenção*, ganhou o prêmio José Craveirinha. Como projeto acho que é um livro muito interessante principalmente pelo uso da ironia, que não era muito frequente, e que acaba por funcionar muito bem neste retrato dos ambientes suburbanos. Ele pega sempre em pequenas histórias que através do tom irónico remete para uma dimensão dramática.

12 Sobre tais questões ver Mendonça, Fátima "Literatura emergentes, identidades e cânone". In RIBEIRO, Margarida Calafate.; MENESES, Maria Paula (Orgs). Moçambique das palavras escritas. Porto, Edições Afrontamento, 2008, p. 19-34.

Eliane Veras: Voltando à crítica em relação a *Ualalapi* e a *Vozes Anoitecidas*. Quais eram os elementos dessa crítica?

Fátima Mendonça: *Ualalapi* faz uma trajetória ficcionada de Gungunhane, enquadrada em citações de personagens reais. Serve-se de citações do Ayres d'Ornellas, que era uma figura do regime colonial, e do médico de Gungunhane, que era um suíço. As citações do Ornellas são todas favoráveis a Gungunhane, são todas elogiosas, positivas, enquanto que as do médico são todas negativas. O médico era amigo dele e diz que ele é um bêbado, um arruaceiro, um violento. Já o Ornellas acha que é um belo homem, com uma postura de guerreiro. Portanto, o Ornellas, o colono, elogia. E, digamos, a pessoa ligada afetivamente a ele, deprecia. Logo, isso cria uma imagem paradoxal. A questão que se colocou na altura não foi tanto pôr em causa, penso eu, a invencibilidade ou exibir a crueldade de Gungunhane. A questão teve a ver com a profecia final. Naquela profecia, vamos ver as analogias com Moçambique nos 10 anos que medeiam entre a Independência¹³ e aquele momento (1986) assinalado pela morte de Samora Machel. A coincidência entre essa previsão e esse período de 10 anos do governo de Samora Machel, produziu algumas reações. Mas isso era mais discussão informal nos pequenos grupos. Tanto que a obra foi premiada. O primeiro prêmio instituído pela Gazeta de Artes e Letras da revista Tempo, de cujo júri fiz parte, foi atribuído a *Ualalapi* e a *Vozes Anoitecidas*. E é aí [nas premiações] que as questões étnicas se têm se apresentado, ainda que de forma subliminar. Há outro prêmio, em cujo júri participei, que foi dado ao Mia Couto e a Paulina Chiziane em que subliminarmente, sem verbalizarmos, todos...

13 A independência ocorre com a passagem do poder político-institucional do governo português para a Frelimo, em 25 de junho de 1975. Celso Lucas e José Celso Martinez realizaram o filme "25" que registra a festa da transferência de poder no Estádio da Machava em Maputo.

Eliane Veras: O prêmio não poderia pertencer só a um branco?

Fátima Mendonça: Sim, sem dizer. Ninguém disse, nenhum de nós disse, mas todos pensámos. Em relação a *Ualalapi*, eu me lembro bem que o falecido reitor da UEM, Fernando Ganhão, que também fazia parte desse júri – o Ungulani tinha andado lá na Universidade a fazer o curso de formação de professores em História e Geografia – em conversa, me diz: “esse jovem é muito rebelde...”. E eu não me tinha dado conta sequer de que teria havido qualquer problema com o Ungulani durante a sua permanência na Universidade. Mas havia assim aquela nuvem a cercar o Ungulani. Em contrapartida, para os jovens o livro foi um delírio, teve uma aceitação muito grande e ainda hoje é objeto de muito apreço. O caso do Mia Couto foi assim: houve duas vertentes, aliás, é complicada a história da recepção de Mia Couto, em que acabei por refletir num ensaio que publiquei ¹⁴. Então, aí houve essa vertente, que eu conto, aquela que ficou mais em evidência, que é: “É moçambicano, não é moçambicano, os moçambicanos são representados como não sabendo falar bem português, mas deviam estar a ser representados como falando na sua própria língua que dominam. Ao representá-los assim, portanto, está a diminuir os moçambicanos...”. Então havia toda essa controvérsia em torno da forma da apresentação das personagens por parte de Mia Couto. Mas depois havia outro aspecto idêntico à recepção de *Ualalapi*. Algumas histórias foram consideradas como tendo uma visão reacionária, como no caso das “Baleias do Quissico” em *Vozes Anoitecidas*. O Quissico é em Zavala, lá onde fazem o sal, quando se vai para Inhambane. É a história de um homem que ouve dizer que há uma grande baleia lá nas mar-

14 Trata-se do artigo de Fátima Mendonça “Mia Couto mal amado” In: CAVACAS, Fernanda; CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia. Mia Couto, o desejo de contar e de inventar. Maputo, Ndjira (Coleção Horizonte da Palavra), 2010.

gens já do mar – há lagoa e depois há o mar. No decorrer da história havia certos boatos de que havia aparecido um submarino, qualquer coisa ligada à RENAMO e à guerra. Portanto, há uma certa ambiguidade, pois pode parecer que a baleia não seja a baleia, seja um submarino e que o homem, que tem uma certa configuração de herói, seja da RENAMO. E depois, há os finais sempre um bocado escatológico no Mia Couto...

Eliane Veras: Aquilo que você havia comentado antes, sobre, digamos essa missão da literatura, outros escritores assumirem essa missão da construção da nação. Como é que você vê isso mais recentemente? Porque isso é muito claro...

Fátima Mendonça: No antes da independência.

Eliane Veras: E no depois também, não é? Mas hoje você acha que alguma coisa está se transformando nesse sentido ou que isso continua sendo uma questão importante?

Fátima Mendonça: Eu acho que isso hoje depende muito. Acontece em Moçambique o que acontece no resto do mundo. Depende muito das opções individuais. Há um exemplo que eu gosto de dar que é o escritor português Gonçalo M. Tavares, que por acaso esteve praticamente ignorado durante alguns anos e de repente passou já a estar no cânone. No romance dele *Jerusalém*, o espaço está localizado fora de Portugal, os personagens não são portugueses, a situação é tão insólita que está fora da nossa imaginação, e, portanto, nada vai nos dizer que aquele escritor é um escritor português. O que me parece que está a acontecer com alguns escritores moçambicanos é que eles também sentem essa necessidade, quer dizer, eles não querem ser identificados por serem africanos ou por serem moçambicanos, mas querem ser identificados como escritores. Daí que alguns, no caso da poesia, optam por temáticas que

são temáticas que qualquer escritor pode abordar, um lirismo que não se localiza especificamente ou geograficamente, pode localizar-se mas não é absolutamente necessário que isso aconteça. Outros escolherão, ainda no caso da poesia, situações mais de carácter realista, mas aquilo que me parece que existe é o que existe no resto do mundo, quer dizer, há opções variadas. E com a narrativa, a mesma coisa. Agora, o que acontece é que, do ponto de vista do *marketing* e do ponto de vista do interesse das editoras, o exótico vende. E se o exótico vende também há uma certa pressão sobre os escritores para irem por essa via, portanto as coisas às vezes também não estão completamente desligadas. O caso João Paulo Borges Coelho é outro bom exemplo, porque o João Paulo Borges Coelho, nesse momento, já escreveu cinco ou seis livros¹⁵. Alguns têm uma dimensão, eu não vou dizer que é uma dimensão universal, mas tem uma dimensão que extravasa a literatura, têm uma componente filosófica forte. E este tipo de problemática, quando se trata de um escritor africano, parece que não interessa. Ao passo que em autores como Mia Couto ou Paulina Chiziane, em que esse elemento exotizante através de práticas, de concepções de mundo, ou da própria linguagem, está sempre presente, vende muito mais. Portanto também pode dar-se o caso de os próprios escritores cederem a esse tipo de pressão. Há uns que cedem, outros que não cedem. Eu vejo que desse ponto de vista há um leque muito grande na literatura moçambicana. Depois há ainda outra vertente que são autores que escrevem uma primeira obra a que nalguns casos conseguem dar continuidade e noutros não conseguem dar continuidade. Agora, há um ou dois casos de jovens, estou-me a referir a uma geração muito recente, gente nos vinte e poucos anos, que também parecem

15 João Paulo Borges Coelho é historiador moçambicano e professor da Universidade Eduardo Mondlane. Começou a publicar romances no século XXI e tem hoje uma alentada produção literária e académica. É um exemplo rico do casamento entre literatura e história.

seguir esta via. Quer dizer, não ser necessariamente uma via muito ligada a necessidade de uma afirmação, se quiser, uma afirmação identitária. Mas por outro lado, também há uma tendência para um olhar crítico.

Eliane Veras: Dentro da literatura?

Fátima Mendonça: Dentro da literatura. Um olhar crítico. Por parte destes mais jovens.

Eliane Veras: A chamada “literatura africana”, muito recentemente, ela se tornou, no caso do Brasil, um modismo. Você observa isso fora do Brasil? Você observa isso aqui na Europa, nos Estados Unidos, é um fenômeno geral esse interesse pela literatura africana?

Fátima Mendonça: É, eu acho que é. Bom, em Portugal, durante os primeiros anos a seguir às independências, esta sociedade aqui em Portugal era um bocado complicada dadas as circunstâncias relacionadas com a forma como foram negociadas as independências e o próprio impacto que tiveram, de que resultou a vinda para Portugal dos designados retornados¹⁶, o que provocou alguma tensão. Explicando melhor: a situação revolucionária tanto nos novos países como em Portugal na altura, incomodava essas pessoas que sentiam desconforto com o seu estatuto e de alguma forma eram hostis a estes novos poderes. Mesmo nas Universidades portuguesas - eu vim a Portugal terminar

16 Referência aos cidadãos de origem ou ascendência portuguesa que migraram para Portugal no período que sucedeu as independências das colónias portuguesas na África, notadamente, Angola e Moçambique. Cerca de quinhentas mil pessoas chegaram entre os anos de 1975-76, vivenciando um forte choque cultural e causando grande impacto na vida cotidiana da “metrópole”. Estes portugueses ficaram conhecidos como “retornados”, ainda que muitos deles nunca tivessem pisado o solo português. No âmbito da literatura, esta temática só virá à tona no século XXI. Sugerimos a leitura dos romances O retorno, de Dulce Maria Cardoso, publicado em 2011, e O Tibet de África, de Margarida Paredes, publicado em 2006.

a licenciatura nesse ano – sentia-se esse clima de tensão, onde poderia acontecer num dado momento numa sessão pública alguém se levantar e chamar terrorista ao Luandino Vieira¹⁷. Aconteceu-me mesmo, anos mais tarde, nos anos 1990 ter tido um confronto desse tipo com uma estudante de licenciatura da Universidade Nova numa altura em que estive a dar lá aulas durante um semestre. Portanto nesses anos não havia ainda uma disponibilidade geral da sociedade portuguesa para a aceitação de escritores africanos. Atualmente com as novas gerações, com gente nova, mesmo nas universidades, já existe um olhar diverso relativamente a África. É como se descobrissem um mundo novo e, portanto, aquilo que é diferente merece atenção. E isso, penso, vai de acordo com o que eu disse que é de as editoras fazerem o *marketing* sobre essa literatura que mostra algo de diferente. E se for uma narrativa que foca uma problemática, digamos que é uma problemática que não está localizada no tempo nem espaço, parece que há uma certa falta de interesse, em termos de venda. E depois há outro fenómeno que tem a ver com a própria forma como a vida hoje se desenrola e as pessoas terem a necessidade de verem coisas ou saberem de coisas para além daquilo que as rodeia. Em França acontece a mesma coisa, ou mais ainda, realmente em França os escritores africanos são sempre recebidos com interesse quer pelas revistas que fazem as resenhas, quer é pelo público leitor, e há toda uma camada da população francesa que muitas vezes tem origem africana e há um público leitor muito vasto.

Eliane Veras: No caso da França, se pensarmos historicamente, todo o movi-

17 Luandino Vieira, icônico escritor angolano, nascido português, torna-se uma das vozes da independência angolana, expressa pela literatura. No plano estético, a obra de Luandino é original e única, constitui uma língua própria dos musseques da cidade de Luanda. O leitor brasileiro, português ou outros não familiarizados com a língua poderão ter alguma dificuldade inicial para penetrar na narrativa de Luandinho Vieira.

mento da negritude tem efervescência ali, em Paris ...

Fátima Mendonça: Eu penso que tem mais a ver com quem imigrou, quer dizer, hoje alguns escritores africanos vivem em França. Há um caso que eu acho interessante que é de uma escritora originária dos Camarões, que é Calixthe Beyala. Ela não nasceu em França, nasceu nos Camarões, mas ela vive em Belleville, em Paris, que é um bairro parisiense onde há muito imigração africana, nós entramos ali e parece o Alto Maé em Maputo. Muitas lojas, muitas lojinhas, muitas pessoas de origem muçulmana, muitos africanos. E ela tem um romance que é *Le Petit Prince de Belleville*. Agora, ela já tem ido buscar situações nos Camarões, mas vai muito buscar situações que têm exatamente a ver com essa camada, com a vida urbana em Paris e com as situações do cotidiano. Ela também tem muitos detratores, inclusivamente foi acusada de plágio, mas penso que também isso tem a ver com certo machismo francês, é porque ela foca as relações sexuais de forma muito aberta. Portanto, parece-me às vezes haver ali um bocado de má vontade contra ela, embora a questão do plágio não sei se corresponderá a alguma coisa de concreto ou não. Mas em França a recepção das literaturas africanas também tem muito haver com esse fenómeno da imigração. Muitos argelinos foram viver para França, gente da Martinica, do Senegal, dos Camarões, da Costa do Marfim, quer dizer, muita gente convergiu para ali. E a partir dali formaram-se muitos escritores também, não sei se aquilo poderá chamar de literatura de diáspora, mas quer dizer, é produzir uma literatura africana a partir da Europa. É diferente da literatura produzida completamente a partir dos Camarões, neste caso. Talvez pudéssemos fazer uma correspondência como o fenómeno Agualusa que é um escritor em que o referencial é angolano, mas que escreve a partir de outro espaço, se torna conhecido e isso tem muita a ver com o mecanismo editorial do *marketing*.

Eliane Veras: O Agualusa, ele é lido em Angola?

Fátima Mendonça: Isso é uma pergunta a que eu não sei responder. Ele é conhecido, e é conhecido principalmente por polêmicas que suscita. Mas eu não sei se ele é lido, eu creio que sim, será lido. Em Portugal é muito lido. O Agualusa e o Mia Couto são - eu estou a compará-los em termos de *marketing* - são os dois escritores que lançando um livro tem um público, fazendo uma palestra também, talvez o Mia Couto mais. São quase como uma marca.

Eliane Veras: Isso incomoda? O Mia Couto já recebeu vários prêmios, ele é traduzido, é muito conhecido etc. E de certa forma eu senti lá em Moçambique e aqui em Portugal um pouquinho também, mas lá em Moçambique eu senti uma resistência muito forte em relação ao Mia Couto.

Fátima Mendonça: Você leu aquele meu texto?

Eliane Veras: “O mal-amado”? Sim, claro.

Fátima Mendonça: Eu penso que é isso: há elementos que são extraliterários que levam a que ora ele seja muito bem recebido, ora nem tanto. Quer dizer, abertamente, hoje já ninguém o põe em causa. Até porque o Ministério da Educação lhe deu um prêmio há dois ou três anos. Mas nas conversas informais é o que você vê.

Eliane Veras: Isso, por exemplo, um jovem sociólogo disse para mim: “o Mia Couto é um autor que, para mim, não me diz nada. Eu, como moçambicano, não me identifico com a obra dele”. Bom, do ponto de vista pessoal, claro, cada um pode se identificar ou não. Entretanto, na minha percepção, há um incômodo por parte de determinados setores, alguns, óbvio, porque ele tem uma notoriedade muito grande, é como se ele fosse um porta-voz da nação, para

quem é de fora ele representa o país, e as pessoas se sentem incomodadas com essa identificação.

Fátima Mendonça: Eu continuo a pensar que em relação a Mia Couto há essa ambiguidade de, consoante as conjunturas, ser bem ou mal recebido. Porque é desde que ele se ligou à Ndjira¹⁸, desde que se constituiu Ndjira – a Ndjira é só parcialmente dele, não é? Atualmente nem sei bem qual é o estatuto. Mas desde que o Mia teve algum tipo de capacidade de intervenção na atividade editorial, ganhou muitos adeptos. Pode ter sido uma estratégia dele, não sei. O que é certo é que alguns dos que o puseram em causa, logo no início, quando foi das *Vozes Anoitecidas*, deixaram de o fazer, passaram a editar na Ndjira e, portanto, tem muito a ver com determinado tipo de conjuntura e circunstancialismos, tem a ver com os espaços a ocupar. Essa questão de que, às vezes é assim, quer dizer, se é uma pessoa que me diz: “Não tem nada a ver comigo”, eu acho que por detrás disso existe toda uma outra informação, há outras coisas e para a literatura, se calhar, isso interessa pouco. Porque, primeiro, a posição de alguém que diz “não tem nada a ver comigo” é a posição de um não-leitor, alguém para quem a literatura não significa grande coisa. Portanto o que está a ressaltar é extraliterário. Agora que existe uma verbalização de argumentos desse tipo, existe. E eu penso que não tem a ver com a literatura, tem a ver realmente com o fato, isso é uma hipótese, dele ocupar um espaço que alguém acha que não é legítimo.

Eliane Veras: E que, talvez, seja um espaço que, “além de não ser legítimo, também não é legítimo porque é fabricado a partir de fora”.

18 Editora Ndjira, originalmente editora moçambicana associada à editora portuguesa Caminho. Ndjira significa caminho numa das línguas de Moçambique.

Fátima Mendonça: Também isso entra no argumento. O ser fabricado a partir de fora entra no argumento. Mas, depois disso é neutralizado pelo fato de nas escolas serem lidos os textos de Mia Couto e haver uma camada jovem que gosta de o ler.

Eliane Veras: Nas escolas, o que que eles leem? Qual é a literatura obrigatória na formação escolar?

Fátima Mendonça: É muito pouco. No décimo ano e, como livros obrigatórios, são poucos. Mas depois, como há manuais, esses autores acabam por estar presente nos manuais desde a quinta classe. Portanto, os autores moçambicanos estão mais ou menos presentes nos manuais ao longo de todos os anos.

Eliane Veras: Esses manuais, eles são nacionais?

Fátima Mendonça: São nacionais e da primeira à sétima, se não estou em erro, são gratuitos.

Eliane Veras: E o que que eles leem? Eles leem o *Ualalapi*, por exemplo?

Fátima Mendonça: O *Ualalapi* está no décimo segundo ano. Eu contribuí com o programa do primeiro e décimo segundo ano. O *Ualalapi* está no décimo segundo.

Eliane Veras: E do Mia Couto, o que é que eles leem?

Fátima Mendonça: Do Mia Couto, obrigatoriamente, não estava nada. Eu não sei, porque neste momento refizeram programas e nesse momento eu não sei, mas há vários textos do Mia Couto nesses manuais, porque também há manual para décimo primeiro e décimo segundo. Aí já são manuais opcionais, porque

há manuais que são do Ministério e depois há uns extras das editoras. A Leya tem dois manuais, para o décimo primeiro e décimo segundo. E já não posso garantir que haja, mas tenho certeza que há textos do Mia Couto nesses manuais. Eu tenho por hábito sempre fazer um inquérito logo no primeiro dia de aula aos estudantes, são estudantes do quarto ano de Licenciatura em Linguística e Literatura. Peço que me indiquem um título, já não lembro quantos títulos é que eu peço, de autores moçambicanos que tenham lido. Quem vem sempre em primeiro, mais ou menos empatados são o Mia Couto e o Ungulani Ba Ka Khosa. E depois, a seguir, vem a Paulina Chiziane.

Eliane Veras: Os homens leem a Paulina?

Fátima Mendonça: Sim, sim, leem. E quando peço autores que conhecem, mesmo que não tenham lido, também. Portanto, é constante. Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa, a seguir a Paulina Chiziane. Bom, como eu não estou a dar aulas há dois anos, não sei agora se o João Paulo Borges Coelho já está a entrar.

Mas eu criei em Maputo uma comunidade de leitores, com o Instituto Camões, e tive muita dificuldade em que as pessoas que estavam na comunidade, que eram quase todos universitários, só que não eram todos da Universidade Eduardo Mondlane, havia muitos do Instituto de Relações Internacionais. E tive muita dificuldade em que lessem um texto de João Paulo. Eles não aderiram, era o *Setentrião* e ninguém gostou dos contos, foi uma decepção, uma frustração que tive, eu toda entusiasmada... Inseri Mia Couto e, este ano, o Suleiman Cassamo¹⁹ na comunidade, *O Regresso do Morto*. Agora, essa comunidade de leitores continuou, agora já tem outras vestes, mas considera-se minha her-

19 O Regresso do Morto. Suleiman Cassamo é professor da Universidade Eduardo Mondlane, é engenheiro mecânico e é escritor.

deira e quem está a coordená-la é um jovem chamado Arsénio Macaliche. Eles sediaram agora a comunidade, ligaram-se agora à Universidade Politécnica. O diretor é um antigo estudante meu e vem da Mondlane, o Aurélio Ginja, e cedeu o espaço. Eles têm uma coisa, só puseram autores moçambicanos para leitura. Eu não concordo. Eu sempre dei minha opinião, eu acho que têm que abrir. Não podem estar metidos naquele casulo ... E quando eu estive a formar a comunidade, quando comecei, no primeiro ano, pus o *Viva o Povo Brasileiro*, do João Ubaldo, que é um romance enorme. Eu acho aquilo um monumento. Ele constrói o brasileiro desde os primórdios não só através da narrativa, como da linguagem. O *Viva ao Povo Brasileiro* acho que é uma coisa extraordinária, mas foi um desastre na comunidade. Como aquilo [o livro] vive muito de narrativas cruzadas, e depois voltam atrás, e de elementos históricos, para eles era difícil. É muito longo, é muito grande o romance, são quatrocentas e tal páginas e, portanto, aquilo pôs-me muita dificuldade. Mas o Mia Couto nessas comunidades de jovens é completamente aceito, o tal elemento etnográfico, atrai muito os jovens, assim como a Paulina Chiziane, com o *Niketche*, gostam imenso. O leitor moçambicano jovem é muito atraído também por esse elemento. Aquilo que atrai também o público português, ao fim e ao cabo, aquele elemento de magia, de situações muito peculiares ligadas a aspectos culturais, tudo isso.

Eliane Veras: Como você vê a relação entre literatura e história. Ou literatura e sociedade, no sentido, da literatura conter uma dimensão cognitiva. Você acha que a literatura ajuda a conhecer realmente uma sociedade?

Fátima Mendonça: Pode não ajudar a conhecer a sociedade, porque se ela é ficção, o que ali está são só possibilidades. São mundos possíveis ou mundo alternativos. Vou dar o exemplo do *Campo de Trânsito* do João Paulo Borges

Coelho, que muita gente relacionou com os campos de reeducação da Frelimo. Mesmo admitindo que fossem, que eles estivessem ali representados os campos de reeducação, não é por ali, não é lendo o que ali está que se fica a perceber como era a vida nos campos de reeducação. Mesmo lendo um relatório, vamos supor, mesmo com o relatório de alguém – suponhamos que é um antigo diretor de um campo de reeducação – sobre o que eram esses campos de reeducação, não fica uma visão do que era o campo. Se eu tiver depois um relato de alguém que esteve internado no campo de reeducação certamente será diferente. Então, se através de testemunhos, digamos, vivenciais, eu já tenho dificuldade em saber como foi, com a ficção muito mais dificuldade terei. Agora, o que eu penso é que como é ficção, fornece mundos alternativos, fornece mundos possíveis, constitui um meio muito forte de amplificar as nossas potencialidades de viver. Eu acho que a literatura, fundamentalmente, não ajuda a conhecer o mundo, mas ajuda a viver no mundo, exatamente porque amplia potencialidades. E nesse sentido, quer ela seja romance histórico, quer não, é sempre benéfica. Acho que a literatura enriquece exatamente porque fornece essa série de possibilidades. E isso apenas no campo cognitivo, sem falar naquilo que pode proporcionar do ponto de vista estético. Agora, para se ter essa vivência estética, é preciso haver uma competência de leitura, por essa razão é que há pessoas que pegam num romance como esse, por exemplo, o *Viva o Povo Brasileiro* do João Ubaldo Ribeiro e a fim de 10 páginas fecham. Quer dizer, a sua expectativa de leitura não é aquela, se for antes por exemplo a de um romance do brasileiro Paulo Coelho, que é outro fenômeno que também precisa ser tomado em consideração. Se a expectativa for aquela que a leitura do Paulo Coelho traz, o leitor não vai ler o *Viva o Povo Brasileiro* do João Ubaldo. Mas, se a expectativa for a do *Viva o Povo Brasileiro*, então terá capacidade para ler o do Paulo Coelho e naturalmente, gostar ou não gostar.

Eliane Veras: Ou largar na décima página (risos).

Fátima Mendonça: (Risos) Gosto também de dar o exemplo da Paulina Chiziane com *Niketche*. Eu penso que não é lendo *Niketche* que se vai ficar a conhecer a questão das diferenças entre as mulheres do norte e as do sul, porque aquilo é a visão que uma escritora como a Paulina Chiziane tem daquele problema. Não é um ensaio da antropologia, então não podemos tomar aquele texto como sendo informação antropológica. Uma coisa que Chinua Achebe dizia muitas vezes referindo-se principalmente às universidades americanas, é que nos departamentos onde se estuda a literatura africana, ela só é lida para efeitos de estudos antropológicos ou estudos sociológicos, quer dizer, não estudam a literatura como literatura, mas como documento antropológico ou sociológico. É como se eu quisesse, ao ler um romance do Dostoiévski, tentar apenas saber como que era a Rússia do século XIX. Quer dizer, Dostoiévski vai muito além do que era a Rússia no século XIX. É nessa perspectiva que me posiciono em relação a esta questão: literatura e história, literatura e sociedade.

Eliane Veras: Uma das coisas que me desafia nesse trabalho é justamente do ponto de vista teórico, do ponto de vista sociológico – porque eu não sou competente para fazer análise literária – é mais uma problematização do que na história e na trajetória da sociedade, da formação da sociedade moçambicana, como é que a literatura aflora, como é que ela é um produto dessa sociedade e ao mesmo tempo como é que ela cria essa sociedade. Ela é um produto de condições históricas e por outro lado ela também produz e ela intervém, ela é uma força de intervenção.

Fátima Mendonça: Sim, ela produz, principalmente, porque não podemos dissociar. Eu posso dissociar a literatura da história, no sentido em que são duas

séries. Mas, depois, já não posso – eu, pelo menos, não dissocio da mesma forma literatura e ideologia. Quer dizer, não crio uma série literária e uma série ideológica. Aí já eu acho que dentro da série literária está a ideologia. Ela já é produzida no interior do literário. Já tem alguns que acham que não, acham que à literatura só é dado fazer o percurso daquilo que a institui como literatura e que a ideologia que a partir dela se produz não interessa. Mas na minha concepção não é assim. E em relação ao que está a dizer, penso que sim, penso que a literatura vai produzindo elementos que são da ordem do ideológico, e é com isso que ela depois também realiza quase que uma certa história.

Eliane Veras: Se nós pegarmos o exemplo de Jorge Amado. O Jorge Amado, de certa forma, ele traz para literatura uma concepção de cultura brasileira, ou de ser brasileiro, de homem e de mulher brasileira, de povo brasileiro...

Fátima Mendonça: Que não quer dizer que uma análise sociológica produzisse o mesmo resultado.

Eliane Veras: Exatamente, mas que você pode aproximar e distanciar, você pode aproximar bastante da obra de Gilberto Freyre, por exemplo, ainda que o Jorge Amado fosse um comunista e o Gilberto Freyre um anti-comunista.

Fátima Mendonça: Pois. Sim, porque aquele luso-tropicalismo, uma parte dele está ali.

Eliane Veras: Sim, está representado naqueles personagens.

Fátima Mendonça: O resultado, concordo com você, o resultado da personagem que é a personagem de Jorge Amado é uma espécie de comprovativo da teoria do Gilberto Freyre.

Eliane Veras: Por outro lado, o Jorge Amado vai ser lido fora do Brasil, assim como o Gilberto Freyre vai ser lido dentro e fora do Brasil. Então você tem a literatura, o cinema, a música. A forma como ela nos ultrapassa, nos perpassa. Por exemplo, emocionalmente como eu me identifico como brasileira quando eu ouço uma determinada música. Então esse elemento constitutivo, ideológico, que está ali presente, acaba por ser apropriado e com uma força muito mais intensa, muito mais profunda, do que por exemplo, a obra de Gilberto Freyre, uma teoria, seja lá o que for. Nesse sentido que eu digo que é uma força, uma força de construção social. E para fora também, porque para fora, na medida em que ele é traduzido, que ele é lido, os brasileiros passam a ser vistos como aqueles personagens, mesmo todo mundo sabendo que é ficção. E, óbvio, isso acaba, no plano das relações, das interações, tendo algum peso. Porque cria expectativas de comportamento com as quais o outro terá que lidar e responder.

Fátima Mendonça: Isso funciona tudo a nível superestrutural. E como é difícil chegar até a realidade, acaba por ter mais força. Portanto, esses elementos que saem daí acabam por ter mais força, atuam sobre a realidade.

Eliane Veras: Sim, é o que o Giddens chama de reflexividade. Nós começamos a nos ver dessa forma, a nos interpretar dessa forma, a nos sentir dessa forma. No caso do Brasil isso já tem um lastro secular. No caso de Moçambique, como é que você veria? Afinal de contas, o que que seria essa identidade moçambicana ou esse ser Moçambique, como sugeriu no início da entrevista, que a literatura moçambicana tinha muito desse traço do que é o “ser moçambicano”.

Fátima Mendonça: Ser Moçambique, o que é?... Se formos fazer o mesmo raciocínio que é feito com relação ao Jorge Amado, penso que ainda é muito aquilo que foi produzido pelo José Craveirinha que é a imagem mais forte, aquela

que prevalece. Aquilo que está sedimentado ainda é o José Craveirinha. Porque como ele produziu imagens utópicas muito fortes e essas imagens utópicas acabaram por deixar de ser utópicas, porque há parte delas que chegaram a realizar-se, isso legitima a assunção de todos os elementos que foram produzidos na poesia dele. E a poesia do José Craveirinha acabou por funcionar quase como que um guião da história de Moçambique. Até uma certa altura, não quer dizer que isso tenha continuidade, mas aquilo que me parece que ficou ali como um lastro, não é só a independência. Eu estou a lembrar-me daquele poema *Sia-vuma*²⁰. Ele diz: um dia nós seremos bailarinas, seremos astronautas, um machimbombo da linha da Polana será desviado para Xipamanine²¹. Portanto aquela ideia de nivelamento da sociedade que está nesse poema: de todos terem acesso a educação, todos terem acesso a bens básicos, materiais, todos poderem viajar, portanto, esta ideia que a Independência veio assegurar em muitos aspectos. Está lá, tudo. Depois, mais tarde, já depois da Independência, ele escreve aquele poema *As Tanjarinas de Inhambane*, que é uma espécie de manifesto contra aquelas restrições das mercadorias terem que passar de uma província para outra, com uma guia de marcha. Eram o tal controle que você encontrou agora²², o controle permanente. O poema chegou a ser discutido no conselho de ministros. Portanto, aquele poema é visto como uma espécie de antevisão da economia de mercado, da aceitação da economia de mercado em Moçambique. Ele conseguiu imprimir elementos quase de previsão, de profecia,

20 Ver Antologia Poética Comentada. Ler o artigo de Francisco Noa, "José Craveirinha, Além da Utopia", nele o autor analisa os dois poemas aqui mencionados: *Sia-vuma* e *As Tanjarinas de Inhambane*.

Disponível em www.journals.usp.br/viaatlantica/article/download/49722/53834.

21 Polana é um bairro rico e central da cidade de Maputo, Xipamanine é um bairro periférico, um subúrbio, da mesma cidade.

22 Referência ao comentário que fiz sobre como me surpreendi com a proibição de acesso em determinadas zonas da cidade de Maputo, quando lá estive em julho de 2011.

que depois se tornaram realidade e constitui-se como uma espécie de guião. Quer dizer, toda a gente esperava que se ele diz, isto vai acontecer. E, portanto, eu não vejo ainda na literatura moçambicana quem o possa substituir, não é substituir, é acrescentar alguma coisa. Ir além disto. Eu acho que em Mia Couto está às vezes muito presente, não é aquele nivelamento da tal mestiçagem, não é uniformização, mas é o aceitar, é o saber viver com as diferenças. Isto ainda não está, pode estar parcialmente, mas não faz parte do imaginário. Enquanto que os elementos que vêm da poesia do Craveirinha fazem parte do imaginário.

Eliane Veras: Quais seriam esses elementos?

Fátima Mendonça: Por um lado é o assumir a nação, depois é o nivelamento das classes.

Eliane Veras: A nação no sentido de que a nação inclui todos.

Fátima Mendonça: Inclui todos e não só inclui todos, mas igual nas oportunidades, portanto, o nivelamento social. Atualmente muitos jovens, quando escrevem no *Facebook* e no mundo virtual, introduzem muitas epígrafes com versos de Craveirinha. Exatamente devido à forma como as elites estão a enriquecer, muitas vezes enriquecimentos não só ilegítimos, mas ilegais. Por exemplo, a questão da corrupção e aí há sempre o recurso à poesia de José Craveirinha. Penso que esse elemento já está mais ou menos consolidado, é uma poesia que constitui uma espécie de reserva moral.

Eliane Veras: No Brasil alguns traços identitários, dessa identidade nacional, passam todas as classes sociais, quer dizer, que não importa a qual classe você pertença, você acredita naquilo. Você acredita que o brasileiro não tem preconceito, você acredita que o brasileiro é alegre, que ele é aberto, que ele está sempre

disposto a receber o outro, enfim, uma série de mitos: as coisas não são bem assim, mas as pessoas acreditam. Você acha que esses elementos que você mencionou, eles estariam presentes também na sociedade moçambicana de alto a baixo?

Fátima Mendonça: Estes sim, mas depois há outros que não, porque esses mesmos elementos em Moçambique – agora saindo da literatura, mas só vindo do ponto de vista sociológico – esses mesmo elementos estão ligados a partes do país ou até a categorizações étnicas, por exemplo, mulato de Maputo que é bate-chapas, não gosta de trabalhar.

Eliane Veras: O que é bate-chapas?

Fátima Mendonça: Bate-chapas são aqueles que trabalham nos carros, os melhores bate-chapas são os chamados mulatos de Maputo, depois vão para a Suazilândia trabalhar. Isto já vem do passado, a ideia de que o mulato, o mestiço, de Lourenço Marques, portanto que vivia principalmente naquela zona da Mafalala também não gosta de trabalhar, gosta é de farra. Mas se formos para os Inhambane já são outras categorias, eles lá têm a mania de falar bem português, há clichês. Os da Beira têm outros atributos e depois há a separação entre o norte e o sul. Então, os chingondos são do norte, são “burros”, “iletrados”. Mas toda essa categorização não passa pela literatura. No caso do Brasil, parece que o Jorge Amado contribuiu muito para isso, contribuiu muito para ajudar essa caracterização do brasileiro. Agora não há na literatura moçambicana uma coisa idêntica, tudo isso é aquilo como um discurso comum. Há um escritor, o Daniel da Costa, ele escreve muito bem, é pena, é dos tais casos que não tem tido a projeção que merece. Tem um livrinho que intitulou de *Chingondo*. Chingondo é o do Norte. E são uma série de contos, ele tem muito humor, é dos poucos. Ele e o Aldino Muigana são as pessoas que melhor utilizam o humor na

literatura moçambicana. Ele tem muito humor e escreve muito bem. Eu penso que nessas pequenas narrativas que talvez possa fazer esse tipo de estudo e eu também nunca estive a olhar nessa perspectiva, que você estar agora a colocar, mas talvez nas pequenas narrativas. Talvez fosse interessante fazer um estudo com pequenas narrativas, como já há muitos contos, que tentasse exatamente ver isso. É uma pesquisa a fazer, tentar saber como é que, na narrativa - tem que ser na narrativa, penso que tem que ser na narrativa, porque a poesia tem muita tendência para o lirismo e é mais complicado - mas como é que na narrativa geralmente se constrói ou não tipos, tipos de moçambicanos. É um bocado o que a Paulina Chiziane faz, a Paulina Chiziane no *Niketche* faz isso.

Eliane Veras: Cada mulher vem de uma região e cada uma tem um tipo de comportamento, de crença...

Fátima Mendonça: O que não quer dizer que o sociólogo, o antropólogo, estudando aquelas mesmas sociedades tivesse chegado a essa conclusão. Mas ela projeta, ela reproduz aquilo que já é ...

Eliane Veras: Um senso comum.

Fátima Mendonça: Um certo senso comum que é as mulheres do norte são de uma maneira e as do sul...

Eliane Veras: E as do centro?

Fátima Mendonça: As do centro são incharacterísticas! (risos) Aliás, o centro é a zona mais complexa de Moçambique. Será a zona mais mestiçada, desde os antigos Prazos...

E é interessante que o Mia Couto e o João Paulo são ligados a essa região. O

Mia Couto é da Beira. E o João Paulo, também, viveu lá muito tempo. Ligado a Tete. São as zonas sociologicamente mais complexas, não é por acaso que a RENAMO nasce aí. Aquilo é zona de maior conflito histórico, o Vale do Zambeze todo. Aquilo ali é uma espécie de caldeirão entre do que é o norte e depois do que é o sul, que são mais homogêneos. O sul tem a sua homogeneidade, o norte também, o islamismo consegue dar ali uma homogeneidade... Aquilo ali [o centro] é tudo a ferver. Aliás, o último romance Ungulani Ba Ka Khosa, *Choriro*, se localiza na mesma zona. É bom ler o *Choriro* com *As Duas Sombras do Rio* porque o espaço é o mesmo. *As Duas Sombras do Rio* se passa nos anos 1980 e o *Choriro* se passa no tempo dos Prazos, Século XVIII ou XIX.

Portanto, ainda é cedo para a literatura moçambicana produzir tipos de moçambicano. A literatura, aquela que foi produzida no interior da Frelimo, a poesia, produziu um tipo que é o guerrilheiro. Nem sequer produziu o “homem novo”, há uma série de ideias do homem novo, mas o que está ali principalmente é o combatente. Só que essa imagem não ficou fixada, porque a realidade depois começou a fazê-la desaparecer. A própria história contribuiu para que essa mitologia do guerrilheiro se fosse desvanecendo. É engraçado isto, porque até um certo momento ela prevaleceu, a luta pela liberdade, por causas justas, mas foi desaparecendo à medida que aqueles que estiveram ligados à guerrilha foram saindo para política e daí para os negócios dando origem a duas outras imagens: uma negativa a dos que de alguma maneira “traíram” o projeto libertador inicial e outra positiva dos que se mantiveram ligados a essa mitologia. Isso é até engraçado, eu estou a pensar nisso agora, como o Jorge Rebelo e o Marcelino dos Santos são figuras respeitadas. Em geral todos podem achar que o Marcelino já está ultrapassado, já não sabe o que diz, mas há sempre aquela ideia de que este permaneceu igual ao que era. De coerência. E o Jorge Rebelo é a mesma coisa, não enriqueceram, não mudaram o discurso, estão usando

um discurso que já hoje ninguém faz, mas estão lá e é isso que é valorizado. Isso é muito engraçado, porque realmente há aquela poesia que é produzida, há aquela imagem daquele guerrilheiro, e depois a história vem dizer não, este não ficou sempre assim. Mas depois como ficam esses dois [Jorge Rebelo e Marcelino dos Santos], acaba por haver assim um desequilíbrio.

Eliane Veras: Como é que você vê a relação da literatura moçambicana com a literatura angolana, com a cabo-verdiana, são-tomense, guineense? Como é que esse sistema se relaciona?

Fátima Mendonça: Até às independências há elementos comuns, principalmente entre a angolana e a moçambicana. Quer dizer, era o mesmo tipo de colonização com base no conceito de assimilação, produziu elites letradas africanas que reagiram e, portanto, criam-se movimentos de libertação em conjunto e cria-se o MAC a CONCP, só depois daí é que se formam os movimentos respectivos MPLA, PAIGC e Frelimo. Agora, em termos de literatura, pois a gênese da literatura cabo-verdiana é muito diferente, há elementos muito diferentes dos de Angola e de Moçambique. Mas o movimento de libertação favoreceu a ligação entre intelectuais, entre escritores. Depois da independência com a Liga dos 5 houve uma tentativa de manter as associações de escritores ligadas entre si, funcionou enquanto houve socialismo, mas a partir de uma certa altura as associações deixaram de ser financiadas pelos partidos, passou a não haver mais partido único, passou a haver outros partidos, quer dizer, essa dinâmica desapareceu e a economia de mercado também ajudou a que isso acontecesse. E os autores transitaram para editoras de outros países, no caso da Angola e no caso de Moçambique, surgiram editoras privadas nacionais. E eu penso que há sim uma ligação quando se encontram em congressos, mas não é nada sistêmico e nem é que se possa depois levar a que os aproximemos do ponto de vista

estético, quer dizer, são literaturas diferenciadas. Eu cada vez mais considero que essas literaturas têm que ser estudadas em separado. Quer dizer, há um momento em que as podemos ver em relação, mas, a partir de certa altura, cada uma segue a sua via.

Eliane Veras: Mas o que eu quero dizer também não é só no sentido de uma interpenetração, mas no sentido de uma leitura recíproca.

Fátima Mendonça: Leitura recíproca também há pouquíssima, tem a ver com os mecanismos editoriais.

Eliane Veras: Sim, não chega? Em Luanda não se vai encontrar os autores moçambicanos...?

Fátima Mendonça: E vice-versa, é mais fácil encontrar em Portugal alguns...

Eliane Veras: Alguns que são os que eles colocam lá na prateleira dos “autores lusófonos”²³.

Fátima Mendonça: Exato. Tudo está dependente do monopólio editorial. Agora, a literatura cabo-verdiana apresenta características muito próprias. Há realmente um momento em que há a possibilidade de se estudar comparativamente, assim como a portuguesa. Todas, ao fim e ao cabo, têm um certo pé inicial na literatura portuguesa, ou na literatura brasileira. Quer dizer, o que eu penso é: do ponto de vista do estudo histórico-literário, nós temos que ter sempre que ver a relação, tomar nota do que aconteceu com a angolana, o que é que aconteceu com a cabo-verdiana, com a portuguesa, com a

23 Em geral, nas livrarias portuguesas os livros de literatura são classificados como: Literatura Portuguesa, Lusófona, Estrangeira etc.

brasileira, tentar ligar as pontas. Mas, depois, quando começamos a estudar os textos, percebemos que se integram em sistemas diferentes e depois há a questão da circulação. É mais fácil em Maputo aparecerem agora esses romances traduzidos, estes romances que há aí em todo o mundo, que a gente vê de traduzidos...

Eliane Veras: *Best sellers.*

Fátima Mendonça: Esses, não é? Ou até desses escritores portugueses, dessas escritoras que aparecem agora, vindas nem se sabe lá de onde, não há pivô de televisão que não escreva um livro, não sei se no Brasil é assim. Agora em Portugal os pivôs de televisão escrevem um livro, aquele José Rodrigues dos Santos e vende aos milhares!

Eliane Veras: Eu tenho visto muita literatura sobre África escrito pelos portugueses.

Fátima Mendonça: Isso é outro fenômeno que é o das memórias e biografias, mas que tem interesse, mesmo distorcida é uma visão de história, porque há muitos ex-militares. Isso é uma coisa que eu penso que tem interesse histórico, mas não sei se são muito vendidos. Agora, é mais fácil estarem em Maputo, nas livrarias, esses livros dos pivôs de televisão portugueses, do que um autor angolano, mesmo que seja um Pepetela.

Eliane Veras: É, realmente, eu não me lembro de ter visto nas livrarias de Maputo nenhum livro do Pepetela. E de brasileiros eu só vi alguma coisa do Jorge Amado e do Graciliano Ramos.

Fátima Mendonça: Sim, mas pouco autores do Brasil. A circulação do livro é que faz que com que haja leitores. Claro que em Maputo as coisas andam as-

sim um bocado em torno dos Centros Culturais. Porque há o Centro Cultural Brasileiro que tem uma biblioteca razoável. Neste momento o diretor é um escritor moçambicano, o Calane da Silva. Eu acho que eles mudaram de política em relação ao Centro Cultural Brasileiro porque durante muito tempo era um diretor brasileiro. Os últimos foram a filha do Fernando Veríssimo e depois dela ainda foi o Manoel de Souza e Silva, nosso colega. Ele está numa universidade no norte do Brasil. Fez uma tese sobre a poesia moçambicana, ele viveu uns anos em Maputo. E depois, então, é que abriram esse concurso e o Calane concorreu e ficou, parece que essa função de um moçambicano diretor está a agradar. Depois temos o Centro Cultural Português que é do Instituto Camões, cuja biblioteca poderia ser melhor apetrechada em termos de literatura portuguesa, mas que tem um acervo razoável de literatura moçambicana. O Centro Cultural Português tem uma grande frequência por causa dos manuais, livros de estudos, manuais de direito, código civil, essas coisas. A biblioteca brasileira tem mais ficção brasileira. Depois temos o Centro Cultural Franco-moçambicano, que esse tem bastante e excelente literatura em língua francesa. Portanto, uma forma de a pessoa estar mais ou menos informada é nas bibliotecas desses Centros. A Universidade Eduardo Mondlane também não tem uma má biblioteca, mas infelizmente não está a ser atualizada.

ANEXO 1

Pós da História

Rui de Noronha

Caiu serenamente o bravo Quêto.
Os lábios a sorrir, direito o busto
Manhude que o seguiu mostrou ser preto.
Morrendo como Quêto, a rir sem custo.

Fez-se silêncio lúgubre, completo,
No Kraal do vátua célere e vetusto.
E o Gungunhana, em pé, sereno o aspecto,
Fitava os dois, o olhar heróico, augusto.

Então Impincazamo a mãe do vátua,
Triunfando da altivez humana e fátua
Aos pés do vencedor caiu chorando.

Oh! Dor de mãe, sublime, que se humilha!
Que crime se não esquece à luz que brilha
Ó mães nas vossas lágrimas gritando?

Poema do futuro cidadão

José Craveirinha

Vim de qualquer parte
de uma Nação que ainda não
existe.

Vim e estou aqui!
Não nasci apenas eu
nem tu nem outro...
mas irmão.

Mas
tenho amor para dar às mãos-
cheias.

Amor do que sou
e nada mais.

E
tenho no coração
gritos que não são meus
somente
porque venho dum país que
ainda não existe.

Ah! Tenho meu amor à rodos
para dar
do que sou.

Eu!
Homem qualquer
cidadão de uma nação que
ainda não existe.

4. A FORMAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE: SUAS TRANSFORMAÇÕES E FRATURAS

**Entrevista com Isabel Casimiro e Teresa Cruz e Silva
por Eliane Veras Soares e Remo Mutzenberg**

Na manhã de inverno do dia 16 de setembro de 2011, na cidade de Maputo, Eliane Veras e Remo Mutzenberg conversaram demoradamente com Teresa Cruz e Silva e Isabel Casimiro sobre o processo de formação das ciências sociais em Moçambique, notadamente sobre o papel desempenhado pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, no pós-independência. No decorrer da entrevista, a história de vida e o nascimento da nação se confundem ao tempo que iluminam aspectos relevantes da formação das ciências sociais, suas transformações e fraturas, apresentadas a partir de um lugar privilegiado de ação e reflexão.

Eliane Veras: Nós estamos muito felizes de estar aqui em Maputo, é o nosso primeiro contato, uma visita exploratória e uma das coisas que nós gostaríamos de conversar com vocês é justamente o processo de formação das ciências sociais em Moçambique. Então, a ideia é que fosse realmente um depoimento livre em que vocês pudessem falar sobre a experiência que vocês vivenciaram como atrizes nesse processo, ao mesmo tempo de formação das ciências sociais e de formação da nação.

Teresa Cruz e Silva: Eu poderia dizer que, quer eu quer a Isabel, somos testemunhas, embora uma um pouco mais velha do que a outra, duma viragem do que foram as ciências sociais neste país entre o final do período colonial, a transição política que se deu em 1974, e todo o período que se seguiu à independência nacional, pela simples razão de que pelas nossas idades e percursos de vida ambas estudamos nas escolas secundárias coloniais e na única universidade existente em Moçambique na altura, que se chamava Universidade Lourenço Marques (ULM). A Isabel [Casimiro] depois dirá um pouco sua história, já que ela entrou na universidade antes da independência e depois saiu, mas na realidade as duas nos matriculamos num curso de história que era um curso que só permitia que os estudantes moçambicanos fizessem os seus estudos até ao nível do bacharelato. Porque as ciências sociais - havia uma única universidade - eram extremamente controladas e poderíamos dizer que os únicos cursos que funcionavam eram nas letras, em um sentido mais amplo, geografia, história, a área das literaturas que tinha outro nome, já não me lembro...

Isabel Casimiro: Letras modernas... Com os cursos de românicas e germânicas que, pelo menos até 1973, não estava aberta.

Teresa Cruz e Silva: Letras modernas... Porque a ideia era que os estudantes, depois de fazerem o bacharelado, teriam que fazer os seus estudos em Portugal, uma forma de fazer um controle político das elites. O curso onde eu me matriculei e onde a Isabel também se matriculou era um curso da escola portuguesa. Portanto, nós não tínhamos nenhum contato com nada que fosse sobre África e muito menos sobre Moçambique. Nós estudávamos História Medieval de Portugal, Estudos Clássicos etc. Aliás, o nosso pré-universitário era também do liceu português. Por exemplo, nós, para estudarmos História

no ensino superior, tínhamos que nos matricular numa alínea dos dois últimos anos do secundário, nós tínhamos que estudar latim, tínhamos que estudar grego. Era um tipo de ensino que visava dar uma formação clássica, se eu posso chamar assim. E conosco estudavam estudantes candidatos ao curso de Direito, a única diferença que havia entre as matérias que davam acesso aos dois cursos, o de Direito e o de História, é que em vez de estudar grego, os colegas de Direito estudavam alemão.

Então vocês poderão perguntar por que, no meu caso, eu decidi estudar história nestas circunstâncias, não é? Na verdade, me lembro que meu pai sempre me dizia “Estudar história? Enquanto o pai for vivo não tens problemas, mas vais morrer muito pobre”. Acho que ele tinha uma certa razão, não é? Mas a razão pela qual eu me matriculei no curso de História é porque o meu sonho desde criança era ser pesquisadora, então a única saída para a área de Ciências Sociais, em Moçambique, era estudar no curso de História. Mas no tempo em que eu fiz o curso de História, nós andávamos a procura de uma saída para fugirmos ao currículo que nós tínhamos e a saída que nós encontramos que, creio que a Isabel já não estava lá, ... é que nós tínhamos um professor português que era arqueólogo, que nos convidou para o seu grupo de pesquisa ... então nós encontramos uma fuga fazendo pesquisa em arqueologia que nos dava uma ligação muito maior com a situação do continente africano e metodologias de pesquisa de campo. E tínhamos uma ligação com o Instituto de Investigação Científica de Moçambique, onde se realizava pesquisa, mas tudo de uma forma informal, posso dizer assim, porque não poderia ser de outra maneira, onde nós, portanto, começamos a entrar em contacto com conhecimentos sobre História da África.

Então, quando eu estava no final do meu bacharelado, deu-se o período de transição para a independência. Aliás, quando foi o 25 de Abril¹, nós decidimos que íamos prolongar o nosso curso por mais seis meses para ver se teríamos pelo menos a oportunidade de aprendermos algumas matérias sobre África.

Durante esse período pós-25 de Abril, apareceu em Moçambique um senhor que foi o primeiro reitor desta universidade, que era o Doutor Fernando Ganhão², que foi quem fez as mudanças todas de uma universidade colonial para uma universidade de um país independente. Então nós começamos a fazer uma série de reuniões com ele para fazermos essas mudanças e conseguimos introduzir, no último ano do ensino, uma série de cadeiras sobre o próprio continente africano, que nos interessavam. Até sobre os movimentos de libertação nacional em África, porque já era o período de transição e fizemos essa passagem. De resto, nós acabamos, nesse período de transição, por adquirir conhecimentos que nós gostaríamos de ter em relação ao nosso continente e à história do nosso continente, por autodidatismo, aproveitando justamente a abertura da transição política. Digamos que a universidade em que eu e a Isabel trabalhamos, a Universidade Eduardo Mondlane, ela vem da Universidade de Lourenço Marques, que foi transformada no pós-independência. Ela era a

1 Referência à data que marca o início da Revolução dos Cravos em Portugal, 25 de abril de 1974, que encerrou o ciclo governos autoritários em Portugal.

2 Fernando Ganhão nasceu em 1937 e faleceu em 2008. Sobre ele diz Paulo Granjo, por ocasião de sua morte, em abril de 2008: "Participante na luta de libertação nacional moçambicana e seu representante no exterior durante alguns períodos, foi o primeiro reitor da Universidade Eduardo Mondlane (cuja criação liderou, com base nos poucos recursos humanos que sobraram da anterior Universidade de Lourenço Marques) e era atualmente reitor da Universidade Técnica de Moçambique. Homem de muitos instrumentos, foi também, para além foi, durante vários anos, parlamentar e membro do Comité Central da Frelimo, fundador e presidente do Comité Olímpico Moçambicano". Acessado em 27 de setembro de 2017, disponível em <http://antropocoiso.blogspot.com.br/2008/04/fernando-ganho-19372008.html>

única universidade no tempo colonial, já que, por razões óbvias, não convinha ao sistema colonial ter um ensino superior mais extenso. Então acho que não vou entrar nesse período porque vocês já devem ter lido um pouco, pelo menos leram aquele livrinho amarelo publicado pelo CODESRIA³, que tem lá um pouco desta história, não é assim tão importante. Eu acho que o mais importante é o que nós fizemos para essa transformação.

Então, eu considero que desempenhou um papel muito importante nessa mudança o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. É verdade que a Faculdade de Letras, de então, também teve um papel importante, mas por que é que eu digo que o Centro de Estudos Africanos desempenhou um papel importante nessa mudança? Primeiro vocês perguntarão por que é que se chama Centro de Estudos Africanos. O Centro de Estudos Africanos representa, para o primeiro reitor da Universidade Eduardo Mondlane [Fernando Ganhão] e para as pessoas da sua geração, a realização de um sonho, porque os africanos que estudavam em Portugal criaram não só a Casa de Estudantes do Império (CEI), mas criaram o Centro de Estudos Africanos (CEA), que foi depois encerrado pela PIDE⁴. Depois das independências das antigas colônias portuguesas, tiveram a ideia, o Fernando Ganhão, que foi nosso primeiro rei-

3 MATSHEDISHO, K. R. et al. *The Social Sciences and Africa's Future*. Dakar, CODESRIA, 2005. Ver também, CRUZ E SILVA, T. (2005) 'Instituições de Ensino Superior e Investigação em Ciências Sociais: a herança colonial, a construção de um sistema socialista e os desafios do século XXI, o caso de Moçambique'. In: CRUZ E SILVA, T.; ARAÚJO, M & CARDOSO, C (2005) (orgs) 'Lusofonia em África: história, democracia e integração africana'. Dakar: CODESRIA, 2005; CRUZ E SILVA, T. et al (orgs.). *Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas*. Dakar, Codesria (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2012. (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança).

4 A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) foi a polícia política portuguesa entre 1945 e 1969, quando foi substituída pela DGS (Direção-Geral de Segurança), responsável pela repressão de todas as formas de oposição ao regime político vigente.

tor, e o Aquino de Bragança⁵, que foi o primeiro diretor do Centro de Estudos Africanos, de criar aqui um Centro de Estudos Africanos que, na realidade, se transformou num Centro de Estudos da África Austral, por causa do contexto que nós vivíamos aqui em Moçambique, da relação entre Moçambique e a África do Sul e o contexto da África Austral e as lutas que se realizavam de vários pontos de vista, político, ideológico etc. Por que é que o Centro de Estudos Africanos pode ser um marco de mudanças na história das ciências sociais? Bem, o que é que aconteceu em 1975? A universidade era portuguesa e as pessoas, os professores da então Faculdade de Letras eram portugueses, estudantes havia poucos moçambicanos, contavam-se pelos dedos, como as estatísticas dizem. Portanto, nós chegamos à independência com uma universidade - e aqui só estou a falar das Ciências Sociais - vazia de professores e vazia de estudantes. Não era só um problema de falta de professores, era também um problema de falta de estudantes pela simples razão de que o próprio sistema educacional português afunilava a entrada dos moçambicanos até à escola secundária. Digamos que as pessoas que chegavam à universidade ou pertenciam às pequenas burguesias negras ou eram pessoas privilegiadas, indianos, mulatos/mestiços etc., que conseguiam uma situação em que era possível chegar à universidade. A maior parte da população moçambicana tinha muito mais dificuldades em chegar à universidade, mesmo depois da década de 1960, quando há a abolição do Estatuto do Indigenato e toda a população deixa de ser indígena e passa a

5 Sobre Aquino de Bragança consultar o artigo "Aquino de Bragança: o intelectual e a independência de África" de Annamaria Gentili, *Via Atlântica*, São Paulo, n. 21, p. 45-57. Acessado em 27 de setembro de 2017, disponível em <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/51026/55093>. Para consultar artigos de autoria de Aquino de Bragança, ver Mondaini, Marco (org.) *Sonhar é preciso – Aquino de Bragança: independência e revolução na África Portuguesa (1980-1986)*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2014. (Série Brasil-África, Coleção Clássicos, 1). Disponível em <https://ieafricaufpe.wordpress.com/>.

cidadão, quer dizer, é uma falsa mudança. Do ponto de vista teórico é uma coisa, ou [do ponto de vista] da legislação, mas a prática é muito mais complicada. E há duas figuras que são importantes nessa mudança, o professor Fernando Ganhão, que faleceu recentemente, que decidiu que não iria fechar a universidade só porque não tinha professores e não tinha estudantes. Ele era militante da Frelimo e foi enviado, no período de transição, para ver a situação da universidade.

Eliane Veras: Quando você fala período de transição é entre 25 de abril de 1974

Teresa Cruz e Silva: E a independência [25 de junho de 1975]. Quando eu estou a falar da universidade, é depois de 25 de abril que há essas mudanças. E o [Fernando] Ganhão vem depois dos acordos de Lusaka, em setembro de 1974, eu creio, mas de qualquer maneira há já dentro da universidade tentativas de mudanças por parte dos estudantes, não dos professores. Um desejo de mudança, encontros, reuniões, onde aparece o [Fernando] Ganhão a participar desses nossos encontros. Não é só transição política, mas é transição da própria universidade. Então, o que ele decidiu foi convidar os jovens que tinham apenas o bacharelado, que era de três anos, para trabalharem na universidade. Foi assim que ele fundou o Centro de Estudos Africanos, com um grupo de jovens que eram seus estudantes do último ano do bacharelado que ele convidou para trabalhar no Centro de Estudos Africanos e para garantir que a universidade não fechasse. Estou aqui a falar das Ciências Sociais. Ou seja, um estudante que tivesse bacharelado podia ensinar no primeiro ano da graduação. Enquanto isso, eram contratados professores estrangeiros, que eram chamados cooperantes, para garantir o funcionamento dos cursos e a formação e os jovens que tinham a primeira graduação trabalhavam com esses professores. Foi assim que nós...

Isabel Casimiro: Cooperantes não, internacionalistas...

Teresa Cruz e Silva: Internacionalistas, chamavam cooperantes. Havia muitos brasileiros, aliás, no curso de história a Isabel [Casimiro] teve professores brasileiros. Daniel Aarão Reis⁶, que eu tornei a encontrar no Rio. Os brasileiros apareceram na maior parte dos casos, pelo menos nas Ciências Sociais, com um acordo com o partido Frelimo, como exilados. Eles aparecem como exilados nas ciências sociais, aparecem alguns na agricultura, na Comissão Nacional do Plano de Desenvolvimento, dirigida pelo Marcelino dos Santos⁷.

Isabel Casimiro: Há uma grande quantidade de latino-americanos, não só brasileiros, chilenos, uruguaios, argentinos...

Teresa Cruz e Silva: Mas eu acho que é importante referir que nós também tínhamos aqui os professores da Europa do Leste. E aí começamos a ter outros problemas com a introdução de outras disciplinas. Eu não tive essas disciplinas porque pertenço a outra geração, mas a Isabel, como foi embora e voltou, teve. Introduziram-se as cadeiras para o ensino do marxismo e leninismo e o problema que nós tínhamos é que nós tínhamos professores da República Democrática Alemã... Nas Letras, não é?

Isabel Casimiro: Eu não tive, eu só tive quando foi a experiência da faculdade de marxismo...

⁶ Daniel Aarão Reis Filho é historiador e professor titular de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁷ Marcelino dos Santos, político e poeta, nasceu em Lumbo, Região de Nampula, a 20 de Maio de 1929. Foi membro fundador da Frente de Libertação de Moçambique. Depois da independência de Moçambique, Marcelino dos Santos foi o primeiro Ministro da Planificação e Desenvolvimento, cargo que deixou em 1977 com a constituição do primeiro parlamento do país (nessa altura designado "Assembleia Popular"), do qual foi presidente até à realização das primeiras eleições multipartidárias, em 1994.

Teresa Cruz e Silva: Então, a situação era tão complicada que os estudantes chamavam materialismo histórico e diabólico ao marxismo histórico e dialético. Absolutamente impossível. Felizmente nós tínhamos um reitor que tinha uma visão ... e ele estava plenamente consciente do que estava a acontecer...

Eliane Veras: Desculpa, era estéril ou histórico?

Teresa Cruz e Silva: Histórico, em vez de histórico, era histórico. Eu acho que era uma expressão maravilhosa, porque expressava exatamente aquilo em que os professores da República Democrática Alemã tentavam formatar os nossos estudantes...

Isabel Casimiro: Sobretudo os soviéticos...

Teresa Cruz e Silva: Mas nas Letras eram muitos da República Democrática Alemã. Então o nosso reitor, tentando “salvar a pátria”, já que ele era obrigado a introduzir as cadeiras de materialismo histórico e marxismo-leninismo, pensou em duas alternativas: a primeira, não sei se foi a primeira Isabel ... em convidar algumas pessoas entre os quais a Isabel, eu e mais dois colegas, para sermos formados para ensinarmos aos nossos estudantes, baseados na nossa realidade e sem ser com aqueles modelos importados da União Soviética, da RDA etc. Acontece que os nossos professores, a maior parte deles, eram estes professores da RDA. Então nos recusamos a ser professores destas cadeiras, porque não estávamos dispostos a reproduzir este tipo de conhecimentos e digamos...

Isabel Casimiro: Mas tivemos um ano de aulas...

Teresa Cruz e Silva: Sim, mas não ficamos professores das disciplinas. Eu acho que o importante é a visão que esse reitor tinha. Em primeiro lugar, ele recusou-se a mandar os estudantes da área das Letras para a Universidade Patrice

Lumumba, na então União Soviética. A razão é porque ele conhecia a Patrice Lumumba e ele dizia que noutras áreas, sim, valia a pena formar as pessoas. Em Ciências Sociais era um risco muito grande que nós corríamos, porque íamos formatar as pessoas dentro de um modelo que não servia para Moçambique. Por outro lado, esse reitor também criou uma faculdade de marxismo leninismo tendo em vista que as pessoas utilizassem o marxismo leninismo como metodologia de trabalho, mas sem ser nos moldes que os soviéticos e os alemães [da República Democrática da Alemanha] nos ensinavam. Mas também, não sei o que é que eu posso dizer dessa faculdade, Isabel, depois podes dizer alguma coisa. E nesta faculdade de marxismo-leninismo se tentou fazer um manual da História da Frelimo, porque a história começava com a colonização, mas estava esquecida toda a história das lutas de libertação em África e em Moçambique. Eu acho que para falar das Ciências Sociais é importante referir que os estudos que eram realizados nem sempre eram muito bem vistos e o manual que foi feito foi guardado pelo partido Frelimo numa gaveta.

Eliane Veras: Quem o organizou?

Teresa Cruz e Silva: O Luís de Brito⁸ – que é uma pessoa com quem vocês deveriam falar porque ele é fundador também do Centro de Estudos Africanos –,

8 Luís Manuel Cerqueira de Brito nasceu em Moçambique e concluiu seu bacharelado em História na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, em 1976. Neste mesmo ano, iniciou sua carreira acadêmica integrando a equipe de pesquisadores que criou o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. Simultaneamente à pesquisa, especializou-se em Estudos de Desenvolvimento no Centro de Estudos Africanos, obtendo seu diploma em 1981. No ano de 1992, concluiu seu PhD na Université de Paris VIII. Atualmente é pesquisador permanente do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE) de Moçambique. Para uma história de vida de Luís de Brito, consultar a entrevista do Projeto Cientistas Sociais de Países de Língua Portuguesa: Histórias de Vida, CPDOC-FGV, disponível em <http://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/luisbrito>.

o João Paulo Borges Coelho⁹, escritor que vocês conhecem, e o José Negrão¹⁰, que já faleceu. Portanto, são os três que são os elementos basilares, com o John Saul, não sei se conhecem o John Saul, um canadiano que apoiou a Frelimo num determinado momento e que tem várias linhas de pensamento, algumas que são para contestar etc. Aliás, o John Saul escreveu muito bem sobre Moçambique, sobre o marxismo da Frelimo. Então essa é uma parte, se calhar é bom voltar ao Centro de Estudos Africanos. O Centro de Estudos Africanos desempenhou um papel importante nessa mudança das ciências sociais porque foi o primeiro centro de pesquisa, que foi criado depois da independência, e que começou a estudar os problemas do país com uma perspectiva completamente diferente daquela que era a da história colonial. Mas o Centro de Estudos Africanos especializou-se em estudos de Moçambique no contexto da África Austral. Digamos que a história do Centro de Estudos Africanos também é uma história que reflete um pouco, aliás, podem perceber pelas revistas Estudos Moçambicanos¹¹, refletem um pouco as mudanças que se foram fazendo nas ciências sociais. Até o princípio da década de 1980 todos os estudos que são realizados são uma tentativa dos cientistas sociais de responderem aos problemas que o país enfrentava. A transição de uma economia capitalista para uma economia socialista, então os estudos se fazem para tentar responder aos

9 João Paulo Borges Coelho é historiador e professor da Universidade Eduardo Mondlane. Autor de diversos artigos acadêmicos tendo se dedicado, desde a primeira década do século XXI também à literatura. Para uma visão crítica da história contemporânea de Moçambique ver o artigo de sua autoria "Abrir a fábula: Questões da política do passado em Moçambique". Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 106, Maio 2015, p.153-166.

10 José Guilherme Negrão (1956-2005) foi professor da Economia de Desenvolvimento na Universidade Eduardo Mondlane.

11 Estudos Moçambicanos é o periódico acadêmico do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane e foi fundado em 1979-1980 por Ruth First e Aquino de Bragança. O acervo da Revista Estudos Moçambicanos pode ser encontrado no site Mozambique History Net, organizado pelo historiador Colin Darch. Ver: <http://www.mozambiquehistory.net/>.

problemas do campo, da mão-de-obra migratória, o problema dos transportes caminhos-de-ferro, a ligação entre Moçambique e os países vizinhos da África Austral etc. Apesar do Christian Geffray¹² ter escrito que o Centro [de Estudos Africanos], com outras palavras, era mais ou menos um braço do partido [Frelimo], eu discordo totalmente, porque muitos estudos que foram feitos pelo Centro de Estudos Africanos foram guardados nas gavetas, muitos deles pedidos pelo governo, mas como as propostas não interessavam ao governo, foram guardados nas gavetas. Nesse sentido, o Centro formou duas a três gerações, entre as quais nós. Eu costumo dizer que o que eu sou hoje devo ao Centro de Estudos Africanos. É verdade que naquela época o nosso instrumento de trabalho era o marxismo leninismo, mas nós aprendemos as metodologias de trabalho que nos ensinavam a ver o nosso país, mesmo usando outras metodologias ajustadas à realidade, aprendemos a desconstruir os nossos conhecimentos e a construir coisas novas, aprendemos uma série de coisas importantes para a nossa vida como docentes e como pesquisadores. Nesse sentido, o Centro marcou uma viragem na análise das ciências sociais no país e eu posso dizer que também encontramos uma viragem na Faculdade de Economia e na Faculdade de Letras, principalmente no curso de História. São pessoas mais ou menos da mesma geração. É verdade que havia umas rivalidades entre uns e outros, mas na realidade a mudança que se faz nas Ciências Sociais é realizada por essas gerações, vamos lá dizer, a minha geração, onde está o Luís de Brito, também Ana Loforte e outros que não estão já aqui, a Maria da Luz Prata Dias, Ricardo Duarte, e depois a geração da Isabel [Casimiro], Yussuf Adam, Alexandrino José...

Isabel Casimiro: Depois é a geração do João Paulo...

12 Christian Geffray (1954 – 2001) era um antropólogo africano francês. Foi Diretor de pesquisa do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) e Pesquisador do Centro de Estudos Africanos.

Teresa Cruz e Silva: Mas tu és da geração deles, Isabel, só que entraste e saístes. Depois é a geração a seguir, que são os primeiros estudantes que estudam na universidade pós-colonial. É muito interessante que, como estudantes, nós conseguimos trazer para Moçambique nessa altura, graças a esse reitor que nós tínhamos, toda aquela corrente da escola francesa dos meados dos anos 1970... Jean Suret-Canale Quem mais Isabel?

Isabel Csimiro: Veio a Catherine Coquery Vidrovitch , Pierre Philippe Rey, Claude Meillassoux...

Teresa Cruz e Silva: Quer dizer, Moçambique passou a ser um centro de interesse e nós vamos reencontrar aqui, quem conhece a história das universidades africanas sabe que aí nos anos 1970 há duas universidades em África que desempenham um papel importante para as teorias do desenvolvimento, é a Universidade Makerere, no Uganda, e depois as pessoas da Universidade de Makerere transitam muitas delas e muitas ideias para a Universidade de Dar es Salaam, na Tanzânia. O que acontece é que quando o Centro de Estudos Africanos é fundado as pessoas – muitas das escolas de Makerere e de Dar es Salaam – vêm para Maputo. Então nós apanhamos toda aquela geração de pessoas que estudaram todo o problema do desenvolvimentismo – até se chamam hoje às correntes dessa época que moveram muitas universidades as universidades desenvolvimentistas – e todas as tentativas de mudança do que é uma universidade no continente africano, qual é o papel da universidade ... e, portanto, nós apanhamos muitas dessas influências, todas as leituras que nós fazíamos sobre o movimento de libertação, as teorias do desenvolvimento, Samir Amin, e apanhamos toda aquela escola francesa das Ciências Sociais desses anos 1970. Fomos influenciados por essa escola francesa de desenvolvimento das ciências sociais. Sobre as humanidades eu acho que os meus colegas das literaturas po-

dem explicar melhor o que é que se passava lá nas humanidades. Podemos dizer que na década de 1980, com a mudança da situação política, há também uma mudança nas Ciências Sociais. Nós começamos a diminuir o nosso foco de interesse nos nossos estudos sobre a África Austral e começamos a realizar outro tipo de estudos, porque em meados de 1985 nós começamos a ter uma economia aberta, entramos na crise que todo mundo entrou em meados de 1985 e os estudos mudam por completo, os interesses dos nossos estudos mudam por completo. E depois – para a Isabel também falar, caminhando assim de uma forma mais rápida – nós também e os nossos estudos sofrem a influência da década de 1990 e parte principalmente da década de 2000 e nesse caminho as Ciências Sociais vão sofrendo as suas transformações. Eu acho que é importante também ver que as transformações das ciências sociais, nesta altura, sofrem todo impacto das transformações que as universidades africanas vão sofrendo, mas de uma forma mais retardada, porque a história das universidades em África é um pouco anterior à evolução das universidades das colônias portuguesas, das que não então nas colônias portuguesas. Então, digamos que nós passamos pelas mesmas fases uns anos mais tarde. Por exemplo, enquanto em fins de 1970 e 1980, quando nos outros países as universidades já estavam a passar um processo de crise e entraram na mercantilização do ensino, nós começamos muito mais tarde. Em finais de 1990, 2000, nós temos a privatização do ensino superior, deixamos de ter uma e duas universidades públicas e elas, as privadas, começam a crescer como cogumelos. Então toda a história que acontecia antes no continente africano, aqui em Moçambique ou em Angola acontece muitíssimo depois. Isso tem um impacto muito grande nas Ciências Sociais. Hoje nós podemos dizer que nas Ciências Sociais nós vivemos, como noutros lugares do continente, um período em que as pessoas individualizaram os seus estudos, por-

que como as coisas estão tão mercantilizadas no ensino público, a pesquisa sofreu muitas consequências, a pesquisa em ciências sociais e humanidades. Toda a influência do processo das consultorias destruiu também a pesquisa em Ciências Sociais, todo o impacto da fraqueza das universidades e da diminuição cada vez maior dos financiamentos para a pesquisa também tem um impacto muito grande no desenvolvimento das ciências sociais. Eu costumo dizer que enquanto os falantes de língua inglesa dizem "*publish or perish*", eu acho que na nossa universidade, desde 2000, talvez o mais aplicável seja "*teach or perish*". As pessoas são avaliadas não pelo que publicam, mas pelo que ensinam, não importa a qualidade, mas a quantidade. Então entramos nessa crise que tem a ver com a mercantilização, com produzir números e não qualidade, com aquilo que se chama a massificação das universidades. Mas essa massificação, de fato, acaba continuando a não servir às maiorias, sejam as mulheres ou as pessoas mais pobres, para resumir a situação atual. E, cada vez mais, nós temos problemas de liberdade acadêmica, particularmente nas ciências sociais porque, por exemplo, na nossa universidade, que é a mais antiga do país, a única greve de professores que houve foi nas Ciências Sociais. Portanto, digamos que as Ciências Sociais são aquelas que acabam por representar mais ou menos a voz dos problemas que existem no ensino e na pesquisa universitária, podemos dizer assim. Nós temos uma crise muito grande, publicar é muito complicado, as pessoas que são mais *seniors*, continuam a ir às conferências e continuam a publicar, mas as publicações dentro do país praticamente não existem, as revistas nascem e morrem porque não têm forma de sobreviver. Os livros são um luxo nesse país, os estudantes não têm acesso a livros, não têm acesso a informação e, portanto, isso tem um impacto muito grande nas ciências sociais, as bibliotecas são também pobres... Mas eu preferia parar por aqui e deixar a Isabel também falar...

Isabel Casimiro: Eu não ia estudar história, não era a minha primeira escolha. Eu não venho aqui do sul, venho de uma província do norte, Nampula, para onde muita gente ia estudar de outras províncias ao norte ou centro do país, porque não havia escolas secundárias, por exemplo, em Cabo Delgado, em Niassa ou na Zambézia. Então Nampula era um polo para os estudantes irem fazer a chamada escola secundária, que na altura eram dois anos, era o sexto e sétimo ano. Eu queria estudar medicina, meu pai era médico, não sei porquê me deu essa coisa de querer estudar medicina. Fiquei uma semana na “linha F” e mudei-me logo porque me desentendi com a geologia, nem foi a matemática, com quem eu sempre me desentendia. Então mudei para germânicas, eu nunca fui muito boa em português, mas era boa em inglês, então fui estudar germânicas, mas quando eu quis vir para cá [Maputo, na época ainda Lourenço Marques], porque só aqui é que havia universidade, não havia aberto o curso de germânicas dentro da Faculdade de Letras. Então como não dava para eu ir estudar fora e já não dava para fazer os exames, porque fiquei até o último momento a espera de saber se abria ou não abria, fiquei para fazer História. Portanto História não foi a minha primeira opção, mas pronto, vim... E vim em 1973 e apanhei esse curso que a Teresa falou...

Teresa Cruz e Silva: Eu entrei em 1972...

Isabel Casimiro: Nós tínhamos cinco cadeiras, eu estava a tentar lembrar, mas não me lembro de todas as cadeiras. Era civilização grega, civilização romana, cultura clássica, arqueologia e havia uma quinta que eu não me lembro. Então, nós éramos, se me lembro bem, éramos 80 estudantes, dos quais 20 eram juvenzinhos como eu, que não trabalhavam, e os outros eram trabalhadores,

eram da função pública¹³. Nós devíamos ter quinze horas de aulas ou mais por semana, mas acabamos tendo aulas só das 17 às 19 horas, sem aulas práticas, porque havia aulas práticas que nunca¹⁴ tivemos por causa dos nossos colegas que trabalhavam. E, dos 80, eu lembro que nós tínhamos uma colega negra, que nunca pôs os pés na universidade, a Joana Simeão, que, por acaso, era de Nampula também.

Teresa Cruz e Silva: Explica quem é a Joana Simeão...

Isabel Casimiro: Ela fez umas incursões junto da Frelimo, mas aquilo que a gente vem a saber mais tarde é que ela já tinha uma relação com a PIDE também, segundo o que se diz, porque há umas nebulosas. Ela depois chegou a ser presa pela Frelimo, depois da independência, estava num campo de reeducação no Niassa e ela faz parte de um grupo que acabou sendo assassinado pela própria Frelimo. Alguém teria dito, Sérgio Vieira disse uma vez numa sessão de Assembleia que isso tinha sido uma defesa por parte da Frelimo, porque sabiam que a Renamo ia atacar esse campo de reeducação, então fizeram isso. Mas, enfim, ela nunca pôs os pés nas nossas aulas, eu nunca a vi. Mas, estão a ver? Entre 80 estudantes, em 1973, havia uma estudante negra!

13 MATSHEDISHO, K. R. et al. *The Social Sciences and Africa's Future*. Dakar, CODESRIA, 2005. Ver também, CRUZ E SILVA, T. (2005) 'Instituições de Ensino Superior e Investigação em Ciências Sociais: a herança colonial, a construção de um sistema socialista e os desafios do século XXI, o caso de Moçambique'. In: CRUZ E SILVA, T.; ARAÚJO, M & CARDOSO, C (2005) (orgs) 'Lusofonia em África: história, democracia e integração africana'. Dakar: CODESRIA, 2005; CRUZ E SILVA, T. et al (orgs.). *Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas*. Dakar, Codesria (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2012. (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança).

14 A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) foi a polícia política portuguesa entre 1945 e 1969, quando foi substituída pela DGS (Direção-Geral de Segurança), responsável pela repressão de todas as formas de oposição ao regime político vigente

Eliane Veras: Esse fato aconteceu quando?

Isabel Casimiro: O assassinato já foi nos anos 1990, creio que depois da morte de Samora Machel. Eu lembro-me quando o João Carlos estava em Niassa, até 1980, existia esse campo de reeducação que quase ninguém podia ir visitar¹⁵. Então deve ter sido final dos anos 1980. Porque em 1992 nós temos os acordos de paz, portanto deve ter sido final dos anos 1980.

Teresa Cruz e Silva: Mas é importante referir que na documentação oficial ela nunca foi assassinada, foi comida por leões ou qualquer coisa assim. Até hoje o marido dela, que é viúvo, não consegue casar novamente porque não consegue uma certidão de óbito. É uma história muito complicada.

Isabel Casimiro: Foi a primeira vez que alguém [falou sobre isso], foi o Sérgio Vieira. Eu fui deputada entre 1995 e 1999, foi a primeira legislatura multipartidária. E havia sempre muito debate e muita discussão, muitos embates entre a Frelimo e a Renamo. Havia três partidos naquela multipartidária, mas de fato os maiores e quase que se aproximavam eram a Frelimo e a Renamo e lembro que se levantou essa questão numa das sessões. Mas o Sérgio Vieira¹⁶, que vem

15 No campo da ficção moçambicana, o escritor Ungulani Ba Ka Khosa, que também é licenciado em História, publicou o livro *Entre Memórias Silenciadas* (Maputo, Alcance, 2013). Nele a narrativa se passa em um campo de reeducação. Ao serem libertados, os reeducandos estão no Niassa e convivem com professores em Lichinga. Uma análise desta obra foi realizada por Aline Adelaide Alves em sua monografia de conclusão do curso intitulada "Memória, silenciamento e história: Uma leitura de *Entre as Memórias Silenciadas* (2013), de Ungulani Ba Ka Khosa". Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

16 Sérgio Vieira nasceu em 1941, em Tete, Moçambique. É licenciado em Ciências Políticas e, durante os estudos universitários em Lisboa, esteve associado às atividades da Casa dos Estudantes do Império (CEI) e, depois, exilado em Dar-es-Salam, Tanzânia, dirigiu o Departamento de Educação e Cultura da Frelimo. Líder histórico da FRELIMO, Sérgio Vieira foi governador do Banco de Moçambique, deputado na Assembleia Nacional e ministro da Segurança. Colaborou em alguns jornais e revistas, como o *Jornal de Angola* e a *Mensagem*

da luta armada, acabou sendo diretor do Centro de Estudos Africanos depois da morte de Aquino, ele falou e disse que o que tinha acontecido era isso mesmo. Mas foi a única vez que se falou nisso. Eu não sei se ele fala disso no livro dele, porque eu ainda não li o livro todo. Eu não sei se fala nisso. Mas foi a única vez que se falou publicamente no assassinato dos presos políticos da Frelimo...

Teresa Cruz e Silva: Não era publicamente, era nas sessões abertas ou fechadas, com a presença dos meios de comunicação.

Isabel Casimiro: Eram sempre abertas, tu podias ir. De fato, nós éramos um grupo pequeno, de 80 e tal estudantes, era, das faculdades, a turma que tinha menos estudantes, porque as que tinham mais eram medicina, engenharias etc. dentro dos cursos que havia, porque não havia direito. A faculdade de direito só foi criada depois da independência, era considerada uma possível faculdade contestatária. É até interessante, porque quando são criados os estudos gerais em 1962, eles são criados em Moçambique por um grupo de professores liberais e até com maior abertura segundo dizem os escritos até da Associação Acadêmica.

Teresa Cruz e Silva: É que a nossa universidade começou a se chamar Estudos Gerais, depois é que passou à situação de universidade. Tudo isso para controlar.

Isabel Casimiro: Então, eu estava a falar dos Estudos Gerais que tinham alguns professores... estamos a falar do contexto da ditadura em Portugal, colonial-fascismo. Mas ainda assim, com todos estes problemas, foi criada uma Associação Acadêmica à imagem e semelhança de outras associações académicas

(CEI). Publicou Também Memória do Povo (1983) e faz parte de várias antologias de poesia.
(http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_africana/mocambique/sergio_vieira.html e <http://www.dw.com/pt-002/entrevista-s%C3%A9rgio-vieira/av-17558229>)

nas universidades portuguesas que a princípio só pensava em farras e garraíadas, não é? Então, é interessante que sendo uma universidade constituída fundamentalmente por filhos de colonos, a participação de alguns estudantes na Associação Acadêmica muda a sua consciência... De alguns deles, estamos a falar de alguns deles. Nuno Melo Egídio, Ivo Garrido...

Teresa Cruz e Silva: Não, mas o Ivo Garrido não era filho de colonos...

Isabel Casimiro: Não era filho de colonos, é verdade. A verdade é que em 1972 a PIDE encerra a Associação Acadêmica porque esta associação já estava a trabalhar, por exemplo, estava a trabalhar em Matalana, naquele centro do Mangatana, havia estudantes que estavam a dar aulas de alfabetização, eu ainda participei em 1973 em algumas dessas atividades...

Teresa Cruz e Silva: A Isabel tem um artigo ...

Isabel Casimiro: Sim, sobre o núcleo de estudantes. Eu já não apanhei a associação, porque a associação estava fechada, mas convivi com alguns dos dirigentes da associação e tive acesso às instalações da associação. Era lá que...

Teresa Cruz e Silva: Mas nós distribuíamos panfletos...

Isabel Casimiro: A associação distribuiu panfletos e escreveu artigos bastante ousados. Foi por isso que encerrou.

Teresa Cruz e Silva: A Associação Acadêmica de Moçambique (AAM) foi encerrada pela PIDE em 1972 e os seus dirigentes foram para o serviço militar.

Isabel Casimiro: Sim, os dirigentes da associação foram compulsivamente para o serviço militar e a gente recebeu-os em Nampula, porque eles foram

mandados para Nampula, que era a sede do quartel general português. O Ivo Garrido era o secretário da Associação Acadêmica, o Nuno Melo Egídio... Mas havia um reitor dessa universidade de Lourenço Marques que disse “A PIDE só entra aqui por cima do meu cadáver”. Coisas interessantes, uma grande contradição nessa universidade, mas havia alguns professores que assumiam a autonomia universitária e essa era uma das lutas da Associação Acadêmica. Quando eu venho em 1973, como eu disse, a AAM já estava fechada. Nós utilizávamos algumas instalações. Lembro-me que a gente duplicava os nossos textos nas máquinas da AAM. Utilizávamos uma parte da biblioteca, a sala de reuniões etc. Mas em 1973, era essa pasmaceira toda. Eu sei que havia grupos que estavam a estudar o Eduardo Mondlane, o *Lutar por Moçambique*, e havia contato já com a Frelimo também e com, por exemplo, havia contatos com o Sansão Muthemba¹⁷, portanto havia já alguma movimentação aqui, no Sul, na zona do inimigo...

Teresa Cruz e Silva: E em 1972, 1973, nós distribuíamos uns panfletos mesmo sem a associação...

Isabel Casimiro: Estudantes do Liceu Salazar também estavam a se movimentar em 1973. 1972, 1973. Havia uma movimentação ali também. Então aqui na zona do inimigo o pessoal se movimentava. Eu lembro-me de algumas vezes quando eu vim para cá, em 1973, nós estávamos em uma república com meus dois irmãos mais velhos, porque eu era do meio e com mais dois cole-

17 Mateus Sansão Muthemba nasceu no dia 25 de julho de 1907, em Chicumbane, Xai-Xai, província de Gaza. Muthemba faz parte dos primeiros grupos de moçambicanos a se envolverem em ações de luta clandestina. Foi um destacado combatente da luta de libertação nacional, que faleceu no dia 6 de junho de 1968, vítima de agressão física dentro dos escritórios da FRELIMO, em Dar-Es-Salaam. (<https://ambicanos.blogspot.com.br/2015/06/mateus-sansao-muthemba.html> e http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2007/07/centenrio-de-ma.html)

gas que estavam lá e as vezes nós tínhamos que esconder livros...

Teresa Cruz e Silva: Páginas do Capital de Karl Marx...

Isabel Casimiro: E o livro do Eduardo Mondlane¹⁸ que a gente tinha que esconder nos colchões. Então, pronto, depois vem o que disse a Teresa, não é? Vem o 25 de Abril. Eu lembro-me que foi tudo muito complicado na universidade. Porque, sobretudo aqueles professores, todos estavam mais do que comprometidos e um deles, comprometidíssimo, tu lembras? O que dava cultura clássica, aquele que parecia o Sócrates...

Teresa Cruz e Silva: Cultura clássica era um velhinho que era da catedral, que mandava as meninas a casa a coser meias ao invés de estar na aula?

Isabel Casimiro: Não sei. Eu lembro-me de algumas coisas que ele falava, agora vai haver mudanças, não vai... Mas aquilo ainda estava tudo meio sem saber o que é que ia acontecer...

Isabel Casimiro: Depois do 25 de Abril a Universidade sofreu uma grande movimentação. O pessoal da Associação Acadêmica começou a movimentar-se. Lembro-me que havia uma série de reuniões. Só que havia duas linhas, uma esquerdista, 'outra mais equilibrada', porque isto é sempre assim. Os primeiros anos são marcados por estas duas alas. Os filhos do Marx ou os filhos da União Soviética e os filhos de não sei onde. Mas havia uma grande movimentação na

18 Trata-se só livro "Lutar por Moçambique" de autoria de Eduardo Mondlane, primeiro líder da Frelimo, morto por meio de uma carta bomba em 1968. Sobre Mondlane consultar: "Alguns Dados biográficos do Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, Fundador e Primeiro Presidente da FRELIMO o Arquitecto da Unidade Nacional" , Frelimo, Secretariado do Comité Central, Maputo, 2009. Disponível em: <http://macua.blogs.com/files/vida-e-obra-de-vida-de-eduardo-mondlane.pdf>; SANSONE, Livio. Eduardo Mondlane and the social sciences, Vibrant, v. 10, n. 2, p. 73-111, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vb/v10n2/a03v10n2.pdf>

Associação Acadêmica, tanto que os grupos reacionários – os que não queriam a independência com a Frelimo – puseram uma bomba na Associação Acadêmica. Eu lembro-me que a gente fazia vigílias na Associação Acadêmica à noite. Entretanto eu fui de férias à província, onde estavam meus pais e resolvi ficar por lá. Fiquei lá até janeiro de 1977. Resolvi trabalhar para o povo, como a gente dizia na altura. Não sei se a gente se sentia complexado por ser intelectual e não trabalhar com as massas, então fiquei lá. Primeiro ano trabalhei na sede provincial da Frelimo e depois o governador de Nampula um dia chamou-me e disse: “Camarada Isabel, os professores portugueses foram embora, você tem que ir dar aulas de língua portuguesa”, que era uma coisa que eu nunca fui boa aluna, mas como era uma tarefa revolucionária, eu tive que dar aulas de língua portuguesa durante dois anos.

Teresa Cruz e Silva: Aliás, nessa altura, ninguém perguntava se tu querias, davam-te a tarefa e tu aceitavas. O ministro ouvia pelo rádio que tinha sido nomeado ministro.

Isabel Casimiro: O único que não soube pela rádio foi o Alcântara Santos¹⁹ porque o Samora teve o respeito de o contactar. Mas assim era. Por acaso tínhamos um bom grupo de português e eu passei a aprender língua portuguesa, sobretudo quando a gente estava a começar a dar linguística que eu nunca tinha dado nos dias da minha vida. E dizia aos meus alunos que eu estava adiantada um dia em relação a eles, se eles me perguntassem uma coisa que eu não sabia, eu dizia que eu não sabia, mas que eles tivessem a certeza que eu lhes responderia no dia seguinte e assim me entendi bastante bem. Em 1976 os

19 Engenheiro português, participou da construção da Ferrovia Limpopo até à fronteira do Zimbábue, foi membro do Governo de Samora Machel a partir de 1980 e até à sua morte no acidente aéreo que também vitimou o primeiro presidente moçambicano, Samora Machel, em 19 de outubro de 1986.

estudantes e os professores foram para a reeducação e eu fiquei como reitora do Liceu, que na altura ainda havia reitor.

Teresa Cruz e Silva: Sabem o que é reeducação?

Eliane Veras: Isso eu queria entender.

Isabel Casimiro: Como partido revolucionário marxista-leninista inserido nas massas e seguindo a brava e riquíssima histórica experiência dos países irmãos, todos aqueles que se desviassem da linha tinham que ir para a reeducação.

Eliane Veras: Foram todos para a reeducação?

Isabel Casimiro: Todos os estudantes do sétimo ano. Os professores solidarizaram-se e foram também. O que é que eles fizeram? Naquele tempo ter baile de finalistas era muito reacionário, 1975. Dançar era burguês, andar de mãos dadas era burguês e se calhar eu até concordava com isto, já não sei bem. Apesar do meu pai ser um comunista e bastante humanista e não concordar com muitas dessas coisas, eu acho que eu era assim um bocado estreitona e se calhar ainda concordei com algumas dessas coisas, não sei...

Eliane Veras: Qual o nome seu pai?

Isabel Casimiro: Pedro Augusto Cortesão Casimiro. Então, tinha uma festa, era a festa do sétimo ano, porque acabavam a escola secundária. Sétimo é o pré-universitário. Aquilo era uma espécie de um rito de passagem, fazer uma festa. Mas já não se podia fazer aquelas festas grandes, então combinaram os estudantes com os professores e o reitor, que iam fazer uma festinha na sala dos professores. Na mesma altura em que eles estavam a fazer a festa, a Graça Ma-

chel²⁰ estava a abrir um seminário provincial de agricultura e ela estava a viajar com duas senhoras, a Lina Magaia²¹, recentemente falecida e a Olga Iglésias²², ambas da comissão de nacionalizações do Ministério de Educação e Cultura. Eu vou contar porque isto tem que ser contado tudo. Elas queriam ir a casa de banho, mas a casa de banho era no pavilhão, os banheiros do pavilhão desportivo onde se estava a realizar esse seminário não funcionavam. Então elas foram perguntando e foram parar na zona da secretaria da sala dos professores. Chegaram lá e perguntaram onde é que era o banheiro e viram que havia qualquer coisa, havia música. Chegaram lá e perguntaram o que é que era aquilo e o pessoal disse “Quem são vocês?” Claro, não, é? Porque aparecem ali duas “extraterrestres” que eles não conhecem e perguntaram quem elas são.

20 Graça Simbene Machel nasceu dia 17 de outubro de 1945, em Incadine, Província de Gaza, Moçambique. É formada como Bacharel em Filologia da Língua Alemã na Universidade de Lisboa. Voltou a Moçambique como professora e lutou clandestinamente com a FRELIMO durante a Luta Armada de Libertação Nacional. Foi Ministra da Educação e da Cultura no primeiro governo moçambicano durante cerca de 14 anos. Após a morte de Samora Machel, em 1986, continuou a sua atividade política no partido FRELIMO e criou uma organização sem fins lucrativos, a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade. Em 1990 foi nomeada pelo Secretário Geral da Organização das Nações Unidas para o Estudo do Impacto dos Conflitos Armados na Infância. Como reconhecimento do seu trabalho, recebeu a “Medalha Nansen” das Nações Unidas em 1995. Em 1998, casou com Nelson Mandela, o primeiro presidente negro da África do Sul. (<https://www.geledes.org.br/graca-machel/> e <http://www.redeangola.info/especiais/graca-machel/>)

21 Lina Magaia nasceu em 1940, em Moçambique. Faleceu no dia 27 de junho de 2011, vítima de doença cardiovascular. Foi escritora, jornalista e veterana da Luta Armada de Libertação Nacional. Tornou-se conhecida no cenário literário com a publicação, nos meados da década de 1980, dos romances *Dumba Nengue* (1987) e *Duplo Massacre* (1989). Em 1994, publicou a obra *Delehta: Pulos na Vida*. (<http://www.buala.org/pt/da-fala/morreu-a-combatente-lina-magaia>, <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/149228062011095804.html> e https://www.goodreads.com/author/show/821058.Lina_Magaia)

22 Olga Maria Lopes Serrão Iglésias Neves é bolsista da FCT em pós-doutoramento e pesquisadora no CEsA/ISEG, com o projeto de pesquisa: “O poder colonial e o impacto do Islão em Moçambique, 1954-1974” sob a orientação da Profª Drª Joana Pereira Leite. Pesquisadora integrada no IHC, desde 2013. Atua na área de História dos séculos XIX e XX, em especial na História de Moçambique. (<http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=2872067062976394> e <https://2012congressomz.files.wordpress.com/2012/07/olga-iglc3a9sias-neves-nota-biogrc3a1fica.pdf>)

Não sei se elas gostaram muito de não ser reconhecidas e creio que depois devem ter contado a Graça Machel, que devia estar ali a haver alguma coisa fora do normal e a Graça Machel tomou essa decisão. Eu sei que o Ermelindo Muyia tentou dissuadí-la, ele era um combatente, um antigo guerrilheiro que na altura era comissário político provincial, mas assim foi decidido e aquilo foi uma coisa feia porque foram mandados para o interior, para a zona onde eu nasci, perto do distrito de Ribaué, chegaram lá ao distrito e o administrador disse “Mas eu não sei quem é esta gente, quem é esta gente?”. Iam num caminho. De qualquer maneira....

Eliane Veras: Quantas pessoas?

Isabel Casimiro: Eu acho que deviam ser bem umas quarenta, cinquenta pessoas. Eu vou perguntar a minha cunhada, porque a minha cunhada estava lá. Então depois mandaram-nos de volta a Nampula e eles ficaram algum tempo em frente a esquadra da polícia para saber da resolução do caso e depois foram mandados para outra zona, uma antiga machamba de um colono que se tinha ido embora por ocasião da independência, designada Imala. Ficaram lá algum tempo, sem condições nenhuma, no meio de outros indivíduos que tinham sido apanhados aqui e em outras regiões do país, ladrões, prostitutas etc.²³ Estava lá tudo misturado, depois às tantas os policias já se misturavam com as prostitutas, sem qualquer disciplina por parte dos próprios responsáveis do Campo de Reeducação. Não tinham condições nenhuma, as condições acabaram sendo criadas pelos próprios que lá estavam. Aos poucos alguns saíram, porque se originou uma confusão muito grande, houve pais que se queixaram e às tantas

23 Virgem Margarida (2012), filme de Licínio Azevedo, trata da trajetória de um grupo de mulheres, a maioria delas prostitutas que deveriam ser reeducadas para se tornar a “Mulher Nova” que deveria emergir da independência moçambicana.

a Frelimo disse “Ok, aqueles que são portugueses podem retirar os filhos”, portanto a maior parte retirou os filhos, porque ainda estávamos em 1975, finais de 1975, a maior parte dos estudantes ainda eram filhos dos portugueses, não havia muitos de outros. Depois alguns tinham que fazer exames, tinham que ir para a universidade. Eu acho que eles ainda ficaram três meses lá. Eu sei que o meu pai uma vez foi visitar esse campo de reeducação, porque o meu pai foi diretor provincial de saúde, e queixou-se, ele disse “Não pode ser, não podem manter as pessoas naquelas condições, porque não há condições de higiene”. E ele foi muito criticado por ter criticado as condições do campo de reeducação. Essa foi a história que me levou, como uma grande revolucionária, pois eu não estava lá na promiscuidade – como foi dito - eu fui nomeada reitora porque eu era uma pessoa de confiança. E graças a todas as deusas que não estava lá, porque eu tinha sido convidada a ir à festa. Em 1977 achei que já chegava e voltei a estudar, voltei para Maputo. Já encontrei uma universidade diferente, eu resolvi voltar outra vez ao primeiro ano, apesar de ter perdido aqueles três anos, para todos os efeitos. Mas o curso era completamente diferente, eu tinha feito quatro cadeiras, só não tinha feito uma, se não me engano. E o curso foi todo reestruturado. Voltei e fiz os três anos, nós só tínhamos bacharelato. Primeiro ano era só estudante, depois eu fui tarefeira no Arquivo Histórico de Moçambique e depois, no terceiro ano, fui convidada para ser monitora de Didática e de História, por uma professora basca que estava na UEM²⁴. Eu fui a única que terminou o curso, dos quinze, fui a única que terminou o curso em três anos. Porque havia, lembras que havia três modalidades? Os do plano A, do plano B, do plano C. Os do plano A faziam o bacharelato em três anos, os outros faziam em quatro e os outros faziam em cinco. E eu fui a que acabei mesmo, não sei como, porque eu nunca fui brilhante, mas

24 Universidade Eduardo Mondlane, nome da universidade no pós-independência.

terminei em três anos e fui logo trabalhar para o Centro de Estudos Africanos em 1980. Apanhei a Teresa como a minha professora...

Teresa Cruz e Silva: Isabel, permita-me, ainda te lembras, o que eu acho que é muito importante para compreender a evolução das ciências sociais, é que todos os cursos de ciências sociais e humanidades fecharam. O presidente Samora mandou fechar os cursos em 1979, 1980. Mas isso é muito importante para saber depois quais são as consequências disso...

Isabel Casimiro: Eu terminei o bacharelato em história e fui logo colocada no Centro de Estudos Africanos. O meu contrato formal com a UEM começa em janeiro de 1980, porque eu antes fui tarefeira, no outro ano fui monitora. Passei a ser do quadro. Depois disso, por causa da falta de professores em todo o país, há uma decisão do Ministério da Educação de fechar esses cursos...

Teresa Cruz e Silva: Não é só por causa da falta de professores. A decisão do governo foi que as prioridades eram para formar pessoas nas áreas técnicas, é uma influência perfeita da União Soviética. Então, as ciências sociais e as humanidades não são importantes para o desenvolvimento do país, vamos formar agrônomos, engenheiros etc. Então muitas pessoas são mandadas para cursos para serem professores no país, outras são mandadas para os países do leste e para Cuba para fazer cursos, pilotos, engenheiros, médicos não, mas uma série de cursos técnicos. Então essa era a ideia, que as ciências sociais não são importantes para o desenvolvimento do país. Então os professores das ciências sociais, como o pré-universitário estava debilitado, foram ensinar no pré-universitário, ou seja, os dois últimos anos da escola secundária passaram a ser lecionados na universidade. E os professores universitários das humanidades são redirecionados para esses estudantes e para a formação de professores. E é muito importante

novamente a visão desse reitor Fernando Ganhão, ele disse “Este é o momento certo, vocês, que nunca puderam continuar os estudos...” – porque nós fizemos a licenciatura enquanto dávamos aulas – “vocês agora vão para o estrangeiro fazer os vossos doutoramentos”. Por isso nós temos doutoramentos tardios, ficamos dez anos a espera, depois mais dez.

Isabel Casimiro: Nós tivemos licenciatura em 1986 sem haver licenciaturas, então tivemos um professor que nos acompanhou, o professor Jacques Depelchin²⁵, exilado da altura, na altura era Zaire, hoje é República Democrática do Congo.

Teresa Cruz e Silva: Não, Isabel, não é só isso. Por exemplo, nós fizemos uma pós-graduação...

Isabel Casimiro: Fizemos o Curso de Desenvolvimento em 1980, porque o Centro de Estudos Africanos criou a partir de 1979 um Curso de Desenvolvimento, que começou com dois anos, mas nós apanhamos o Curso de Desenvolvimento de um ano, que era um curso onde entravam pessoas, portanto os estudantes eram estudantes não apenas da universidade, mas de vários setores...

Teresa Cruz e Silva: Mas que tivessem lugares de liderança. Conhece esse estilo, não é? Também é um pouco na linha de alguns países do leste, porque nós depois criamos uma faculdade de operários e trabalhadores de vanguarda, a FACOTRAV – Faculdade de Combatentes e Trabalhadores de Vanguarda. Portanto,

25 Jacques Depelchin é um intelectual, acadêmico e ativista pela paz, democracia, transparência e política pró-povo na República Democrática do Congo. Ele é o co-fundador e diretor executivo da Ota Benga International Alliance for Peace in the DR Congo. Ele está pesquisando sobre a cura popular americana e congoleza e reunindo os curandeiros, além de palestrar e escrever sobre a República Democrática do Congo para melhorar o conhecimento americano de sua história e realidade atual. A Aliança Ota Benga está ligada a uma organização em Kinshasa, o Centro Ota Benga para a Dignidade Humana. (<http://www.africanbookscollective.com/authors-editors/jacques-depelchin>)

é um pouco nessa linha...

Isabel Casimiro: Mas não é bem essa, Teresa, o Curso de Desenvolvimento é um curso que combinava a teoria e a prática. Nós tínhamos aulas de manhã, eram aulas bastante práticas. Eram dois semestres, o primeiro semestre nos preparava do ponto de vista teórico, com toda uma série de teorias de economia, política, métodos de análise etc. Ao meio do ano nós íamos fazer trabalho de campo, íamos fazer pesquisa e dali saíram toda uma série de relatórios de pesquisa. E depois no segundo semestre era para nós fazermos análises dos dados que nós recolhemos...

Teresa Cruz e Silva: É, mas esse curso tinha um problema. Em princípio eu acho que, de certa maneira, tinha uma linha que era se eu posso chamar assim, quer dizer, se eu tenho um lugar de liderança no partido, mesmo que eu não seja um estudante com formação superior, não tenha uma graduação, por razões do lugar que eu ocupo, ou no governo ou no partido, eu poderia ingressar no curso e o curso chamava-se um curso de pós-graduação, que tem reconhecimento na Inglaterra como um mestrado, nós fomos reconhecidos...

Eliane Veras: Então podiam ter uma pós-graduação sem ter uma graduação...

Teresa Cruz e Silva: É, era isso mesmo, mas só certas pessoas é que podiam. As pessoas que trabalhavam no partido, nas empresas públicas. Mas eram selecionados, pois também não era qualquer pessoa que entrava.

Isabel Casimiro: Mas no nosso curso quase todas as pessoas eram formadas...

Teresa Cruz e Silva: Mas no primeiro não... Então, acho que é importante colocar esta questão.

Isabel Casimiro: Mas foi um curso importante...

Teresa Cruz e Silva: Importante para o desenvolvimento das ciências sociais.

Eliane Veras: E os professores desses cursos?

Isabel Casimiro: Os professores eram a Ruth First²⁶, que era a diretora de investigação, eram todos eles investigadores do CEA.

Teresa Cruz e Silva: Eram daqueles que vinham da escola de Dar es Salaam. Eram professores europeus, americanos, africanos, mas que vinham daquelas tradições da escola da Universidade Desenvolvimentista.

Isabel Casimiro: Tínhamos um arco-íris. Um belga, vindo de Dar es Salaam...

Teresa Cruz e Silva: Uma da Universidade de Bolonha, vinda de Dar es Salaam...

Isabel Cruz e Silva: Ana Maria Gentili, uma historiadora. Nós tínhamos a Bridget O’Laughlin, americana, antropóloga...

Teresa Cruz e Silva: Eles eram recrutados em anúncios em jornais importantes como *Journal de l’Afrique*, outros jornais ingleses, não era qualquer um que vinha...

Isabel Casimiro: O Aquino de Bragança também era professor, portanto o diretor do Centro de Estudos Africanos, que já tinha sido meu professor naquela

26 Ruth Frist, jornalista e pesquisadora sul-africana, membro do Congresso Nacional Africano, casada com o líder Joe Slovo, recebe em seu gabinete uma carta bomba que é detonada ao ser aberta provoca sua morte instantânea dentro do CEA. Autora/organizadora de “O mineiro moçambicano: um estudo da exportação da mão de obra em Inhabane”, Série Brasil-África, UFPE, 2016, disponível em: https://ieafricaufpe.files.wordpress.com/2016/04/os-4934_v-1-1.pdf

cadeira História das Lutas de Libertação.

Eliane Veras: Isso foi em 1986?

Teresa Cruz e Silva: O primeiro curso foi em 1979, nós fizemos em 1980.

Eliane Veras: Então, justamente quando se fecham os cursos de ciências sociais se cria também essa estrutura dentro de CEA?

Teresa Cruz e Silva: E não só, depois de criada essa estrutura o reitor manda as pessoas como nós fazer doutoramentos. Então, por exemplo, eu fiz o meu bacharelato em fins de 1975, porque eu entrei na Universidade Eduardo Mondlane em um de janeiro de 1971 com o bacharelato, depois eu fiz essa pós-graduação em estudos de desenvolvimento em 1980, veja a diferença de anos que existe, e só consegui fazer o meu doutoramento, matriculei-me em 1991. E isso por quê? Porque nós não éramos autorizados a continuar a estudar porque não havia ninguém para nos substituir, então, nós tínhamos que ficar a trabalhar e, portanto, funcionamos muito num autodidatismo com orientação de outros professores, com trabalhos de pesquisa, formação na prática também e muitas leituras. Portanto, as pessoas da minha geração e da Isabel, nós temos intervalos muito grandes entre uma graduação, uma pós-graduação e um doutorado por causa da situação do país.

Isabel Casimiro: Eu muito mais até, porque no fundo foram trinta anos...

Teresa Cruz e Silva: Ah, mas isto é porque tu foste uma eterna estudante...

Isabel Casimiro: Fui. O bacharelato em 1979, a licenciatura em 1986, eu fiz mestrado porque eu quis fazer mestrado com o professor Boaventura de Souza Santos, no programa de mestrado e doutorado. O mestrado foi em 1999 e o

doutorado em 2008. Isto porque, de fato, há essa razão que a Teresa fala, mas depois também... A minha vida, não é? O que acontece é o seguinte e foi um homem responsável por isso. Quando eu estava dentro do Centro de Estudos Africanos foi criado um departamento que se chamava Oficina de História, dentro da tradição dos *History Workshops*. Porque a ideia do Aquino de Bragança era que era preciso criar uma capacidade nacional de fazer uma análise crítica da história de Moçambique e da história da Frelimo. Ele tinha vivido na Argélia e tinha percebido que os argelinos não tinham criado essa capacidade e ele achava que era muito importante que nós aqui pudéssemos fazer a história da Frelimo dentro da história mais global, da história de Moçambique, da história de África etc. Mas com uma capacidade crítica. Então eu estava nessa oficina. Eu estava a fazer a história da luta armada, a história do poder nas antigas zonas libertadas etc. Aliás, em 1980 o meu trabalho de campo é nas antigas zonas libertadas. Tu foste para onde Teresa? Foste para o chá.

Teresa Cruz e Silva: Eu fui para uma plantação de chá.

Isabel Casimiro: Foste ao Gurué... Eu fui para Cabo Delgado, para as antigas zonas libertadas.

Teresa Cruz e Silva: Mas a história de vida da Isabel, que ela está a contar, eu acho que é importante, porque através da história de vida vocês podem perceber o que acontece nas ciências sociais neste país.

Isabel Casimiro: Então, eu enquanto estou ali, vou fazendo pesquisa sobre a luta armada etc. Temos que fazer as licenciaturas. E não havia licenciaturas, nós íamos fazer com quem? Com um professor que ia nos orientar. Era preciso escolher um tema e eu escolho a educação da luta armada. Mais uma vez o Aquino de Bragança estava a fazer a sua visita aos gabinetes. Porque o Aquino

de Bragança estava muito poucas vezes no Centro, nosso diretor. Ele era uma espécie de ministro sem pasta e dos negócios estrangeiros e para todos os assuntos do Samora Machel²⁷, era o braço direito para muitos assuntos. Então todas as vezes que ele aparecia no Centro, cumprimentava todo mundo desde o catedrático, que não havia na altura, mas desde o mais importante até o Azarias, que era o homem da limpeza. E passava nos gabinetes, “Como é que vai a vida, como é que não vai a vida”, porque era uma forma de saber também o que acontecia de uma forma informal e de fazer chegar ao chefe, porque eu acho que o chefe também andava a ser muito mal informado e ele gostava de saber o que é que se passava. E perguntou o que é que eu ia trabalhar e eu disse-lhe que ia trabalhar sobre a educação na luta armada. E ele disse: “Por que é que não estudas as mulheres? Por que é que tu não estudas a participação das mulheres na luta armada?” Porque uma das coisas que a gente verifica na história da Frelimo é que sempre que a mulher participa, participava e era respeitada, havia um avanço na luta e quando isso não acontecia havia retrocessos. Então, se eu me envolvi na pesquisa sobre as mulheres, nos assuntos de gênero, feminismos, movimentos sociais, eu acho que foi em grande medida por causa do Aquino. Porque a minha tese de licenciatura (graduação) foi sobre a participação da mulher na luta armada, intitulada “Transformações nas relações homem e mulher em Moçambique, 1962-74”.

Eliane Veras: Esse seu trabalho está publicado na revista do CEA²⁸?

27 Aquino de Bragança (1924-1986) foi uma importante figura intelectual e política nos anos que antecederam e após a independência moçambicana. Como jornalista e intelectual, ele se envolveu com as questões de seu tempo e, como confidente do presidente Samora Machel e frequente enviado do governo moçambicano, ele traduziu suas convicções em ações, acabando por perder sua vida no mesmo desastre aéreo que vitimou o presidente Samora Machel. Fonte: <http://www.mozambiquehistory.net/aquino.php>

28 Trata-se da revista Estudos Moçambicanos. Para acessá-la ir ao site organizado por Colin Darch, Mozambi-

Isabel Casimiro: Não, infelizmente não está... Eu tenho que fazer um *scan*, porque foi batido numa máquina de escrever. A partir daí – eu defendi em 1986, em 1987 a Fundação Ford pagou-me uma bolsa para eu ir fazer um curso sobre *Gender and Development*, os famosos cursos no *Institute of Development Studies*, na Universidade de Sussex, com a Kate Young²⁹, uma famosa feminista inglesa, a Teresinha da Silva tinha estado no ano anterior. E também com o apoio da Fundação Ford cria-se um Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) no Centro de Estudos Africanos, que se transforma em Departamento de Estudos da Mulher e Gênero (DEMEG) em 1990. Então foi tudo assim muito rápido e em certa medida foram oportunidades que apareceram e que a gente não fechou as janelas. Porque houve a oferta de fazer esse curso, eu fui fazer o curso, logo a seguir a Fundação Ford apoia a criação de um núcleo e nós fizemos uma pesquisa, que ainda temos aí, que é um levantamento sobre todos os estudos e projetos que havia na altura na área de mulher e desenvolvimento e criamos uma biblioteca que está uma desgraça, porque está todo mundo a roubar os documentos daquela biblioteca, uma biblioteca sobre questões de mulher, gênero, depois acrescentaram religião. O que é interessante também é que em 1988, eu vou participar de um encontro no Zimbabwe para a criação de uma pesquisa regional que se designa *Women and Law in Southern Africa Research Project*, em setembro de 1988. Participam vários países da região, a África do Sul, a Namíbia, Swazilândia, Botswana, Lesotho, Zâmbia, Zimbabwe. A mulher de Thabo Mbeki estava a participar nesse

que History Net, em <http://www.mozambiquehistory.net/>

29 Kate Young, foi pesquisadora do Institute of Development Studies sediada na Universidade de Sussex. Entre outros trabalhos publicou "The subordination of women in cross-cultural perspective" (K Young, O Harris) - Papers on patriarchy, 1976; Young, K. 'Mujeres y modos de explotación en la Sierra de Oaxaca' in Young, K. and Harris, O. (eds) Antropología y Feminismo, Anagrama, Barcelona, 1978.

encontro, em Nyanga, no Zimbabwe.

Teresa Cruz e Silva: Era refugiada política...

Isabel Casimiro: Era refugiada política... Esse projeto vai ter só, em uma fase inicial, seis países: Botswana, Lesoto, Moçambique, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabwe, porque os outros países estavam sobre sanções, Namíbia e África do Sul. Houve contatos com Angola para participar, mas sempre foi difícil envolver angolanos em projetos na África Austral... Então esse projeto iniciou com muitas dificuldades do nosso lado, porque nós estávamos em guerra em 1990 e éramos o único país de língua oficial portuguesa e toda a comunicação era feita em língua inglesa. Mas eu penso que isso para nós foi um marco extremamente importante, participar numa pesquisa regional que nos obrigava a fazer uma pesquisa com um tópico regional, mas considerando as questões nacionais, em que nós éramos o único país que tínhamos uma situação diferente dos outros em termos de organização judiciária etc. Mas foi extremamente importante. Por outro lado, nós sempre tivemos os melhores relatórios de pesquisa considerados por aqueles que faziam as avaliações e quem fazia as avaliações eram professoras da Dinamarca e de outros países. E eu acho que isso foi muito influenciado pela nossa experiência no Centro de Estudos Africanos porque as equipas dos países percebiam que nós questionávamos sempre tudo no trabalho que estávamos a fazer, nos métodos que nós tínhamos, nos autores que a gente lia etc. E os outros países de língua inglesa, estes que eu falei, eram muito ortodoxos. Então, de fato, a gente sempre colocava a dúvida metódica e lembro-me que uma vez até nos perguntaram porquê e nós dissemos “provavelmente, porque nós tivemos a experiência do Centro de Estudos Africanos e porque esta pesquisa está no Centro de Estudos Africanos”. Aliás, em todos os países, no início, esse projeto funcionou dentro das universidades, agora é que

é uma ONG independente. E ainda bem, porque, com a crise das universidades que a Teresa falou. Então, eu penso que essa pesquisa, que teve várias fases, fez-nos avançar com os estudos de gênero. Os dois primeiros anos foram sobre o direito a alimentos, os dois anos a seguir foram sobre os direitos à herança e direitos à sucessão, depois foi sobre família em contextos de mudanças. Então, o fato de nós estarmos a fazer esse trabalho obrigou-nos a contatos com várias instituições. Estávamos, então, no momento da nova constituição, em 1990 – em novembro de 1990 a então ainda Assembleia Popular aprova a nova Constituição, que adota o multipartidarismo e adota um estado de direito, com direito à associação, à livre imprensa etc. Ainda que antes de 1990 já havia algumas pequenas organizações, havia a Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família, AMODEFA, e havia a ACTIVA, Associação das Mulheres Empresárias e Executivas. Havia a Organização da Mulher Moçambicana, mas essa era uma organização do Partido Frelimo e esta ainda é, e havia a UGC, União Geral de Cooperativas. Mas é depois de 1990 que começam a surgir toda uma série de associações e em certa medida o Centro de Estudos Africanos, através do Departamento de Estudos da Mulher e Gênero, contribuiu para a criação de algumas organizações. Uma primeira é a MULEIDE, Mulher, Lei e Desenvolvimento, que surge na sequência da criação de uma organização regional, chamada WILDAF, *Women and Law in Development in Africa*, que é criada em 1991, a MULEIDE surge em 1992, como primeira associação em Moçambique, sobre os direitos humanos, e da mulher, em especial. Há uma movimentação muito grande nos finais dos anos 1980, princípios dos anos 1990, nos estudos de gênero por causa das conferências das Nações Unidas sobre as mulheres, e sobretudo depois em 1985, com a Conferência de Nairobi, no Quênia, porque isso coloca o terceiro mundo na agenda sobre as questões da mulher. Em 1993 surge o Fórum Mulher – uma rede de associações de vários tipos - em que o Centro

de Estudos Africanos é um dos fundadores dessa rede. Havia uma grande preocupação devido à inexistência de articulação das atividades em curso, num contexto de guerra e em que estava a entrar muito dinheiro. Portanto nós tivemos a nova Constituição, tivemos o Acordo de Paz³⁰ em 1992 e em 1994 as eleições multipartidárias. Estava a vir muito dinheiro, muito apoio para Moçambique, muitos projetos e muita desorganização. Havia dentro das organizações doadoras um grupo que se chamava, dentro da perspectiva *Women in Development*, Mulher no Desenvolvimento, uma *Inter Agency Women Working Group*. Portanto, das várias agências das Nações Unidas, o PNUD, UNICEF, com o ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Nós do Centro de Estudos Africanos passamos a participar e com o impulso e apoio de uma coordenadora do PNUD, chamada Ursula King, discute-se a necessidade de criar uma rede que pudesse fazer a ponte das várias organizações sobre a mulher, que estavam a surgir, com as instituições do governo e internacionais. Então surge o Fórum Mulher em 1993. Depois do Fórum Mulher, são cogumelos e cogumelos de organizações de mulheres que vão surgindo. É o que disse a Teresa, quer dizer, a minha vida tem sido muito entremeada, por um lado, pela vida académica porque eu sempre dei aulas, em 1980, quando eu começo no Centro de Estudos Africanos depois de terminar o bacharelato eu estou a dar aulas aos cursos de formação de professores: [aulas] de história, história da África, história de Moçambique, história geral. Eu dei aulas aos cursos de formação de professores de quinta e sexta classe, curso de formação de professores de sétima, oitava e nona classes, curso de formação de professores de décima e décimas primeira classes,

30 O Acordo Geral de Paz foi assinado em Roma, no dia 4 de outubro de 1992, por Joaquim Chissano, então presidente de Moçambique, e Afonso Dhlakama, presidente da RENAMO, e por representantes dos mediadores. Esse acordo finalizou 16 anos de conflito armado e reconheceu a Renamo como um partido político legal. As armas da Renamo permaneceram em seu poder.

antes de a gente ter o secundário de doze anos, porque nós passamos a ter três anos de secundário, o pré-universitário, digamos assim. Então, ao mesmo tempo que eu estava a dar aulas, estava a fazer essa pesquisa no Centro de Estudos Africanos e estava também ligada ao emergente movimento de mulheres, até hoje estou ligada ao Fórum Mulher e outras organizações. Tanto que a minha tese de mestrado é sobre a minha experiência nesse movimento de mulheres, é sobre feminismo e organizações de mulheres em Moçambique, é uma análise de seis organizações, não são seis, porque uma delas é o gabinete da primeira-dama, e não é uma organização.

Teresa Cruz e Silva: Diz lá qual é o nome do teu livro...

Isabel Casimiro: “Paz na terra, guerra em casa’. Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique”. Isso era uma frase que muito se ouvia, porque acabou a guerra, mas havia muita violência nos lares.

Eliane Veras: Onde foi publicado originalmente?

Teresa Cruz e Silva: Foi por meio de um programa com a Cooperação Suíça para promover os estudos dos moçambicanos feitos no estrangeiro, traduzindo para português os que não estavam em português e publicando. E foi um programa muito bom porque se publicaram muitas coisas.

Isabel Casimiro: Muito bom, a gente não pagava nada. Eles é que pagavam tudo, inclusive revisor, porque houve uma pessoa que esteve a ler a minha tese e que sugeriu mudanças. Editora PROMEDIA³¹. Infelizmente eram pouco exem-

31 No Brasil foi publicada na Série Brasil & África Coleção Pesquisa, n. 1. CASIMIRO, I. Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em moçambique. Recife, Editora UFPE, 2014. Disponível em: <https://ieafricaufpe.wordpress.com/>.

plares que eles faziam. Eu hei de vos mostrar [...] Então, para terminar, eu ainda fui deputada de 1995 a 1999 ³².

Teresa Cruz e Silva: Antes de seres deputada foste diretora do Centro de Estudos Africanos...

Isabel Casimiro: Esqueci-me de dizer. A Ruth First foi assassinada em 1982 e o Aquino de Bragança solicitou que eu ficasse como diretora adjunta, cargo que exerci durante um ano.

Teresa Cruz e Silva: Vocês viram lá naquele jardimzinho...

Eliane Veras: Não chegamos a ir lá, mas eu conheço por conta do livro “Amizade traída, amizade recuperada”³³.

Isabel Casimiro: Há depoimentos de jovens que viveram em Moçambique com os seus pais exilados, há um que regressou, que não conseguiu viver na África do Sul depois do exílio. Depoimentos de jovens de quando vieram para cá e do choque deles quando voltaram à África do Sul. Houve coisas que eu não acompanhei, eu não sabia algumas coisas que se passavam lá no Centro de Estudos Africanos, eu não sabia que havia gente que estava a levar armas para o interior da África do Sul, apoiando o ANC. Eu não sabia Teresa, tu devias saber, eu não sabia... Eu só soube algum tempo depois, mas alguns deles, eu não fazia a menor ideia. Soube que depois a polícia sul-africana do Apartheid andava a nos investigar através dos computadores que nós tínhamos lá no Centro de Estudos Africanos e que tentaram matar

32 Isabel Casimiro foi deputada pelo Partido Frelimo.

33 Manghezi, Nadja. Amizade traída e recuperada: o ANC em Moçambique (1976-1990). Maputo: Nordiska Afrikainstitutet; PROMÉDIA, 2007.

também o Rob Davis³⁴, mas há outras coisas que eu não sabia...

Teresa Cruz e Silva: Mas os militantes do ANC [Congresso Nacional Africano] que trabalhavam no Centro de Estudos Africanos não usavam os computadores que estavam em rede, porque eles estavam ligados à segurança sul-africana e eles não tinham certeza, eles só usavam os portáteis deles. Nós contratamos no Centro uma empresa da Suazilândia, porque aqui não havia, para evitar que os sul-africanos interferissem no sistema, afinal a empresa da Suazilândia tinha ligações com a polícia secreta sul-africana, então toda a informação que circulava nos nossos computadores ia diretamente para a polícia sul-africana.

Isabel Casimiro: Então, há uma coisa aqui que a Teresa não falou...

Teresa Cruz e Silva: Há muitas coisas que eu não falei...

Isabel Casimiro: Para uns é uma nódoa na história do Centro de Estudos Africanos. Aquela história da nossa posição, da posição do Centro de Estudos Africanos sobre a antropologia.

Teresa Cruz e Silva: Eu não considero uma nódoa, eu não concordo contigo. Eu considero que é uma fase e que faz parte de uma escola...

Isabel Casimiro: A escola da economia política.

Teresa Cruz e Silva: E no pós-independência a antropologia é considerada como uma ciência que está a serviço do sistema colonial, mas também esta é a

34 Ativista anti-apartheid, viveu no exílio entre 1979 e 1990. Nesse período ligou-se ao Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. Ao retornar do exílio, realizou pesquisas econômicas para o Congresso Nacional Africano e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. Foi nomeado Ministro da Indústria e do Comércio pelo Presidente Jacob Zuma em 2009 e reconduzido em 2014.

história das outras ciências. Mas na escola de ciências sociais, que é fundada no Centro de Estudos Africanos, nós tínhamos uma professora que tinha vergonha de dizer que era antropóloga. Então há escritos em que se recusa a antropologia como ciência porque é uma ciência colonial. Mas faz parte da evolução das ciências sociais nesse período. Acho que é um processo normal.

Isabel Casimiro: Só os antropólogos que querem atacar o Centro de Estudos Africanos é que dizem isso.

Teresa Cruz e Silva: Como o Christian Geffray.

Isabel Casimiro: Como o Christian Geffray e aquele outro que está em França, o Michel Cahen³⁵.

Teresa Cruz e Silva: O Michel Cahen que tem aquele debate com o Elísio [Macamo]³⁶.

Isabel Casimiro: Sim, então, por essa razão é que nós fomos terrivelmente criticados.

Teresa Cruz e Silva: Mas não é uma nódoa, faz parte de um processo e nos processos tens as coisas boas e más. Nódoas há tantas, se tu comesças a contar a história da Universidade está cheio de nódoas negras e de nódoas brancas e

35 Michel Cahen é historiador e pesquisador da Universidade de Bordeaux, na França, e especialista na evolução política da África contemporânea de colonização portuguesa.

36 O debate referido diz respeito a críticas que Elísio fez do livro de Cahen, Michel, "Os Outros: Um Historiador em Moçambique", 1994. Basel: Schlettwein, 2004. Ver debate em Ideias para Debate: MACAMO, Elísio, Liberdades pergigosas e soberania (<http://ideiasdebate.blogspot.com.br/2006/02/liberdades-perigosas-e-soberania.html>); Contra a insinuação como método (<http://ideiasdebate.blogspot.com.br/2006/03/macamo-x-cahen.html>).

descolorantes.

Isabel Casimiro: vocês sabem que a Ruth First foi assassinada em 1982, em setembro.

Eliane Veras: Vocês estavam?!

sabel Casimiro: Eu não estava, eu estava em uma reunião na reitoria, na Baixa da cidade.

Teresa Cruz e Silva: Eu não estava, eu estava em casa porque estava grávida e tinha ido para casa, mas a minha casa é muito perto da universidade, eu ouvi o estrondo. Mas tem um colega nosso, que é o Luís de Brito, que é da minha geração do Liceu e andou comigo na universidade e foi fundador do Centro de Estudos Africanos, que vocês numa próxima vez têm que falar com ele. Ele estava lá e foi a primeira pessoa que chegou e viu a Ruth morta e quando vinha o marido ele foi a pessoa que agarrou o marido dela. Porque aquilo era um recado para o marido dela.

Isabel Casimiro: O meu irmão estava aqui perto, na Sede do Comitê Central do partido Frelimo e ouviu.

Teresa Cruz e Silva: E uma das professoras que estava lá no gabinete da Ruth, a Bridget O'Laughlin, estava grávida também e a filha dela chama-se Ruth.

Isabel Casimiro: E a filha está agora a fazer uma pesquisa sobre empregadas domésticas.

Teresa Cruz e Silva: Quem estava na sala e que ainda ficou vivo foi o Aquino

de Bragança, que faleceu no avião do presidente Samora³⁷, e o Pollo Jordan³⁸, que é um ministro do governo na África do Sul. E a Bridget O’Laughlin, que estava grávida, ficou com problemas nos ouvidos, ficou com problemas na gravidez, o Aquino de Bragança ficou mais ou menos com problemas de audição.

Isabel Casimiro: A seguir veio uma guerra horrível, porque o Aquino de Bragança queria que eu ficasse a substituir, quer dizer, ficasse no Centro de Estudos Africanos e o Ganhão não queria...

Teresa Cruz e Silva: Mas isso aí faz parte das guerras internas que havia no Centro de Estudos Africanos... As várias linhas.

Eliane Veras: Entre Aquino de Bragança e Fernando Ganhão?

Teresa Cruz e Silva: Não, no Centro de Estudos Africanos não há guerra do Fernando Ganhão...

Isabel Casimiro: Não há guerra, mas o Ganhão defendia o Marc Wuyts³⁹.

Teresa Cruz e Silva: Não, mas a questão que está a se colocar é a linha...

37 Referencia à queda do avião do presidente Samora Machel, ocorrida em 1986, quando regressava de uma reunião internacional em Lusaka, na Zâmbia. O fato gerou um livro intitulado “Samora Machel – Atentado ou Acidente?”, escrito pelo jornalista José Milhazes e publicado em 2010. Até hoje não há esclarecimento sobre este acidente.

38 Atuou no ANC, desenvolvendo atividades em Londres e em vários estados africanos. Retornou para a África do Sul em 1990. Em 1994 foi eleito, pelo ANC, como membro do Parlamento na Assembleia Constituinte. Ocupou os cargos de Ministro das Publicações, Telecomunicações e Radiodifusão (1994-1996) e como Ministro de Assuntos Ambientais e Turismo (1996-1999).

39 Economista, foi professor de Economia na Faculdade de Economia e Pesquisador no Centro de Estudos Africanos (Centro de Estudos Africanos) da Universidade de Eduardo Mondlane, entre agosto de 1976 a dezembro de 1983. Atualmente é Consultor Técnico do Relatório de Desenvolvimento Humano 2017 na Fundação de Pesquisa Econômica e Social, Dar es Salaam, Tanzânia.

Isabel Casimiro: O Aquino queria a mim, porque é que ele queria a mim? Porque ele sabia que poderia contar comigo sempre. O que provavelmente poderia não acontecer com o outro investigador. Agora eu, uma jovenzinha há dois anos no Centro de Estudos Africanos, ainda a tentar orientar-me. Tu lembras Teresa, ali havia um núcleo duro como em todo lado, que era a Ruth First a principal. E alguns membros do ANC não faziam parte desse núcleo. Quem é que estava nesse núcleo⁴⁰, era a Ruth First, era a Bridget O’Laughlin, era o Marc Wuyts... E se nós formos a ver, eu digo sinceramente que eu nunca havia percebido isso durante dois anos, eu só percebi depois, quando eu tinha que estar a dirigir porque o Aquino muitas vezes não estava. Lembras daquelas reuniões onde se discutia tudo, onde se chamava o servente, o homem das máquinas, ali se discutia tudo na presença de toda a gente...

Teresa Cruz e Silva: Isso faz parte da linha da Frelimo, crítica e autocrítica, uma pessoa tem que se retratar perante o povo...

Isabel Casimiro: Não, a questão também é que com a Ruth First tu não tinhas uma abertura tão grande. A partir do momento em que vai ali uma jovenzinha inexperiente... pronto. Mas faz parte da minha formação, faz parte daqueles momentos.

Teresa Cruz e Silva: Também aprendeste com as direções que tiveste que assumir, também aprendeste...

Eliane Veras: Mas, efetivamente, você se tornou diretora neste momento?

40 Um pouco da trajetória deste núcleo duro está narrada no livro “Amizade traída, Amizade recuperada”. A reconstrução apresentada no livro por Nadja Manghezi é baseada em depoimentos pessoais. Do ponto de vista da ficção ver o livro de Lília Momplé, Neighbours. Porto: Porto Editora, 2012.

Isabel Casimiro: Um ano, eu fiquei um ano como diretora adjunta.

Teresa Cruz e Silva: Depois tu te tornaste diretora mais tarde...

Isabel Casimiro: Mais tarde, de 1990 a 1995, eu fui diretora, porque em 1986 o Aquino de Bragança morre com o Samora.

Teresa Cruz e Silva: Nenhum deles morre, são os dois matados.

Isabel Casimiro: São os dois assassinados e nós vivemos um outro período bem complicado. Complicado por um lado e com apoio por outro, porque nós passamos a ter o coronel na Reserva, Sérgio Vieira⁴¹, como diretor e há muita gente que diz que foi a pior coisa que poderiam ter feito ao Aquino de Bragança.

Teresa Cruz e Silva: Isabel, isso é importante para a história das ciências sociais. Por que motivo? O Partido Frelimo, quando a universidade é autônoma, decide nomear o Sérgio Vieira para o Centro de Estudos Africanos, que é considerado um centro pivô para o desenvolvimento da pesquisa nas ciências sociais. Por que razão decide o Presidente da República, ultrapassando o reitor, nomear o diretor do Centro de Estudos Africanos? Um antigo guerrilheiro, que esteve na luta armada de libertação nacional, um indivíduo que foi governador do banco, que foi o ministro da segurança, é nomeado pelo Presidente da República como diretor do Centro de Estudos Africanos. O que é que isso significa? Significa uma tentativa de controle, mas eu acho que eles não controlaram o Sérgio, uma tentativa de controlar a produção.

41 Ver FERNANDES, Carlos. Intelectuais orgânicos e legitimação do Estado no Moçambique pós-independência: o caso do Centro de Estudos Africanos (1975-1985). *Afro-Ásia*, n.48, p. 11-44, 2013.

Isabel Casimiro: [Joaquim] Chissano⁴² assumiu a presidência. E é estranho porque o Aquino de Bragança era de fato uma pessoa extremamente aberta e crítica, depois vem um indivíduo quadrado ou hexagonal, eu já não sei como vou dizer. Mas tem uma vantagem, é que como ele tinha o poder que tinha, ele conseguiu pelo menos dinheiro, conseguiu alguma coisa para o Centro.

Teresa Cruz e Silva: Não, mas ele também tinha uma grande capacidade de fazer *fundraising* e por causa das redes que existiam no Centro. Agora, de fato, nós temos que considerar que o Sérgio Vieira entrou para o Centro com uma ideia e saiu de lá outra pessoa. Porque ele teve como seu adjunto o José Mota Lopes, que foi adjunto do Aquino de Bragança e que estabeleceu a continuidade entre o Aquino e o Sérgio Vieira.

Isabel Casimiro: O José Mota Lopes me sucedeu...

Teresa Cruz e Silva: E depois o Mota Lopes foi estudar e eu fiquei adjunta do Sérgio Vieira e nós tínhamos uma forma de organização que o Sérgio tinha que respeitar a forma como o Centro estava estruturado. Então eu acho que ele mudou a sua maneira de ser e respeitava uma direção colegial, respeitava até certo ponto as opiniões das pessoas, mas ele mudou a sua maneira de trabalhar, porque não tinha mais nenhuma possibilidade. E não acredito que, apesar dele ter sido ali colocado pelo Presidente da República, o partido tivesse conseguido controlar o Centro. Como eu acho que o partido nunca conseguiu controlar a produção científica em ciências sociais e até hoje existe um mal-estar entre a produção dos cientistas sociais e o governo, posso dizer assim, o governo e o próprio partido. Eles continuam a considerar que os cientistas sociais pertencem

42 Joaquim Chissano foi presidente de Moçambique de 1986 a 2005.

cem a uma elite, que pertencem, vamos lá dizer assim, e que escreve coisas que eles não estão muito interessados em tomar em consideração. Portanto, o papel do investigador, o papel do militante é mais ou menos rejeitado. A tentativa dos cientistas sociais de influenciar a mudança das políticas públicas e dos fazedores de políticas, que é a nossa obrigação, é sempre atravessada por uma barreira de vidro, não só aqui, noutros sítios do mundo, não é? Mas aqui com muito mais força. Nós estamos muito “outros”, vamos ser sempre muito “outros”.

Isabel Casimiro: Porque quando fazemos uma crítica, aquilo que eu dizia outro dia, nós somos considerados apóstolos da desgraça, sobretudo com este presidente. É verdade que a greve, aquelas greves na universidade das ciências sociais foram do tempo do Chissano. É verdade, mas havia maior abertura. O que é estranho, porque o Chissano sempre foi secretário de segurança da Frelimo durante a luta armada. É interessante. Com este aqui é terrível, não se pode dizer nada, somos apóstolos da desgraça, não acreditamos no futuro, não acreditamos que seja possível acabar com a pobreza...

Teresa Cruz e Silva: Há até uma política de medo de alguns cientistas sociais em produzirem certo tipo de conhecimento...

Isabel Casimiro: Ou autocensura. Sim, porque a gente fala, a gente não deixa de falar. Eu falei-vos, no outro dia, do que aconteceu num seminário da presidência da república em que a sociedade civil é convidada a apresentar o papel da mulher na luta contra a pobreza, experiências da sociedade civil. Tratou-se de uma preparação coletiva envolvendo várias associações, que depois a Graça Samo - Diretora Executiva do Fórum Mulher - consubstanciou com a sua apresentação em *power point*. Então ela fez uma boa apresentação, procurando

contextualizar a questão da pobreza, sistema mundo, os doadores etc. E no intervalo ela foi para a tenda dos VIPs e a Graça me disse que o presidente criticou-a porque ela só fez críticas. Ao que eu referi: “Mas tu não fizeste só críticas, tu apresentaste realizações”. E o presidente disse: “Agora vamos para o gênero, não é?” e a Graça disse: “Desculpa, senhor presidente, agora vamos tratar do gênero”. “Não, mas a vossa intervenção é como se os homens fossem os culpados de tudo”, disse o presidente. Quer dizer, um homem que fez um mestrado, que fez o curso de desenvolvimento e fez um mestrado a distancia com uma universidade inglesa, um presidente que diz uma coisa dessas. Outra, nós, o Fórum Mulher, em conjunto com a Soico⁴³, que é essa empresa que lidera o jornal O País e o STV, fizemos uma conferência econômica e nessa conferência econômica até houve uma guerra a princípio, porque o Fórum Mulher queria convidar gente do povo e a Soico queria convidar as ministras e os ministros. E o Fórum Mulher disse “Não, vamos chamar o senhor do mukhero”, mukhero é o comércio transfronteiriço, é uma associação e são sobretudo mulheres que fazem esse comércio em condições horríveis, “E vamos convidar a mulher da COMUTRA, Comitê da Mulher Trabalhadora, a senhora Cesta Chiteleca”. Os dois membríssimos da Frelimo desde a primeira hora, mas críticos. Outras participantes foram a senhora ministra da mulher e ação social e eu própria, como presidente do conselho de direção do Fórum Mulher, causa propósito de uma pesquisa sobre o empoderamento econômico da mulher. As nossas apresentações tinham um formato muito diferente, porque cada um de nós, aliás, cada uma, porque era um homem só, se preparou para fazer uma intervenção. A jornalista da STV fazia perguntas que nós respondíamos em três minutos. E

43 Soico Televisão (STV) é uma emissora de televisão privada moçambicana, fundada em 2002, transmite 24 horas e cobre as províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa.

falamos, falamos à vontade, cada uma falando das suas atividades, realizações, constrangimentos, desafios. A senhora ministra a falar dos seus programas, o senhor do Mukhero a falar das dificuldades das mulheres, a Cesta [Chiteleca] a falar das dificuldades das trabalhadoras etc. A sessão terminou depois de muito debate, estávamos as quatro, eu dei os parabéns a toda a gente e a ministra “Ah, mas o governo foi muito criticado”, eu calei-me, sabes? Porque...

Teresa Cruz e Silva: E é uma jovem ministra...

Isabel Casimiro: Uma jovem ministra, engenheira química, boa profissional. Mas é familiar da esposa do Presidente da República. O que é criticar o governo quando a gente diz que as pessoas trabalham nas piores condições? Está a haver uma liberalização muito grande, há muito sofrimento. O que é dizer que as mulheres que fazem o mukhero estão a ser permanentemente exploradas sexualmente? Quer dizer, isto é o que já tinha sido dito no Seminário da Presidência da República em novembro, depois dos motins, tudo isto já tinha sido dito, só que ali estavam não sei quantas pessoas a participar e aquilo saiu em simultâneo na televisão. Então, de fato, a gente não pode dizer nada, estás a ver? Não se pode dizer nada. Quando foi a criação o IESE...

Teresa Cruz e Silva: Era isso mesmo que eu ia falar, sobre o IESE⁴⁴, que nós não falamos. Nós temos um momento, na década de 2000, quando nós começamos a encontrar, pela primeira vez, a criação de institutos de pesquisa independentes e um nome que é marcante aqui é o IESE, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, o Cruzeiro do Sul e aquele que nós estamos a fundar, mas que ainda não é muito importante, é aquele que será o Centro de Estudos Sociais Aquino de

44 IESE, Instituto de Estudos Sociais e Económicos – <http://www.iese.ac.mz/>

Bragança. Mas o IESE, por que é que o IESE, neste momento, é um instituto que está na mira dessa questão que estás a falar do governo? Porque eles fazem muitos estudos de carácter económico e social, mas mais económico, governação também e eles são muito críticos em relação às políticas do governo. Então...

Isabel Casimiro: O IESE estava a ter problemas para se registrar no Ministério da Justiça, como diz a lei das Associações. E finalmente conseguiu, ao que parece com algum apoio bem de alto.....

Teresa Cruz e Silva: O Carlos Nuno Castel-Branco é o presidente do IESE. O Luís de Brito é um dos fundadores, trabalha lá. E então ele trabalhou com o Presidente da República, o Presidente da República foi comissário político nacional e ele era um jovem militar, ele trabalhava no comissariado político. Ele trabalhou diretamente com ele. Quando ele entrou no curso de desenvolvimento do Centro de Estudos Africanos ele trabalhava com o presidente Guebuza no comissariado político, então o presidente disse para não tocarem nele. Por enquanto, não é?

Eliane Veras: A lealdade, essas relações podem ir até um determinado ponto, não é?

Isabel Casimiro: Nós temos muitas organizações, mas a verdade é que nós temos muitas dificuldades hoje...

Teresa Cruz e Silva: Nós próprios ainda não conseguimos registrar no Ministério da Ciência e Tecnologia o CESAB⁴⁵, mas estamos na justiça.

Isabel Casimiro: Agora, onde é que a gente vê isso? Nós vemos nos nossos co-

45 O CESAB já não existe. Centro de Pesquisas Aquino de Bragança.

legas que se autocensuram, como a Eliane dizia noutro dia, os cientistas sociais que se autocensuram. Porque tudo é uma dificuldade, quando a gente vai para o campo fazer pesquisa, vocês não imaginam as dificuldades que existem. Eu quando fui, em 2009, fazer essa pesquisa sobre o empoderamento econômico da mulher, era sobre os fundos de desenvolvimento local, por azar era o ano das eleições autárquicas. Então era um caso sério, porque a gente tem que levar não sei quantas credenciais, uma credencial do Ministério da Mulher e uma do Centro de Estudos Africanos e a gente chega à Província e tem que carimbar na Direção provincial e a gente chega ao Distrito e tem que carimbar no Distrito. E eu levava dez ou vinte fotocópias da credencial para deixar em todo lado, porque sem aquilo carimbado é um caso sério. E vamos a procura de informações que devem ser públicas e que não nos dão ou dão informações erradas, isso acontece aqui, então no distrito é um caso sério. Isso é uma coisa que acontece. Outra coisa que está a acontecer com as organizações comunitárias de base, com organizações que estão lá nós distritos e nas localidades, é que qualquer realização tem que ter a presença do administrador ou de não sei quem ou de não sei quem mais, isto está a acontecer. Por exemplo, há um encontro, uma associação que faz um encontro, por exemplo, nós tivemos agora um encontro em Tete para fazer a conferência constituinte do núcleo das associações femininas de Tete. Já estavam a perguntar se o senhor governador ou não sei quem não ia a fazer a abertura. Não tem nada que fazer a abertura. Houve um seminário em Gaza, Xai Xai, para divulgar um estudo que foi feito sobre a feminização da pobreza, com o apoio do *Christian Michelson Institute*, da Noruega, em que participou a Margarida Paulo do Departamento de Antropologia da UEM, e participou o Instituto Cruzeiro do Sul. Contactaram todo mundo e mais alguns, chegam lá, estão a ver a sala onde se vai realizar o encontro, chega a senhora diretora provincial da Mulher e Ação Social, porque foi tudo coordena-

do com o Ministério da Mulher, e a senhora diz “Onde é que está o discurso de sua excelência?” e a Margarida, que era a moçambicana que estava lá e tinha participado da pesquisa, disse “Discurso? De sua excelência? Qual excelência?”, “Do seu governador”, “Nós não preparamos nenhum discurso para o senhor governador”, “Ah, mas tem que haver um discurso do senhor governador”.

Teresa Cruz e Silva: Te lembras que o Presidente da República queria que eu escrevesse o discurso dele para a Assembleia geral do CODESRIA em Maputo e eu me recusei? Lembras?

Isabel Casimiro: Claro. Então, há esta censura que a gente vê, portanto, os nossos colegas que se autocensuram, os nossos colegas que falam pouco...

Teresa Cruz e Silva: Falta de acesso à informação...

Isabel Casimiro: E depois, há também um impedimento, e isto se verifica sobretudo desde a governação do Guebuza⁴⁶, de acessar as fontes. E depois, se a gente quer, ou somos impedidos ou pedem-nos dinheiro. Quando são fundos... Porque tu vais a determinados sectores do Estado, solicitar dados para as pesquisas, é um caso sério porque ou tu conheces alguém lá dentro ou tens que pagar. E não nos dão os dados ou dão-nos dados errados. Nós também circulamos por vários mundos, eu estou a falar dos cientistas sociais, alguns dos cientistas sociais. Começo logo por mim, porque estou no Centro de Estudos Africanos, estou ligada ao Cruzeiro do Sul, estou ligada ao Fórum Mulher, mas pronto, o Centro de Estudos Africanos é fundador do Fórum Mulher. Não dou aulas em nenhuma outra instituição, a maior parte dos nossos colegas dá aulas em outras instituições de ensino públicas ou privadas.

46 Armando Guebuza foi presidente de Moçambique de 2005 a 2015.

Teresa cruz e Silva: Mas isso é um problema que existe em várias partes do mundo, como as universidades públicas pagam mal, as pessoas andam de pasta em pasta nas universidades privadas.

Isabel Casimiro: Esta é uma questão que nós também temos aqui.

Eliane Veras: Um processo de cooptação, não é?

Isabel Casimiro: De cooptação, isso também nos impede de sermos mais críticos, não é?

Teresa Cruz e Silva: É muito mais fácil para uma universidade privada pagar uma pessoa que não está o tempo inteiro, não tem obrigações de formação, de exigir pesquisa nem nada.

Remo Mutzenberg: Nós ainda temos um controle, uma avaliação, mas que é um problema do próprio corpo de pesquisadores, não é algo externo.

Eliane Veras: Mas, de fato, a importância do Centro de Estudos Africanos me parece que é uma coisa fundamental e acho que, essa foi uma das coisas que eu percebi quando vocês falaram, porque no período da luta de libertação vocês eram estudantes aqui, mas vocês não estavam de fato envolvidas na luta, a luta acontecia lá fora.

Isabel Casimiro: Havia outro tipo de envolvimento.

Teresa Cruz e Silva: Sim, mas era muito diferente, porque...

Isabel Casimiro: E isso é um problema até hoje, porque os que são considerados são os que estavam na luta armada... Mas também havia gente que estava do lado do inimigo e que fazia a sua luta e em condições muito difíceis.

Teresa Cruz e Silva: Sim, mas eu estou a perceber o ponto dela, que é a questão que tu colocas, no pós independência, nós encontramos uma clivagem entre os que participaram na luta e os que não participaram, o que se prolonga até hoje. Uma das razões pelas quais nossas posições nem sempre são bem aceitas é porque nós não estivemos na luta. Por exemplo, eu me lembro que depois da independência eu tive que fazer o recenseamento militar e os homens que faziam o recenseamento militar viram o meu processo e disseram “Ah, enquanto nós estávamos a lutar tu estavas a estudar, então agora fica lá no fim da fila”, fiquei um dia inteiro sentada, eles não me atenderam sem ser no fim do dia. Nessa altura essas coisas eram mais óbvias, entre os que foram à luta e os que não foram, depois diluiu-se, porque eles se aburguesaram, digamos assim. E então agora as diferenças não são assim tão claras, mas em certos momentos essas coisas vêm: quem é que é nacional, quem é que esteve na luta, quem nasceu não sei aonde...

Eliane Veras: Então, estas distinções... Quem é nacional?

Teresa Cruz e Silva: É nacional, dependendo das circunstâncias não há problemas de raça. Dependendo das circunstâncias, muitas vezes em certas circunstâncias a Isabel, por exemplo, é vista como estrangeira. A questão da nacionalidade é um debate que não está terminado, quem é que é moçambicano? É um debate que não está terminado, que foi levantado, não sei se em duas sessões da Assembleia da República e nunca foi terminado, por uma razão muito simples, é porque se nós fossemos aplicar os pontos que avaliavam quem era e quem não era moçambicano, praticamente nenhum dirigente deste país era moçambicano. Por causa das origens das pessoas, as fronteiras artificiais, onde as pessoas viveram etc.

Isabel Casimiro: Quer dizer, são bantus, mas podem não ser nacionais, porque os daqui do sul seriam da África do Sul.

Teresa Cruz e Silva: É, há muitos moçambicanos que nasceram durante a luta armada na Tanzânia e por isso deixam de ser moçambicanos. Então, o problema das etnias, das fronteiras, de vez em quando vem ao de cima e não é porque durante o período de Samora se dizia que “Nós vamos matar a tribo para fazer a nação”, mas é uma ilusão, porque a tribo não se mata...

Isabel Casimiro: Que se compreende naquele contexto.

Teresa Cruz e Silva: Sim, naquele contexto. Mas, depois, as coisas vêm novamente. E nós vamos encontrar em certas alturas, talvez já no próprio Governo de Samora, mas principalmente no Governo de Chissano, em que o ministro não sei de onde é do centro, o do outro, é do norte, tentando, portanto, equilibrar as forças.

Isabel Casimiro: Hoje, ainda noutro dia a gente falou sobre isso, porque estas questões não se colocavam muito, como dizia a Teresa, mas hoje cada vez mais se coloca essa questão de ser branco, de ser isto ou aquilo.

Teresa Cruz e Silva: Porque nós continuamos a não querer discutir o que é o movimento nacionalista, a questão nacional, ninguém discute. E, portanto, essas coisas vêm nos momentos de crise, mas ninguém discute e o partido não discute essas coisas, o partido no poder não discute e os outros também não discutem.

Eliane Veras: E os intelectuais?

Teresa Cruz e Silva: Uns sim, outros não...

Isabel Casimiro: Alguns discutem, outros não. Alguns sentem-se a vontade para discutir outros não querem discutir por isso simplesmente.

Teresa cruz e Silva: Acho que o único centro de pesquisa onde alguma vez se discutiu a questão do nacionalismo e a questão nacional foi o Centro de Estudos Africanos. Por exemplo, agora há pouco tempo, há um mês ou dois, o Aurélio Rocha, que é um colega nosso, da nossa geração, organizou um debate a propósito dos cinquenta anos das independências africanas, onde viram o problema do desenvolvimento do movimento nacionalista e a questão nacional. Então, eu acho que esse problema se coloca agora de uma forma interessante. Tem um texto que eu vou lje dar a referência, acho que uma parte foi publicada no CODESRIA, que é um problema que pode ser aplicado à Moçambique: do desenvolvimento do movimento nacionalista, o problema da questão nacional, toda a questão do neoliberalismo e como é que nós vamos retomar a análise dessa questão e onde o recrudescimento do nacionalismo vai ter uma faceta diferente perante os impactos do neoliberalismo. Ele levanta uma série de questões dessas que eu acho que se aplicam a qualquer um desses países que tiveram lutas armadas de libertação nacional em África, que é um problema candente ainda hoje⁴⁷.

Eliane Veras: Eu sei que você tem urgência em sair, mas uma coisa que eu fiquei pensando, porque na fala de Isabel, ela colocou muito como é que o seu objeto de estudo chegou até ela. E você? O seu objeto é tão importante, inclusive para essa questão.

47 ROCHA, A. 2000. Associativismo e Nativismo em Moçambique: contribuição para o estudo das origens do nacionalismo Moçambicano (1900-1940). Maputo: Promedia. NASCIMENTO, Augusto, ROCHA Aurélio (EDS.) Em Torno dos Nacionalismos em África. Maputo, Alcance Editores, 2013. Ver ainda, ANDRADE, Mário Pinto. Origens do Nacionalismo Africano. Lisboa, Dom Quixote, abril de 1998.

Teresa Cruz e Silva: É porque ela falou das ciências sociais através do percurso dela, que eu acho que foi importante, eu fiz uma coisa mais geral. Então, digamos que eu comecei por estudar arqueologia, porque era uma saída para fazer pesquisa e entrar nas discussões do continente africano, até sobre a própria origem do homem. Por exemplo, pode parecer um detalhe, mas eu acho que é importante, no pós-independência um grupo de jovens como nós, tínhamos vinte e tal, ninguém tinha trinta anos ainda, por causa de desconstruir a mentalidade feudal – era assim o discurso das pessoas – incluindo os antigos presos políticos, de pessoas que estavam de alguma maneira conotadas com o regime colonial, o presidente Samora organizava sessões em que nós, os jovens, coitados, íamos explicar-lhes a origem e evolução do homem. Eram as maiores vergonhas que eu passei na minha vida...

Isabel Casimiro: E alguns diziam “O que? O meu antepassado é um macaco?”

Teresa Cruz e Silva: E discutir Engels com eles e uma série de coisas. Bem, isso era para dizer que o meu primeiro interesse era na arqueologia, depois eu me interessei pela história pré-colonial, mas depois eu decidi o meu objeto de estudo, porque eu me preocupava muito mais com os problemas da atualidade. Então, lá no Centro de Estudos Africanos, através da oficina de história, eu interessei-me pelos movimentos de libertação nacional. Então também entrei a discutir uma coisa que era muito malvista, que eram as batalhas perdidas da Frelimo, que eram as redes clandestinas e por via dos estudos que eu fiz sobre movimentos nacionalistas em Moçambique, eu entrei a estudar a religião. Digamos que muitas pessoas acham que a minha especialidade é a religião, mas de fato não é, eu entrei a estudar a religião porque me apercebi, pela mão do antigo nacionalista, que era difícil compreender o desenvolvimento do movimento nacionalista de Moçambique, como em outras partes da África, se eu

não percebesse o papel que a religião tinha desempenhado no despertar de uma consciência política. Então, embora o meu objeto de estudo tivesse sido durante muitos anos os movimentos nacionalistas, eu acabei por entrar na religião para perceber o papel social da religião, quer durante o período colonial, quer no pós-colonial, quer inclusivamente em todos os processos de paz, nos impactos do neoliberalismo etc. Depois eu também estudei um pouco, mas eu não considero, a Isabel diz que eu não estou correta, eu acho que eu não sou uma feminista, no sentido que eu não tenho o domínio dos métodos e das teorias, como tem por exemplo a Isabel...

Isabel Casimiro: Mas uma feminista não tem que ter o domínio...

Eliane Veras: Tem que ter uma prática...

Teresa Cruz e Silva: Neste sentido, porque depois, nestes estudos, eu também me interessei pela questão da identidade. Normal, porque está subjacente a todas estas questões, e aí também eu participei em vários estudos que têm a ver com problemas de identidade, jovens e mulheres, mas eu não sou especialista de mulheres...

Remo Mutzenberg: Estava lembrando ontem da discussão, após o seminário⁴⁸. Havia perguntas e vi também muitos professores novos. Então, tem toda essa geração e tem essa nova geração que está surgindo. Como é que se liga essa história com essa nova geração?

48 Refere-se às duas palestras que Eliane Veras e Remo Mutzenberg proferiram na Universidade Eduardo Mondlane, em julho de 2011, organizada pela Associação de Sociologia de Moçambique. Agradecemos a Patrício Langa pelo convite e ao público pela escuta mais atenta que conhecemos por parte de uma audiência académica.

Teresa Cruz e Silva: Uma pergunta perfeitíssima, porque essa é uma preocupação que nós temos. Então, o que é que acontece? Neste país, ao contrário do que acontece em muitos países do mundo, os professores universitários são tratados como a secretária do ministro, como funcionários do aparelho do estado. Por exemplo, eu fiz sessenta anos agora e como mulher eu posso ir para a aposentadoria e uma questão que nós colocamos em uma reunião em que discutíamos o legado do Aquino de Bragança foi como é que nós podemos estabelecer a ponte entre as diversas gerações e fazer transmitir aos mais jovens o nosso conhecimento e criar as pontes necessárias. E a primeira reação de uma jovem lá foi “Ah, significa que a professora acha que sabe mais que os outros?”, eu disse “Não, eu estou aqui para aprender com as novas gerações”. Isso é para dizer que não existem os mecanismos necessários dentro da forma como as universidades estão organizadas para que haja essa relação e uma das razões pelas quais não existem esses mecanismos é porque o próprio fato das universidades, aqui estou a falar das públicas, das universidades pagarem mal e não darem incentivos, que não são só econômicos, mas outros tipos incentivos aos professores leva a que as pessoas da nova geração dão as suas aulas e vão embora trabalhar para as universidades privadas e não estão nem um pouquinho interessados em fazer uma carreira de pesquisadores, não é que sejam todos, porque não ganham dinheiro e têm que sobreviver. E, portanto, dificilmente se estabelecem as pontes entre as três gerações, podemos dizer, agora está a entrar a quarta. Então, não quer dizer que isso acontece assim como uma coisa geral, mas há algumas exceções, fazer carreira acadêmica não faz parte dos interesses dos jovens professores, os jovens professores querem ser consultores, não querem fazer carreira acadêmica. E quando eu disse que nos outros sítios do mundo para uma pessoa fazer uma carreira acadêmica é “*publish or perish*” [publicar ou morrer], aqui é “*teach or perish*” [ensinar ou

morrer], o que importa é o número de cadeiras que eu ensino, porque posso receber um extra se eu ensino no mestrado ou se eu ensino no pós-laboral – há uns cursos que funcionam a noite em que os estudantes pagam alguma coisa e os professores recebem – isso eu estou interessada. Agora, fazer pesquisa, ou eu faço consultoria, que me dá dinheiro, ou eu faço a pesquisa universitária em que tenho que procurar recursos, em que eu tenho que trabalhar sem ser paga, em que tenho dificuldades em publicar, elaborar os projetos, fazer os relatórios. É muito difícil nós encontrarmos os jovens empenhados nesse processo. Então, o próprio sistema cria algumas dificuldades em que se façam essas pontes e a nossa preocupação, das pessoas da minha geração, é o que é que vai acontecer para o futuro? E eu considero que a universidade investiu muito em mim, mas não vejo que a universidade esteja preocupada em recuperar aquilo que investiu em mim. Então esse é um problema que vai ter reflexos, se calhar não daqui a dois, três anos, mas daqui a dez anos vai ter reflexos muito graves. Não é um problema que só acontece em Moçambique, mas é um problema que acontece no continente africano. Tem um artigo que foi escrito por Tandika M Mkandawire⁴⁹, que era do CODESRIA, que explica muito bem essa situação no continente africano, das várias gerações, das gerações do pós-independência a qual eu pertença. O Tandika deve ter uns setenta anos, por aí, ou setenta e tal, a geração a qual ele pertence, a outra geração e as gerações seguintes, se eu posso vos dar essa referência bibliográfica. Eu própria usei isso para fazer uma coisa do CODESRIA, naquela que eu fiz das universidades africanas. E isso também acontece em Moçambique, nós pertencemos, eu e a Isabel, a uma geração em que o estado moçambicano se preocupou em nos mandar ao estrangeiro, em pagar para nós irmos às conferências, em apetrechar as bibliotecas. A gera-

49 MKANDAWIRE, Thandika. Thinking about developmental states in Africa. Cambridge Journal of Economics; May 2001; 25, p. 289-313.

ção que vem a seguir, depois da Isabel ainda está mais ou menos, depois disso o estado moçambicano não está absolutamente preocupado, as universidades não estão preocupadas em investir nesses jovens, cada vez saem menos bolsas de estudos, as bibliotecas estão cada vez mais pobres e o mundo deles vai-se limitando cada vez mais. Então, essa análise do Tandika Mkandawire continua a ser válida para a maior parte das universidades africanas. E para as universidades públicas em Moçambique, eu não quero falar das privadas, porque a história das privadas é diferente, algumas só são institutos, não têm a obrigação de fazer pesquisa, são institutos superiores, mas há um reflexo muito claro hoje, mesmo quando jovens que tem até doutoramento já, a forma como eles se engajam na formação dos seus estudantes têm lacunas que são a consequência desse processo, e nós vamos encontrar hoje, precisamente nas gerações mais novas um pagamento de propinas dos estudantes para passarem.

Eliane Veras: Na universidade?

Teresa Curz e Silva: Nas universidades, todas. Nas privadas muito pior, nas públicas começa já a existir e não está escrito em nenhum lado e ninguém fala. As raparigas, as mulheres, em troca do seu corpo, e isso começa na escola secundária. Eu acho que nós quando formos ao CONLAB vamos levar aquele livro que eu e a Conceição escrevemos, onde nós retratamos o problema das escolas secundárias, onde as meninas, para passarem de classe, têm que dormir com o professor. Então, o processo começa no secundário e reproduz-se no ensino superior⁵⁰. Então, essas são as gerações que nos deixam preocupados, porque eles hoje começam a ser seduzidos por um pagamento em troca de uma nota e

50 OSÓRIO, Conceição; SILVA, Teresa Cruz; MONJANE, Valuarda. Buscando sentidos: género e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário, Moçambique. Maputo, WLSA,2008.

isso é muito preocupante. Se nós formos a ver o regulamento da carreira do docente, do ensino superior, obriga que o professor dê um x número de horas e um x número de horas de presença para acompanhar os alunos. Se nós visitarmos a universidade não há nenhum professor lá, os professores que atendem os alunos são os professores antigos, os jovens não estão lá.

Isabel Casimiro: E que orientam teses, Eliane, eu tenho não sei quantos orientandos...

Teresa Cruz e Silva: Eles estão a fazer consultorias. E acabam o curso e têm um cartão, um cartão de visitas escrito consultor, sociólogo, historiador, economista. Eu perguntei a um indivíduo, “Oiça lá, porque você acabou um curso de sociologia é sociólogo? Como é que você tem uma graduação e é sociólogo?” Não é sociólogo, é um aprendiz, não é? É um aprendiz de sociólogo. Então, nós temos esse problema e o Estado moçambicano não está preocupado. Nosso atual reitor, quando ainda não era reitor, era vice-reitor, uma vez em conversa comigo eu lhe disse “Olha, eu tenho uma preocupação muito grande, que é esta preocupação”, ele disse “Tens toda a razão, nós estamos preocupados, mas nós dependemos do Ministério da Administração Estatal, a ministra da administração estatal prometeu fazer uma mudança nos regulamentos, mas ela não mudou”. Então, eu ou Isabel ou a secretária do ministério somos tratadas exatamente da mesma maneira. E, portanto, quando eu acho que quando eu chego a minha idade, eu estou numa idade produtiva, eu acho que é a altura onde tenho de escrever mais coisas, de transmitir os meus conhecimentos as outras pessoas, mas nesta altura eu tenho que ir à aposentadoria.

Eliane Veras: Necessariamente?

Teresa Cruz e Silva: Mais ou menos necessariamente. Não é bem, mas é quase.

Quer dizer, posso ficar mais uns anos, mas mais tarde ou mais cedo eu tenho que ir, é quase compulsório. Então, é muito complicado.

Isabel Casimiro: As mulheres a partir dos cinquenta e cinco...

Teresa Cruz e Silva: Sim, mas só a partir dos sessenta é que tu tens que apresentar um atestado médico de que estás em condições de trabalhar e depois tens uma série de problemas.

Isabel Casimiro: Porque é com trinta e cinco anos de serviço ou com cinquenta e cinco anos de idade.

Teresa Cruz e Silva: Ah sim, também é isso que a Isabel diz, luta pelo poder... Mas nos nossos casos, Isabel, as novas gerações, infelizmente, em termos de competitividade científica, eles ficam para trás, isso é o que me deixa mais preocupada.

Isabel Casimiro: Mas tu não sentes isto com alguns dos nossos? Tu estás a ver aqueles novos que entraram agora? Tu tens ali vários grupos, há uns que nos respeitam bastante, mas tu tens aqueles que estão ali no Centro, alguns até da nossa idade, mas é uma luta terrível. Por exemplo, não partilha informação. Uma coisa que eu acho, o conhecimento é social e socializado ele deve ser. Qualquer coisa que eu sei eu partilho com todo mundo.

Teresa Cruz e Silva: Os jovens não partilham com os mais velhos. Nós partilhamos com todos. É um problema de poder também.

Isabel Casimiro: Ainda agora aconteceu uma coisa muito chata, um curso sobre orçamentação na ótica de género, que eu soube por acaso num encontro no Fórum Mulher, e eu disse “Mas como é isto?”, “Ah, se calhar o convite passou lá no Centro e ficou no gabinete do diretor”, eu disse “Não, porque o

diretor até partilha”. Então eu vim a saber porque é que é, porque uma colega que está comigo no Centro, como ia falar – e falar ali significa receber uns dólares – não partilhou com ninguém. Está a ver isso que acontece? E dá mesmo vontade da gente não partilhar nada. E quando sabem de qualquer trabalho, de qualquer coisa, não partilham. A gente tem este projeto agora de pesquisa com o Recife, com o programa de pós-graduação em serviço social. Eu cheguei ali e disse, porque foi através da Solange Rocha, Fórum Mulher e não sei o que, cheguei ao Centro e disse “Vamos lá participar”. Eu é que a convidei, porque eu poderia ter ficado lá sozinha. Mas depois o pessoal não partilha. Essas coisas é que me deixam muito... É poder e acesso a dinheiro.

Teresa Cruz e Silva: É, e ao contrário eu sempre difundo todas as informações e tento arranjar formas dos jovens irem a conferências com tudo pago. Eles não vão. Eu arranjo coisas para eles irem com tudo paga e eles, se é só para participar na conferência, o que é que interessa? Não ganho nada com isso.

Remo: Mas essa é a nova lógica, no Brasil também é assim na nossa universidade, essa nova geração é extremamente competitiva.

Teresa: E vocês no Brasil têm aquelas bolsas para iniciação a pesquisa que eu acho uma maravilha, que também levam a isso, não é? Porque eles desde cedo têm possibilidades de arranjar fundos para fazer uma pesquisa.

Eliane Veras: É, só que aí, por exemplo, essas pesquisas têm que ser dentro de uma pesquisa do professor, com o orientador. Agora, como é que você constrói legitimidade para ser efetivamente um orientador? Não é fácil, porque temos uma crise de autoridade profunda, que não é na universidade, é na sociedade.

Teresa Cruz e Silva: Por exemplo, na nossa universidade, esses jovens recusam-se a dar aulas ao primeiro ano. Eu acho que é o melhor. Ninguém quer dar aulas ao primeiro ano, mas esses fulanos estão completamente loucos. Eles têm mestrado e aqui eles podem ensinar com mestrado, e já querem assistente, não sei o que...

Isabel Casimiro: Eu a primeira vez que tive assistente na minha vida de trinta anos ou mais, desde oitenta, foi este ano, que eu tive uma assistente para dar aulas de gênero e poder político.

Teresa Cruz e Silva: E mais, as pessoas da nossa geração quando têm um assistente é para formar a pessoa para trabalhar contigo e quando fores embora para ficar alguém. Eles não, é para eles irem fazer as consultorias e os assistentes fazerem os trabalhos deles.

Eliane Veras: Então, bom, essa questão da construção da nação me interessa muito, eu acho, pelo menos pelas leituras que eu fiz, não são muitas, são poucas, mas toda essa formação das ciências sociais aqui, como no Brasil, vamos dizer, tem essa missão. Porque, se de um lado vocês, essa geração que estava aqui estudando não estava no campo fazendo a luta armada, mas quando o poder se institucionaliza, vocês se transformam no novo exército e vão assumir a responsabilidade de dizer o que é Moçambique. Então, como é que vocês analisam esse processo historicamente, à distância agora. Eu me reporto um pouco também ao Congresso de 1998...

Teresa Cruz e Silva: Eu estou a tentar ver o que nós discutimos, que é a pergunta que ela fez...

Eliane Veras: Não, mas veja, a questão não é exatamente o que vocês discutiram

em 1998, a questão é um pouco como é que hoje, agora em 2011 vocês veem essa trajetória, vocês como construtoras da nação, ou essa moçambicanidade.

Teresa Cruz e Silva: Eu tenho dúvidas sobre essa expressão moçambicanidade, porque já está pervertida que eu já não sei o que é que ela é. Mas Isabel, *you first...*

Isabel Casimiro: Tu mesma disseste, esse é um assunto que não está terminado, é um processo que não está terminado... A construção da moçambicanidade e mesmo a nossa análise, não está terminada de maneira nenhuma, até porque muitas vezes a gente nem fala sobre isso, porque quando se levanta esse assunto é entendido das mais diversas maneiras. Agora eu penso que nós também fazemos uma leitura diferente do que aquela que a gente fazia na altura. Eu lembro-me que em 1974, 1975, 1976 até 1980 nós estávamos aí na crista do mar, na onda do mar...

Quase, nem sei, eu como tive um outro processo... Eu sei que eu sou de origem burguesa, mas como tive uma educação muito diferente eu não andava nesses suicídios, mas pronto. Pai comunista que andou sempre preocupado com esse tipo de coisas. Mas nós pensávamos que estávamos num processo que ia correr tudo muito bem, que não íamos ter problema nenhum, a nação já estava aí bem orientada etc. E tivemos muitos curto circuitos, nós tivemos a situação com a Rodésia, com a África do Sul, o apoio aos movimentos de libertação, tivemos uma guerra interna, isso criou problemas muito grandes e, ao mesmo tempo, acabou também permitindo que se levantasse esse assunto que tinha ficado, como a Teresa disse, um bocado apagado, porque era preciso "Matar a

tribo, isto e aquilo, para construir a nação”⁵¹, mas o assunto não estava a ser debatido, debate-se mais hoje. Mas eu sinto que o debate ainda não tem todas as, como é que eu vou dizer, que a gente ainda não está a colocar todas as questões em relação a este debate, ou porque nos sentimos comprometidos porque somos desta cor, ou daquela cor, ou porque não nos sentimos muito bem... Não sei. Por exemplo, eu agora me preocupo um bocado quando vejo que a gente diz “Ai, não aquela pessoa não pode ficar porque ela é branca e já há muitos brancos naquela instituição, é preciso termos cuidado”, “Ai de onde é que a pessoa é...”. Não, eu sei que tu nunca colocaste esta questão...

Teresa Cruz e Silva: Rebelo-me quando as pessoas colocam esta questão...

Isabel Casimiro: Eu sei, e eu sou muito rebelde também, mas eu sou branca, aliás eu sempre fui rebelde. Mas outro dia a Catarina estava muito chocada...

Teresa Cruz e Silva: A filha dela...

Isabel Casimiro: Porque a Conceição disse “Ah, com quem eu queria trabalhar era a Catarina, mas a WLSA já tem tantas brancas e vai ser um problema” e a Catarina disse “Desculpa lá, eu não aceito isso, eu não posso viver num país onde a partida me dizem que eu não posso trabalhar num determinado local”. Depois, ela trabalha na Rede Salesiana de Formação Profissional, ela é técnica de gênero, ela faz formação, cada vez que ela aparece ela é portuguesa, ela é a estrangeira, ela não é moçambicana, então é um choque para ela também, ela já é de uma outra geração...

51 “Matar a tribo para fazer nascer a nação” foi um dos ideais centrais da política nacionalista no Governo de Samora Machel, no pós-independência. Para um debate atualizado ver o artigo de João Paulo Borges Coelho, Abrir a fábula: Questões da política do passado em Moçambique. Revista Crítica de Ciências Sociais, n 106, p. 153-166, 2015.

Eliane Veras: Quer dizer, é uma questão presente...

Isabel Casimiro: É uma questão presente... Eu quando estava a fazer trabalho de campo, a primeira impressão é logo que eu sou estrangeira, mas depois começo a falar, pois as vezes tenho que fazer comício, como tive que fazer ali naquela zona nos coqueiros, como é que se chama? Macuze, na Zambézia, e pronto, aí as pessoas percebem que não. Mas já hoje eu tenho que confessar uma coisa que eu nunca senti, as vezes eu sinto-me um pouco incomodada com isso. Nunca me coloquei essa questão porque para mim este é o meu país, foi o país onde eu nasci, meus pais não nasceram cá, mas decidiram ficar aqui e renunciaram a nacionalidade portuguesa para ficar aqui. Nunca me coloquei isso, como nunca me coloquei o fato de me sentir discriminada por ser mulher, nunca senti isso. Mas agora começo a sentir, não muito, mas as vezes sinto-me um bocado incomodada, porque não me sinto bem. Eu não sei como vou explicar, mas é uma coisa que eu sinto ao fim de trinta e tal anos.

Teresa Cruz e Silva: Mas eu acho que há um texto que é um marco, Isabel...

Isabel Casimiro: Não se discute isso, Teresa...

Teresa: Há um texto que é um marco, que número dos Estudos Moçambicanos, é aquele Estudos Moçambicanos vermelho, daquele debate que houve sobre as ciências sociais, a construção da nação, que foi escrito pelo Fernando Ganhão, que era o primeiro reitor da universidade depois da independência. Num momento ele levanta essa questão da construção da nação, acho que é esse texto, e o debate vem a propósito de que? Vem a propósito de uma reunião que é feita na Universidade Eduardo Mondlane, onde as Nações Unidas, naquela reunião, a senhora da UNESCO, lembrás desta história?

Isabel Casimiro: É aquela reunião antes da Ruth First ser assassinada.

Teresa Cruz e Silva: Ela [a senhora da UNESCO], Marion O'Callaghan, entra em confronto com a Ruth First por causa do papel do Centro de Estudos Africanos e aí surge um debate e há um texto que o Ganhão escreve para a abertura dessa conferência em que ele tenta trazer o problema da construção da nação, que a nação está em construção, nós não tínhamos uma nação. Isso é em que ano?

Isabel Casimiro: 1982, naquela reunião da UNESCO.

Teresa Cruz e Silva: Eu acho que é a partir daí que as pessoas começam um pouco a repensar essa questão, os acadêmicos, mas com muito receio. Eu acho que talvez em 1998 nós já estávamos preparados para recuar para o que estava mais para trás, até porque em 1998 nós já podíamos analisar a questão de que matar a tribo, matar a raça, era uma questão sempre presente no processo de construção da nação. E já tinha havido os debates em nível da Assembleia sobre o que é ser moçambicanos, quem é que pode ou não pode ser moçambicano, que tem a ver com a própria construção da nação.

Eliane Veras: E esses debates aconteceram quando na Assembleia?

Teresa Cruz e Silva: Não me lembro, mas foi antes de 1998...

Isabel Casimiro: Foi na Assembleia popular ainda. A Assembleia popular foi até 1994.

Teresa Cruz e Silva: Foi na Assembleia popular e depois não sei, porque esse debate veio duas vezes à Assembleia, veio uma vez e depois veio uma segunda vez... Eu já não lembro...

Isabel Casimiro: Só se foi depois de 1999, porque estive lá de 1995, depois das eleições, até 1999 e essa questão... Não me lembro, mas eu as vezes não estava lá.

Teresa Cruz e Silva: E é uma questão que continua por resolver, mas de vez em quando os cientistas sociais vão discutir essa questão, mas não sei se no IESE eles não têm estudo sobre isso, eu acho que eles não têm.

Isabel Casimiro: Não, acho que eles não têm...

Eliane Veras: Sabe onde eu vejo isso? Na literatura.

Teresa Cruz e Silva: É, na literatura eu acho que é muito mais fácil encontrar porque...

Eliane Veras: E o debate que houve na literatura no final dos anos 1980...

Teresa Cruz e Silva: Os cientistas sociais não têm muitas coisas publicadas sobre esse debate.

Isabel Casimiro: Parece que a gente tem vergonha de levantar isso, parece que a gente se sente incomodado. No entanto, repara, este país aqui, por exemplo, se nós compararmos com Angola, sempre teve muito mais população, muito menos portugueses, Angola tinha muito mais e ali o processo é um bocado diferente do nosso.

Teresa Cruz e Silva: Mas a questão da literatura em Angola também tem outras nuances. E a questão da luta em Angola, a luta armada, a relação dos angolanos, a sua proximidade da Europa também cria um tipo de consciência completamente diferente daquela que acontece aqui. A sua relação com a Europa e a nossa

distância da Europa, eu acho que também tem a ver com isso. O desenvolvimento das pequenas burguesias que desenvolvem a luta nacionalista em Angola e em Moçambique... Quem são as pessoas que desenvolvem a luta armada em Moçambique? Os líderes pertencem a uma pequena burguesia educada.

Isabel Casimiro: Sim, já em Angola desde finais do século XIX tu tens uma burguesia escravocrata muito importante...

Teresa Cruz e Silva: Sim, isso faz uma diferença entre Angola e Moçambique, os processos são diferentes e os processos de construção da nação são completamente diferentes entre Angola e Moçambique.

Isabel Casimiro: Sim, é verdade, porque ali tu tinhas uma burguesia escravocrata que estava em Luanda etc. Aqui onde é que estava? Estava lá em Angoche e acabou sendo liquidada.

Teresa Cruz e Silva: Isso faz uma diferença. Eu acho, embora vocês sejam sociólogos, acho que se lessem um pouco do processo dos itinerários desse país, eu acho que também ajudaria a compreender. História de Moçambique, ainda há a venda Isabel? Que é uma história muito simples, que é feita para o secundário, mas não é usada no secundário. Foi feita pelo departamento de história da Universidade Eduardo Mondlane e é a única história feita em Moçambique por moçambicanos sobre o processo moçambicano até independência.

Isabel Casimiro: E que foi complicada, porque a história da Frelimo ficou nas gavetas, como disse a Teresa...

Teresa Cruz e Silva: Até a luta armada de libertação nacional, depois parou porque o resto ficou guardado. Então, chama-se História de Moçambique, ago-

ra está em dois volumes, antes eram três, agora são dois.

A primeira vez que eu fui a Salvador da Bahia, era uma conferência do PNUD, com o Gilberto Gil e com o Carlos Lopes, que era o responsável do PNUD lá. Então nós fomos lá para uma sala magna, uma conferência, então eu olhei e perguntei: “Onde estão os negros?”, os negros eram os angolanos, os de São Tomé e não sei o que lá. E alguém, que foi o meu amigo Lívio Sansone, me levou para um lugar exótico, a mim e a uma angolana e a uns outros que eram de outros países americanos e não sei o que. Eu cheguei lá e eu disse: “Olha, Lívio, desculpa lá, eu não vim a Salvador para ver pretos tocando violão lá no morro e a fumarem soruma, em África está cheio deles, isso para mim não é exótico”, ele ficou zangado comigo, o Lívio. Mas sabes, duas vezes que eu fui vítima de racismo, sabe onde foi? Foram negros do movimento negro, daqueles radicais. Uma vez, que eu contei a Isabel, em São Paulo, na casa da Eunice Durhan, aquela professora lá da USP. Era eu, um amigo meu lá da Unicamp e era a assistente dela que era casada com um homem negro e o homem ficou todo o jantar a olhar para mim. E eu estava tão mal, mas por que é que o homem olha sempre para mim? E ele virou-se para mim e disse “Você é traidora” e a mesa ficou em silêncio e eu fiquei a olhar para ele, “Você tem nariz de indiana”, e eu pensei “este homem é louco”. “Você tem orelhas não sei o que, você tem cabelo não sei o que”. Eu fiz, “Este homem é louco”. Depois diz assim “Eu também sou traidor, minha mulher é branca”. Eu pensei, “Este homem é louco. Isso aqui é racismo”. E a outra vez, em Salvador, que eu estava a dar umas aulas lá daqueles cursos do Lívio Sansone e um estudante negro virou-se para mim e disse “Você é mesmo africana?”, eu disse “Sou, por que?” e ele me disse “Como é que uma mulher africana...” – a ideia de África que ele tem, não é? – “Como é que uma mulher africana vem de tão longe da África para dar aulas no Brasil?”. Olha, quando é assim a minha reação.... É que eu acho que é uma estupidez tão grande que

eu não consigo discutir. Eu olhei para ele, comecei-me a rir, a rir e a rir, virei as costas e fui-me embora. Pensei “coitado do rapaz”. O mesmo rapaz no dia em que eu ia embora me disse “Professora, eu posso lhe fazer uma pergunta?” e como ele era muito provocador, eu disse “Não, se é sobre a minha vida privada não faça”, ele disse “Não, não é... Que raça é o seu marido?”, eu disse “Isso é racismo, você é racista. Isso é um racismo daquelas pessoas da esquerda, da esquerda do movimento negro”. Que coisa...

Mas eu acho normal que os estudantes tenham uma ideia da África ou dos africanos que não seja a ideia real, como os moçambicanos têm a ideia do Brasil que veem das telenovelas. Mas acho que as pessoas podem ter um *approach* diferente aos problemas. Agora eu até nem fico ofendida nem nada quando as pessoas fazem essas perguntas, eu tento esclarecer. Uma vez, por exemplo, um estudante no Rio, no dia da unidade africana, eu acho que era para celebrar a unidade africana, nos convidaram para fazer uma coisa qualquer sobre ensino superior em África e um estudante me perguntou “Em África qual é o sistema de ensino superior?” e eu não reagi mal, eu disse “Olha, a África tem vários países, tem sistema não sei o que, não sei o que”. E as pessoas disseram “Por que é que respondeste assim?” e eu disse “Não, porque nossa função é explicar as pessoas”. Por que é que eu vou reagir mal? Um estudante de Salvador me perguntou assim “Diga lá, qual é a cota para negros no seu país?”, eu disse “Olha, desculpa lá só se for para brancos” e ele ficou a olhar para mim, “Só se for para brancos, nós estamos em África, meu amigo”.

Isabel Casimiro: As pessoas sabem muito pouco... Quando o Sacramento foi a uma reunião, o Sacramento é um juiz do Tribunal Superior, ele é branco, foi a um encontro qualquer de juizes e perguntaram de onde é que ele era, ele disse “Eu sou do continente africano, sou de Moçambique”, “Moçambique? Não, você

5. FÓRUM MULHER: CRIAÇÃO, ARTICULAÇÕES E BANDEIRAS DE LUTA

Entrevista com Graça Samo¹, realizada por Remo Mutzenberg

No dia 17 de setembro de 2011, após contatos com o Fórum Mulher mediado por Teresa Cruz e Silva e Isabel Casimiro, Remo encontrou-se com Graça Samo na sede do Fórum Mulher. Após apresentar a equipe e as dependências da sede, Graça Sama, bem humorada e com amabilidade, concedeu a entrevista que segue.

Remo Mutzenberg: Inicialmente agradeço a sua disponibilidade em conceder esta entrevista. Meu interesse tem sido a presença e trajetória de movimentos sociais, particularmente no Brasil. No momento temos muito interesse em estabelecer um diálogo com pesquisadores e agentes ligados a esta temática em países de África. Nesse sentido, o Fórum de Mulheres de Moçambique é uma das experiências com muitos paralelos com grupos de mulheres do Brasil, par-

¹ Graça Samo é especialista em dilemas do desenvolvimento rural, formada em administração pela UnB. Na data da entrevista era e continua, atualmente, a ocupar o cargo de Diretora Executiva do Fórum Mulher (Moçambique), participa da Rede Mulher de Moçambique, que acompanha todo o processo de instalação de empresas brasileiras em Moçambique e é membro do Secretariado Internacional da Marcha mundial das Mulheres.

É o danone da África do Sul que é assim, com o pai. Que Adizes, nós já estamos
em versão de extinção do feto, não os laridos a Pai, esse diálogo é fundamental
ouvir as pessoas diretamente envolvidas. Inicialmente poderias falar do Fórum,
Teresa Cruz e Silva: Todas as raças estão em vias de extinção, tirando as mis-
sua criação e de sua história.
turadas que somos todos nós.

Graça Samo: Eu lhe agradeço muito também pela disponibilidade, que eu sei
que não é fácil, às vezes não, mas pronto é um prazer para nós também.

O Fórum Mulher foi criado em 1993. Portanto, digo em 1993, em termos de sua
oficialização e registro, porque a iniciativa de criar um espaço de articulação
entre as mulheres ocorreu anos antes. Surgiu de pessoas, majoritariamente
mulheres, que já estavam engajadas em questões ligadas à academia, a insti-
tuições de cooperação, que estavam preocupadas. Nesta altura a gente estava
a sair da Guerra Civil e havia toda uma preocupação de como articular os me-
canismos para a melhor participação das mulheres. Isto é, um melhor engaja-
mento das mulheres como sujeitos do próprio processo de reconstrução do
país e iniciar o processo de desenvolvimento. Nessa altura também foi o tempo
da transição, portanto do socialismo, do projeto socialista para um processo
de uma economia mais aberta, com uma Constituição nova, que foi aprovada
em 1990 e que instituiu um Estado de Direito Democrático. Em 1991, surge a
primeira Lei de livre associativismo². Nessa altura, ocorre uma espécie de um
boom de associações. Mas, no caso específico do movimento das mulheres, é
tudo reforçado, também, por toda uma mobilização em torno da preparação
da Conferência de Beijing (1995). Nessa altura, a organização majoritária, que
existia aqui, era a OMM (Organização da Mulher Moçambicana), que era uma

² Trata-se da Lei n° 8/91, que regula o direito à livre associação. Na mesma data é promulgada a Lei n° 9/91
que regula o exercício à liberdade de reunião e de manifestação. [https://www.caicc.org.mz/images/stories/
documentos/Lei%20das%20Associacoes.pdf](https://www.caicc.org.mz/images/stories/documentos/Lei%20das%20Associacoes.pdf)

organização de massa, dentro do Movimento de Libertação de Moçambique que se transformou em partido político (Frelimo). A OMM se transformou numa liga feminina do partido político. Antes era um movimento de massa das mulheres, ligado ao Movimento de Libertação. Várias pessoas estavam articuladas por meio desse mecanismo e também ao lado daquilo que era o movimento das massas trabalhadoras no setor produtivo, que criou as cooperativas e a sua articulação se chamava União Geral das Cooperativas. Esta organização também era um movimento que articulava muito as mulheres. Então, existia, por um lado, a União de Camponeses que, como associação, só surge em 1993, mas os camponeses já se articulavam através desse mecanismo, que era promovido dentro daquela estrutura socialista, que eram as cooperativas, mas não nessa perspectiva de associativismo que a gente vê a partir da Lei de 1991. Eram tidas, até então, como braços produtivos do próprio Estado centralizador. Nessa altura, já na preparação para a Conferência de Beijing, houve mobilização de muitas mulheres que acabaram indo à Conferência. Por causa da plataforma de ação de Beijing, que vem com áreas prioritárias para um avanço da mulher, impulsionou-se e fez com que muitas mulheres se interessassem em trabalhar na área específica para o ‘empoderamento’ da mulher. Tem um livro de Isabel Casimiro, onde ela fala da organização do feminismo e da organização de mulher em Moçambique³. Ela faz uma referência bastante interessante, na minha análise, de que muitas das organizações, que surgem nessa época, nem todas surgem com o intuito de mobilização social ou de mobilização de uma causa social, mas surgem, como ela destaca, em duas vertentes: uma que é o interesse em dar cobertura à necessidade que a cooperação internacional tinha de ter parceiros para incrementar seus projetos, portanto, como mecanismo

3 CASIMIRO, Isabel. "Paz na terra, guerra em casa": feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Maputo, Promédia, 2004.

de executar o fundo do doador. Mas, por outro lado, também é impulsionado pela fraqueza que se começa a sentir nas instituições do Estado. A massa trabalhadora da máquina estatal, com problema de salários baixos e questões motivacionais, muitos começam a encontrar, na criação dessas associações, uma alternativa para aumentar a sua renda; uma atividade extra que pudesse assegurar uma renda alternativa e a questão toda do emprego que vai começar a se fazer sentir. Era uma forma também de absorver as pessoas que estavam nessa situação. Então, essa sociedade civil tem uma gênese muito particular, que é também determinada por essas dinâmicas e não, necessariamente, dos grupos que se unem e se mobilizam para atacar um determinado problema. Até porque a gente vem de uma história que não nos permitia debater, de forma crítica, o que acontecia, porque o Estado era controlador e centralizador e se você aparecesse fazendo qualquer crítica era porque você estava a favor do colonialismo, que a gente combateu, e você está contra as forças que estão aqui para trabalhar para povo e essa dinâmica toda. Então, começam, de fato, a surgir essas organizações e vão se fortalecendo, porque os recursos existiam. Se de fato formos ver, os anos de 1980 e princípio de 1990, a gente ainda era assolada por muita calamidade natural. Então os programas de emergência ainda eram fatores de ajuda. Então algumas organizações surgem e abraçam programas assistencialistas para implementar e executar projetos, sem necessariamente trabalhar uma agenda de um projeto político. Então, como consequência disso, na minha análise, à medida que as dinâmicas foram mudando, nesse processo de pós-guerra, surgem também os movimentos ou as organizações para contribuir nos processos de construção da paz. Você tem associação de mulheres pela paz, associação de mulheres pelo meio ambiente, associação de mulheres na academia, mas pouco a pouco essas organizações, essas associações, deixaram de existir, deixaram de ser elas. Elas foram perdendo a sua

identidade. Algumas delas se tornaram organização de umas pessoas. Na ausência daquela pessoa a organização praticamente não existe. Algumas até se transformaram em simples associações e suas líderes tinham uma perspectiva de empoderamento econômico. Então sua tendência foi o desenvolvimento de atividade, de ação de rendimento que viraram projetos empresariais e a dado momento a luta associativa deixou de existir. Então houveram algumas organizações, temos o caso de uma associação que era muito forte, muito bem conhecida, que trabalhava muito com mobilização de recursos pra apoiar mulher no trabalho, com iniciativa de geração de renda e empoderamento de mulher camponesa, que as mulheres ficaram lá dizendo 'a gente recebeu um fundo pra fazer projeto, pra criar gado de pastoreio e a gente quer devolver, mas a associação não vem mais funcionando porque as lideranças das associação tomaram outro rumo, encontraram outras oportunidades maiores e ninguém mais vem aqui'. Então algumas associações não criaram uma dinâmica institucional que construísse o poder e um projeto político partilhado por um grupo, por um uma maioria que pudesse realmente se apropriar e fazer a coisa andar. Então, na falha da liderança, surgiu a síndrome de liderança que, sem aquela pessoa de líder, o projeto deixou de ter força, deixou de ter a sua presença. Mas, ao mesmo tempo, houveram outros grupos que se fortaleceram que, apesar das vicissitudes, queda de financiamento e não sei o que, houve pessoas que acreditavam no projeto, foram pegando e tentando fortalecê-lo, tentando reestruturá-lo. Alguns desses grupos tiveram sempre auxílio do Fórum Mulher. Então, o Fórum Mulher, com seu mecanismo de articulação e de tentar mobilizar, foi trazendo esses grupos todos. Alguns, ao longo do tempo, foram perdendo sua dinâmica, mas outros se fortaleceram.

Em 2004, quando entrei no Fórum Mulher, ele acabava de passar por uma avaliação e a o relatório da avaliação fazia uma leitura de qual era o seu cenário.

O Fórum estava, de certa forma, enfraquecido. Enfraquecido no sentido que as organizações membro não viam mais a razão de ser do Fórum, não se identificavam com o Fórum. O que tinha acontecido, provavelmente, porque o Fórum não tinha estado a trabalhar de forma sistemática a sua razão de ser. Estamos aqui para que?

Então se fez muita formação. Tinha uma rede de formadoras e estas formadoras estavam a fazer capacitação, capacitação, capacitação. Mas essa perspectiva de capacitação no modelo do projeto, você faz o seminário tem ali material, tem clipart, tem o PowerPoint, e ficam ali as seminaristas, estão lá fazendo seminário sem um compromisso com o conteúdo, sem um compromisso com as recensões que você vai prover. Isso tudo são questões que a gente analisou e começamos a ver que, provavelmente, nem toda gente se apropriava dessas formações ou a forma como os conteúdos eram administrados e trabalhados não iam, necessariamente, construir um processo de reflexão, de introspecção e de criação de consciência. Então a gente transportava o que o sistema educacional, de certa forma, faz na sala de aula e a gente trazia também para os seminários as nossas formações, em nível das nossas organizações, porque as metodologias não permitiam valorizar o indivíduo como sujeito do seu próprio processo. Então, nessa altura, a gente disse: “ok vamos dar uma pausa nessas formações, vamos abraçar um processo de reflexão de quem nos somos e o que nos queremos ser”. Outro fator, também, que a gente percebeu, nessa altura, que as assembleias gerais - nessa altura o Fórum estava com cerca de 50 a 60 membros - as vezes não conseguia o quórum. Eu lembro que, em 2009, o Fórum teve que entrar em assembleia com nove membros apenas. Então, isso era um sinal bastante negativo. Foi quando fizemos uma planificação estratégica antecipada. Eu era nova, não conhecia as pessoas. Então teve um processo de visitar cada organização e

trazer as organizações. Vamos refletir quem somos; porque estamos aqui? O que nós queremos umas das outras? Por que esse conflito? Por que esse distanciamento? Por que essa falta de identidade comum?

Então, pensamos um processo novo e o que muitos grupos diziam que o Fórum estava elitizado e que só focalizava o seu trabalho com organizações grandes, com organizações super capacitadas e os grupos de base não tinham espaço, não tinham oportunidade para interagir. Então, nessa altura, refletimos, “ok, precisamos rever e repensar a nossa forma de estar e de agir”. Então, no nosso plano estratégico, propusemos buscar um resultado estratégico, que era mesmo o fortalecimento da rede, ir ao encontro das organizações, criar metodologia de trabalho. Em 2004, foi feito o plano estratégico até 2008, conseguimos realmente trazer de volta essas organizações. Mas em 2008, quando agente estava a fazer a avaliação, surge uma reflexão. Foi nessa altura que conhecemos Solange⁴ e ela perguntava: “Qual é o vosso projeto político? Que tipo de organização vocês são?” “Ah! Somos uma organização que luta pela igualdade de gênero”. Mas era uma cantiga que não dava muito aqui. Uma das grandes áreas de intervenção, do trabalho do Fórum, era da violência. Essa era a bandeira que o Fórum estava mobilizando há anos para fazer passar a lei de violência doméstica. As organizações se articulavam em torno da violência, mas a questão da discussão da violência como um problema estrutural, como problema da desigualdade de gênero, a reflexão profunda sobre isso, não era uma coisa tão enraizada e tão aprofundada pelos grupos ou por todos os intervenientes. Sim, porque as mulheres são as que mais sofrem

4 Maria Solange Guerra Rocha, na época participava do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Direitos Sociais e Políticas Sociais (NEPPS, CCSA/UFPE), doutorando em Serviço Social na UFPE com Bolsa Sanduiche CNPQ - Departamento de Sociologia da University of Cape Town (UCT), África do Sul (2009-2010).

violência, mas porque são as que mais sofrem violência? Não estávamos com um debate muito profundo e havia um entendimento superficial de alguns e talvez alguns mesmo em desacordo; porque uma lei de violência doméstica contra a mulher? Alguns achavam que tinha que ser uma lei abrangente, violência contra a mulher, contra criança, contra idosos. Ainda continua sendo uma questão de gênero, mas pode ser tratado de forma diferenciada. Pode ser uma análise que pode levar a várias conclusões ou a saber como realmente segmentar o tipo de resposta. Mas eu acho que esse processo da lei da violência nos fortaleceu de alguma maneira como movimento, sobretudo a dificuldade que nós tivemos para fazer passar a lei. Isto fez com que nós tivéssemos de fato a estabelecer alianças.

Remo Mutzenberg: Quando foi aprovada esta Lei?

Graça Samo: Foi aprovada em 2009⁵ e o processo todo começou nos finais da década de 1990, em 98, 99. Foram, praticamente, 10 anos de luta, como a luta de libertação nacional. Então, nessa agenda nós conseguimos ligar as instituições acadêmica e organizações de educação de base, porque nós tivemos que pegar e trabalhar as bases. Nós precisávamos dessa ligação para que mobilizassem os grupos de base e, sobretudo, para ser uma reivindicação de massa. Você não vai fazer massa só com um grupo de academia que está fazendo pesquisa. A pesquisa nos ajudava a argumentar o do porque as mulheres são as que mais sofrem violência, quais são os números, quais são as nuances e por aí afora. Essa sinergia, ou essa ligação, nos ajudou a criar maior sinergia em relação ao processo e com os políticos. A gente não tinha como passar a Lei sem se articular com mulheres parlamentares. O que isso significou para nós? Foi

5 Lei nº 29/2009, 29 de setembro de 2009.

o fato de quebrarmos o preconceito de que “as mulheres que estão no poder não querem saber das outras mulheres, só sabem defender os interesses do partido político”. Nós sentimos que elas têm interesse, que elas têm uma forma particular que eu percebi.

Remo Mutzenberg: Qual a presença de mulheres no Parlamento em Moçambique?

Graça Samo: 40% no parlamento, mas, no nível da base, as mulheres não conseguem ascender e nem se exaltar. Realmente foi um aprendizado muito grande, porque, por um lado, eu tomei consciência de que elas não sabem. Muitas vezes a gente fica atirando pedra porque elas não fazem, mas elas não sabem. A gente porque isto e aquilo, o protocolo e não sei o que. Não, o protocolo passou, elas bateram palmas, mas não leram o que é que estava lá dentro, não têm domínio, não têm capacidade de interpretar. Ninguém lhes deu a preparação para isso e não basta você passar por um seminário, por exemplo o seminário do protocolo dos direitos das mulheres em África, que você vai ter domínio. Porque tem os bastidores que você precisa entender. Porque se fala de igualdade e direito? O que isso significa? etc. É uma escola, uma caminhada até que você chegue lá. Muitas dessas mulheres saíram de casa, de suas comunidades e foram colocadas no parlamento simplesmente porque foram as mobilizadoras no processo de campanha eleitoral. Mas, ao mesmo tempo, fica a insatisfação entre nós e dizer: “Ok, essas mulheres que estão lá para defender outras mulheres, para defender os direitos das mulheres, são aquelas que vão chegar lá e dizer isso e aquilo”. É nossa cultura, é essa mesma cultura que serve de entrada para que a agenda dos direitos possa se transpor e fazer-se valer. Mas o que elas conhecem é a cultura, o discurso que estão habituadas a ouvir. É o que ouviram em toda sua vida. A perspectiva dos direitos humanos é tam-

bém muito questionável para elas. É algo que está no papel, mas a vida prática é outra realidade. Então, como realmente trabalhar estas questões todas? Esse tem sido nosso desafio. Eu, nessa estratégia desde 2009, também com a ajuda da Solange, fomos aprendendo a ter que iniciar e fortalecer processo de construção de nosso projeto político, do reforço de nosso projeto político: O que significa trabalhar direito das mulheres? O que significa essa igualdade de gênero? O que é feminismo? O Fórum Mulher era uma organização que não se aceitava como organização feminista. Ela se dizia organização que trabalha gênero, mas que gênero é esse? Há muitos gêneros, há o gênero que o governo coloca na política pública – gênero, gênero, gênero. Tem os gêneros que as empresas de consultoria estão fazendo em todo momento e tem o gênero, eventualmente, que seria nossa a expectativa de trabalho, mas que na prática...

Remo Mutzenberg: Há uma influência de órgãos internacionais nessa questão?

Graça Samo: Sem dúvida, sem dúvida, sem dúvida. Sim, porque elas botam dinheiro. Aqui não há nenhuma organização que subsiste sem esse dinheiro das agências internacionais. Uma das grandes reflexões que nós trazemos agora, porque nós fomos abrindo nossas áreas de intervenção, porque só violência não é suficiente. Enquanto nós não trabalhamos a economia das mulheres, elas não vão subsistir. Por mais que a gente diga, “você tem direito a reclamar, tem direito a buscar os serviços do Estado para poder se proteger da violência”, mas enquanto elas estiverem economicamente dependentes dessa própria estrutura, que lhe coloca nessa situação para que realmente essa estrutura se possa subsistir, ela não tem forma de sobreviver. Então temos que trabalhar de forma interativa essas questões, também as questões do corpo, da sexualidade, dos direitos sexuais reprodutivos. Não tem como você trabalhar o poder das mulheres sem elas primeiro se identificarem como sujeito, sem elas primeiro pen-

sarem no primeiro fator da sua identidade que é seu corpo, que o seu nome, o seu ser. Então fomos trazendo também esses programas dos direitos sexuais reprodutivos, a participação política que é nossa forma e mecanismo de mobilização. Estas questões todas tentamos articulá-las, mas de fato é um exercício bastante grande porque nas nossas organizações, nos nossos grupos de bases, encontramos lideranças com muita pouca preparação e quanto menos preparação as pessoas tem mais resistência a mudanças, mais submissas à estrutura do poder patriarcal, à dinâmica da cultura local.

Remo Mutzenberg: Esta é uma das questões também bastante debatidas no Brasil. Tanto as marcas de uma cultura tradicional e, no caso, com forte influência religiosa.

Graça Samo: Eu quando olho o Brasil, eu morei 5 anos no Brasil. Eu estudei no Brasil. Meu marido é funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, vocês chamam Ministério das Relações Exteriores, e ele estava em missão diplomática na embaixada. Neste contexto é que eu fui parar no Brasil e aproveitei para estudar na UnB. Foi em 2000 a 2004, na área de administração de empresa. É curioso, porque aqui as pessoas pensam que eu sou jurista ou que sou socióloga, mas é por causa de uma área de formação, que em termos de trabalho, trabalho nas questões de direitos humanos e essas questões sociológicas. A impressão que eu tive é que, talvez por causa dos níveis de escolaridade no Brasil, tenho a impressão que são um pouco mais abertas, que a questão da dinâmica da cultura lá não é pesada e de forma tão rígida quanto é aqui. Há conflitos ou estranhamentos entre o Fórum de Mulher e alguns grupos em relação a cultura religiosa que é muito forte ainda. Aqui é muito comum esta questão. Aqui você verifica isto quando você está em um evento, em um seminário, de repente alguém levanta e diz vamos rezar. Para uma maioria isso é

aceito de forma tranquila. Então, Lúcia que é da região sul, onde há uma predominância da religião católica, as pessoas vão se levantar e rezar. Ninguém vai rezar em voz alta. É engraçado, mesmo nós, que estamos articuladas, trabalhando em nível do movimento, temos a nossa filiação religiosa e mantemos as nossas práticas. As vezes o nível de crítica, em relação ao sistema, é controverso. Eu, na semana passada, estava (eu sou cristã também, sou católica) num debate sobre o aborto, que foi ao ar em direto e foi repetido no sábado pela manhã. Foi bastante participado, um número imenso de mensagens via e-mail no endereço do painel. Era muita gente assistindo, acompanhando. Alguns concordavam com o nosso debate, alguns, claro, dizendo que não. O que é normal. Mas então eu fui no domingo à igreja (eu tenho meu filho que faz catequese e ele vai fazer a primeira comunhão, então tenho que ir à missa porque tenho que assegurar que ele não seja excluído da lista), e eu via como algumas pessoas olhavam para mim e diziam: “é a senhora que esteve a dois dias na televisão, no canal ao vivo, defendendo um aborto seguro, está aqui na igreja?” Todo mundo esperando [para ver] se eu ia a levantar a ir à comunhão. Isto interfere porque a maioria das pessoas ainda está presa às questões dogmáticas, não tem visão crítica de questionamento e que é a postura do politicamente correto ainda vale muito. Você tem que se comportar, ainda que você não seja assim, ainda que você não acredite no que está dizendo, no que está tentando mostrar as pessoas, as pessoas ainda acham que é o que fica bem. Não fica bem, é que é muito comum ouvir: “Ah não fica bem”. Ok, você faz, mas não fica bem que você faça em publico. Faça lá na sua casa, entendeu. Mas isto foi sempre assim. Por exemplo, no pós-dependência, é o discurso populista do nosso Estado, do nosso presidente que era de combate ao obscurantismo, como o obscurantismo estava associado a você não manter as práticas do culto aos antepassados, não ir ao curandeiro e não sei que. Então, o grupo politicamente correto

as pessoas não iam. Não havia dúvida de que também a religião foi combatida no período pós-colonial. Enfim éramos ateus, o natal passou a ser dia de família e não natal. Mas as pessoas continuavam indo às suas missas. Não houve, necessariamente, a intenção de fechar as igrejas. Eu acho que no processo de transição, algumas igrejas fecharam porque eram conhecidas de que os padres eram pessoas que talvez não aceitavam a independência, mas gradualmente isso foi resolvido e algumas dessas igrejas foram atendidas por padres nacionais que eram das igrejas de organização de outras áreas, construídas por padres e bispos locais. Ao mesmo tempo, a própria Igreja católica tinha muita ligação com os partidos políticos e continua mantendo esse vínculo. É visível este vínculo. Você vai encontrar aqui, na missa da igreja catedral, no primeiro banco está sentado o Presidente da república. Na Igreja de Santo António da Polana está sentado no primeiro banco o Presidente da República, o Presidente do Parlamento. Esse casamento, de certa forma, se mantém e que vem do tempo colonial. Se mantém agora no pós-independência. Mas, ao mesmo tempo, a gente vê a forma como as pessoas mantêm a questão de ser politicamente correto, mas voltaram as suas práticas. No dia-a-dia, a gente sabe que vão, para manter os seus cargos de poder de chefia no partido. As pessoas vão às práticas da macumba para conseguir ficar no poder. Na semana passada, estava a ver uma entrevista de um treinador de futebol a dizer que se desentendeu com o clube porque se insistiu que ele tinha de fazer macumba para o time ganhar. Então, lhe perguntaram: “se isso aconteceu nesse clube, nos outros clubes os quais você já passou também acontecia? Sim, todos fazem isso”. Então, somos politicamente corretos, no sentido de que isso não fica bem, ter uma boa postura, mas na verdade a gente faz isso. Aqui a perspectiva é: desde que você não faça em público. É a tal história: “ah! Pode bater na sua mulher, só não pode bater na rua, tem que bater em casa”. Se bater em casa, ainda que a sogra ou

sogro esteja ouvindo, não tem problema, porque você está batendo em casa, dentro de um espaço privado, que é o quarto, que é a sala ou que é o aposento do casal. É essa a forma de estar, então quando nós vamos ver, você não tem como lutar pelos direitos das mulheres sendo politicamente correta, porque você tem que se contrapor, tem que desafiar, tem que questionar e tem que trazer ao debate a questão, aquilo que é privado você tem que trazer ao público para que todos tenham a dimensão de que é um problema que deve ser atacado. Como é que você vai criar essa consciencialização quando as pessoas não têm essa consciência. Mesmo nesse espaço que nós temos, que é o espaço do Fórum Mulher, da mobilização das mulheres, você encontra mulheres dizendo: “não, mas é porque as mulheres também não têm respeito, não respeitam seus maridos, tratam os maridos pelo nome” – porque pela tradição você não pode tratar seu marido pelo nome, tem que chamar por papa. Entendeu? É essa dimensão toda! É muito complicado e muitas dessas mulheres são mulheres de 50, 60 anos. Você ainda vai mudar o quê nelas? O Fórum Mulher, por ser rede de organizações, precisa trabalhar através desses grupos, ou desses membros enquanto tenta articular uma agenda do movimento. Então, o que a gente tem? A gente tem o que a gente chama de Marcha Mundial das Mulheres, que é um espaço de articulação e as pessoas que fazem parte da marcha mundial das mulheres não precisam estarem necessariamente afiliadas a uma associação membro do fórum, mas elas sozinhas podem estar articuladas dentro desse mecanismo, dessa plataforma, dessa iniciativa. Então a gente aqui articula muito mais do que o grupo de membro das organizações membro. Se você for analisar isso numa perspectiva legal, numa perspectiva de jurisdição do fórum pode ser conflituoso, porque é um fórum que é legitimado por uma assembleia de membros que pagam cota e não sei o quê. Ainda você tem aqueles que não são membros que pagam cota, mas também

se articulam as suas ações. Se elas ferirem aquilo que é legitimidade pelo fórum quem é questionado? Quem? Mas o que nos estamos a refletir é que nós precisamos ser mais que uma rede de organizações, precisamos articular o movimento, que a gente é capaz de anunciar e dizer vamos fazer uma marcha, chamamos o mundo para participar dessa marcha. Essa é a forma através da qual nós nos articulamos, tentamos debater. As nossas conquistas, nossas ações não estão circunscritas aos membros. Tem aquilo que fazemos de forma exclusiva com os membros. É uma dinâmica bastante complexa, mas é interessante ao mesmo tempo. As vezes é um pouco frustrante, porque a gente fica a dizer: “aonde é que nos estamos indo? Bem, não estamos a perceber”. Mas uma coisa que a Solange tinha feito conosco é: “você ficam frustradas, estressadas porque vocês tentam ler os vossos resultados na perspectiva do doador, na perspectiva do que o doador quer ver como resultado, mas você tem que medir em função naquilo que vocês almejam na sociedade, o que vocês estão a conseguir de conscientização e de movimentação dessas mulheres pra que elas sejam realmente sujeito do processo”. Essas são as questões que nós temos que aprender, a prestar atenção. Significa que primeiro temos que criar uma consciência clara num grupo maior e cada vez mais alargado de qual é realmente a nossa causa de luta, nosso fator de mudança, o que nos aglutina, o que nos move. Com ou sem dinheiro, agente estará perseguindo o que queremos.

Remo Mutzenberg: Um aspecto que tem chamado a atenção nos movimentos, de forma geral, diz respeito às novas gerações e, em certa medida, tem acentuado o debate sobre conflitos geracionais. Como esta questão se apresenta para o Fórum? Por exemplo, no Brasil essa nova geração são vozes que conflitam com uma geração anterior.

Graça Samo: Uma questão que você colocou e tenho trabalhado, porque eu sou de uma outra geração, é uma questão que se coloca hoje é: como é que novas gerações tão entrando dentro disso? Me parece que isso está levando a uma outra dinâmica. É verdade absolutamente. É, tem uma coisa que eu acho que o fórum tem uma ousadia, que sempre, no seu elenco executivo, tem sempre bastante gente jovem. Isso melhorou muito com a minha entrada. O que tem ocorrido também em outras organizações, como na UNAC, o de trabalhar com os jovens. É curioso, porque você tem as cabeças grisalhas no nível dos órgãos de direção, mas no dia a dia quem faz as coisas, mobiliza, articula é tudo agente bastante mais jovem. Eu tenho 42 anos e sou uma das pessoas mais velhas aqui. O resto da equipe é bastante mais jovem. Então, agente tem muito que lidar com licença maternidade, licença para casamento, porque é gente jovem. Contrariamente a tudo que se pensa, por exemplo, dos movimentos dizerem também que estão contra homem ou que não gosta de se submeter às regras do casamento, ter filhos, aqui é exatamente o contrário. Mesmo em nível das mais velhas, são mulheres casadas que têm filhos, que levam uma vida que é considerada normal e que também, em nível da relação com equipe mais nova, uma característica nossa, do nosso país, ou seja, do nosso movimento, das nossas organizações. É uma coisa que temos articulado muito bem. No dia a dia das relações você consegue sentir sempre o fator da desigualdade baseada no tempo que está no movimento – “eu cheguei antes de você, eu sou mais velha” – Já tivemos algumas situações de pessoas dizer que “você tem que ser mais humana porque eu sou mais velha”. A gente trabalha isso, essa é a nossa razão de conscientizar, de transformar, o que incomoda as pessoas tem que colocar para fora, tem que botar na mesa; vamos fazer mesa redonda e vamos debater, vamos dialogar porque a sociedade que nós queremos construir é uma sociedade diferente da que a gente conhece, diferente da

que a agente encontra totalmente estruturado, com estruturas rígidas e hierarquizadas. Nós queremos uma organização da forma mais horizontal possível. Há sempre o risco de reproduzir esta estrutura. É a nossa forma de estar sem, muitas vezes, nos darmos conta do fato, mas o bom é que a gente tem possibilidade de refletir e perceber e logo voltar atrás: “Vamos sentar, aquela decisão que eu tomei, podíamos voltar a refletir sobre ela talvez não seja a opinião que vocês têm, talvez podemos juntas construir uma decisão melhor”. A gente vai fazendo. Não é nada fácil porque a agente tem que estar sempre se policiando, se questionando e encontrando formas realmente para fazer para que os outros se sintam parte do processo. Infelizmente isso é um desafio, porque não é fácil eliminar dos processos, você atrasa porque tem que fazer licitação, tem que buscar um consenso, enquanto em outra instituição você chega e diz isso e o chefe vai simplesmente e dá a ordem, você faz, você responde e as coisas andam, mas nós queremos fazer juntas. É porque também tem que quer dizer qual a consistência que se vai se construindo. Essa é a grande diferença. A forma de como nós construímos o processo significa que, se por alguma razão, eu costumo sempre dizer, se acontece alguma coisa comigo e sem aviso prévio eu sou impedida de vir trabalhar, a organização não vai parar, porque não tem nada que seja do meu domínio que não seja do domínio do resto das minhas colaboradoras, das minhas colegas. Então essa é a nossa caminhada.

Remo Mutzenberg: Ao chegar aqui percebi pelos cartazes que vocês estão trabalhando a questão da violência doméstica e transparece a preocupação com o crescimento das áreas urbanas, que parece ser um processo rápido.

Graça Samo: Isso está modificando as relações sociais, as relações econômicas. Eu acho que o problema é a velocidade em que essas coisas estão a acontecer, é muito rápido, muito, muito rápido. Quando eu olho para o que era Maputo há

dez anos atrás, incrível! Uma mudança tão rápida. Até falando dez anos, estou falando muito, cinco anos atrás não era isso o que a gente está a encontrar. Isto aqui é muito forte. É crítico. Você vai às zonas rurais e você encontra uma realidade que você diz, isso não é Moçambique. A diferença entre o urbano e o rural é muito grande, mas até no Brasil também é assim. Tem tantos lugares no Brasil onde o desenvolvimento tecnológico é tão avançado que você se pergunta o que é que ainda é sul no Brasil.

COORDENAÇÃO GERAL

Prof. Marco Mondaini (DSS/UFPE)

DESIGN GRÁFICO E CAPA

Daniel L. Apolinario

FORMATO

A5

TIPOGRAFIA

Open Sans

PAPEL

Miolo: Off-set 75g/m

Capa: Triplex 250g/m

MONTADO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA DA



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea

Recife, Pernambuco

CEP: 50.740-530

Fax: (81) 2126.8395

Fones: (81) 2126.8397 / 2126.8930

www.ufpe.br/edufpe

edufpe@ufpe.br



PESQUISAS
CLÁSSICOS
ENSAIOS

Constituída por 3 Coleções (Pesquisas, Ensaios e Clássicos), a Série Brasil & África expressa duas ordens de fatos fundamentais. Por um lado, a virada geopolítica ocorrida no Brasil no início do século XXI, que aponta para a mudança na ordem de prioridades no campo das relações internacionais, com a passagem de ênfase do diálogo “Norte-Sul” para o diálogo “Sul-Sul”. Por outro lado, a tomada de consciência da necessidade de construção de laços mais estreitos no campo acadêmico-intelectual entre os saberes que são construídos no Brasil e no continente africano, a partir da premissa epistemológica delineada pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos de que é preciso “aprender a ir ao Sul, a partir do Sul”.

Boaventura de Souza Santos

